UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ANA LUÍSA COSTA CHAVES

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES
DOS REFUGIADOS E DOS IMIGRANTES PELA IMPRENSA**

Recife

2018

ANA LUÍSA COSTA CHAVES

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES
DOS REFUGIADOS E DOS IMIGRANTES PELA IMPRENSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Direitos Humanos.

Área de concentração: Cidadania e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Virgínia Leal

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

- C512a Chaves, Ana Luísa Costa
Uma análise crítica da construção discursiva das identidades dos refugiados e dos imigrantes pela imprensa / Ana Luísa Costa Chaves. – Recife, 2018.
160 f.: il., fig.
- Orientadora: Maria Virgínia Leal.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2018.
- Inclui referências e anexo.
1. Imigração. 2. Refúgio. 3. Análise Crítica do Discurso. 4. Abordagem histórico-discursiva. 5. Direitos Humanos. I. Leal, Maria Virgínia (Orientadora). II. Título.
- 341.48 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2018-195)

ANA LUÍSA COSTA CHAVES

Uma análise crítica da construção discursiva das identidades dos refugiados e dos imigrantes pela imprensa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Direitos Humanos, em 31/08/2018.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Maria Virgínia Leal
Orientadora – PPGDH / UFPE

Prof. Dr. Artur Stamford da Silva
PPGDH / UFPE

Prof. Dr. Dirceu Tavares de Carvalho Lima Filho
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO /UFPE

Recife – PE
2018

Para Tomás Chaves Edmundson, com o desejo enorme de que ganhe o mundo.

AGRADECIMENTOS

A meu filho, Tomás, a quem dedico esse trabalho, por ser minha fonte de inspiração diária e por sempre me fazer acreditar que vale a pena irmos atrás dos nossos sonhos.

A meus pais e a meus irmãos, por serem sempre meu porto seguro.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Virgínia Leal, pelas compreensões e contribuições ao longo desta pesquisa.

Ao PPGDH por ter aceitado levar adiante meu projeto. Às professoras e aos professores do Programa com os quais tive oportunidade de conviver nessa jornada, pelos acréscimos valiosos de conhecimento, não só para o andamento desse trabalho, mas para a defesa contínua e alerta dos direitos humanos no dia a dia. Ao Prof. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda e à prof^a. Heri Pontes, pelos comentários efetuados durante o exame de qualificação, que contribuíram sobremaneira em melhorias no percurso da pesquisa. Ao prof. Artur Stamford da Silva, pelo aceite para composição da banca de defesa deste trabalho. A Karla e a Ênio pelo carinho e pela solicitude na secretaria.

À Professora Cristina Teixeira, pelas aulas e debates, além da atenção individual a mim dispensada, na disciplina Comunicação, Mídia e Linguagem, no PPGCom/UFPE.

Ao prof. Dirceu Tavares, que me acompanha – de perto – desde a graduação, muito obrigada pelo apoio e pelo incentivo de sempre, pelas discussões e pelo interesse nessa pesquisa, e por fazer parte da banca de defesa deste trabalho.

À quarta turma do Mestrado em Direitos Humanos, principalmente Marina, Tânia, Mariana, Liana, Emerson e Jaqueson, por acrescentarem novas perspectivas à pesquisa e por terem sido minha fortaleza para continuar seguindo adiante.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de bolsa de estudos que proporcionou a realização de parte deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar como a nomeação e a predicação do refugiado e do imigrante pela imprensa corrobora a construção das identidades desses sujeitos. A partir de matérias jornalísticas publicadas na Folha de S.Paulo, entre os anos de 2015 e 2017, a respeito do movimento migratório da Ásia e da África em direção à Europa, pretendemos mostrar como tais designações são utilizadas de forma indiscriminada ou ressignificada nos textos, independente dos significados legais distintos que carregam. O resultado aponta para evidenciar o uso de estereótipos discriminatórios da designação identitária do refugiado e do imigrante nos discursos atuais sobre este assunto, com fins de manutenção do poder de grupos dominantes. Uma vez que o processo de identidade é constituído no discurso pela diferença, comprovamos, ao longo da pesquisa, o movimento retórico de inclusão dos nacionais (*ingroup* = identidade como semelhança, representação positiva) e de exclusão dos refugiados e imigrantes (*outgroup* = identidade como diferença, representação negativa). Com isso, buscamos alertar para a necessidade de defesa e principalmente de concessão de voz política para os refugiados e imigrantes, a fim de que se cumpram os princípios dos direitos humanos. O aporte teórico-metodológico está localizado no paradigma pós-estruturalista, no campo da análise crítica do discurso, com foco na abordagem histórico-discursiva.

Palavras-chave: Imigração. Refúgio. Análise Crítica do Discurso. Abordagem Histórico-Discursiva. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This work aims at investigating how the naming and predicating of refugees and of immigrants by the press corroborates in the construction of the identities of these individuals. On the basis of journalistic material published in the *Folha de S.Paulo* between the years of 2015 and 2017, with respect to the migratory movement from Asia and from Africa in the direction of Europe, we intend to show how such labels are used in an indiscriminate or reframing way in the texts, independent of the distinct legal meanings that they carry. The result points towards evidence of the use of discriminating stereotypes in the identifying labelling of the refugee and of the immigrant in contemporary texts on the subject, with the aim of keeping dominant groups in power. Since the process of identity is made up of discourse by difference, we proved, throughout this research, the rhetorical movement of the inclusion of national citizens (*ingroup* = identity as similarity, positive representation) and of the exclusion of refugees and immigrants (*outgroup* = identity as difference, negative representation). Given this, we seek to draw attention to the need for the defence and, principally, for the provision of political voice for refugees and immigrants, so that the principles of human rights can be achieved. The theoretical-methodological support is found in the post-structuralist paradigm, in the field of critical discourse analysis, with a focus on the discourse-historical approach.

Keywords: Immigration. Refugee. Critical discourse analysis. Discourse-historical approach. Human rights.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Matéria Portal Exame: “Imigrantes ou refugiados? Como uma simples palavra muda tudo”	19
FIGURA 2 - Manchetes diversas Portal Exame.....	19
FIGURA 3 - Imagem do site de Acervo da Folha de S.Paulo com resultados gerais da pesquisa	30
FIGURA 4 - Divisão de matérias do corpus ampliado conforme GÊNERO jornalístico	32
FIGURA 5 - Divisão de matérias do corpus ampliado conforme FORMATO jornalístico	33
FIGURA 6 - Quantidade de matérias com uso dos termos refugiado e imigrante/migrante – 2015.....	34
FIGURA 7 - Quantidade de matérias com uso dos termos refugiado e imigrante/migrante – 2016.....	35
FIGURA 8 - Quantidade de matérias com uso dos termos refugiado e imigrante/migrante – 2017.....	36
FIGURA 9 - Linha do tempo de documentos sobre refugiados, de 1920 a 1939	43
FIGURA 10 - Principais países de origem dos imigrantes internacionais, em números – 2015.....	49
FIGURA 11 - Principais países de destino dos imigrantes internacionais, em números – 2015.....	49
FIGURA 12 - Principais países de origem dos refugiados, em números - 2016.....	51
FIGURA 13 - Principais países de destino dos refugiados, em números – 2016.....	52
FIGURA 14 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - 2011 a 2017.....	60
FIGURA 15 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Haiti e Venezuela - 2010 a 2017.....	61
FIGURA 16 - Matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo em 25 de agosto de 2017.....	63
FIGURA 17 – Parte da capa do jornal Folha de S.Paulo em 30 de julho de 2015.....	68
FIGURA 18 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 13 de setembro de 2015.....	74
FIGURA 19 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 29 de janeiro de 2016.....	76

FIGURA 20 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 21 de agosto de 2015.....	107
FIGURA 21 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 3 de setembro de 2015	113
FIGURA 22 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 31 de julho de 2016	120
FIGURA 23 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 18 de setembro de 2016.....	128
FIGURA 24 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 27 de fevereiro de 2017.....	135
FIGURA 25 - Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 07 de agosto de 2017.....	140

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Seleção das estratégias linguístico-discursivas.....	91
QUADRO 2 - A representação dos atores sociais no discurso.....	95
QUADRO 3 - Seleção das estratégias de nomeação.....	95
QUADRO 4 - Características associadas ao refugiado, ao imigrante e a ambos	105
QUADRO 5 - Características dos dados que compõem o <i>corpus</i> restrito.....	106
QUADRO 6 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 1.....	107
QUADRO 7 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 2.....	111
QUADRO 8 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 3.....	115
QUADRO 9 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 4.....	121
QUADRO 10 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 5.....	126
QUADRO 11 - Ataques terroristas e atos de violência na Europa de 11/2015 a 07/2016.....	129
QUADRO 12 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 6.....	134
QUADRO 13 - Nomeação e predicação de atores sociais do texto 7.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.C.	antes de Cristo
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
ADTO	Análise do Discurso Textualmente Orientada
AHD	Abordagem Histórico-Discursiva
BBC	British Broadcasting Corporation
CNN	Cable News Network
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
DAPP	Diretoria de Análise de Políticas Públicas
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getulio Vargas
IOM	International Organization of Migration
OUA	Organization of African Unity
ONU	Organização das Nações Unidas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
UE	União Europeia
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 NO MOVIMENTO MIGRATÓRIO, AS PALAVRAS IMPORTAM	16
1.2 SOBRE OS OBJETIVOS, JUSTIFICATIVA DA PESQUISA E A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	21
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	24
2.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS A PARTIR DA ABORDAGEM HISTÓRICO-DISCURSIVA	24
2.2 ESCOLHAS E DELIMITAÇÕES DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	28
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, TEÓRICA E LEGAL DA MIGRAÇÃO.....	37
3.1 DO <i>HOMO ERECTUS</i> ÀS LEIS DE MIGRAÇÃO DE RAVENSTEIN	37
3.2 PERCURSO MIGRATÓRIO NO SÉCULO XX E A INSTITUIÇÃO LEGAL DO REFUGIADO	41
3.3 MOMENTO ATUAL DA MIGRAÇÃO	48
3.3.1 Sobre a migração no século XXI	48
3.3.2 Sobre deslocamento forçado e refúgio no século XXI	50
3.3.3 A migração da Ásia e da África para a Europa	53
3.4 A MIGRAÇÃO E O REFÚGIO NO BRASIL	56
3.4.1 Casos atuais: os haitianos e os venezuelanos	60
4 NOÇÕES DE IDENTIDADE.....	64
4.1 O IMIGRANTE	65
4.2 O REFUGIADO	69
4.3 OUTRAS DENOMINAÇÕES: ESTRANGEIRO, SOLICITANTE DE ASILO E APÁTRIDA	73
4.4 A IDENTIDADE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS	79
5 TEORIAS LINGUÍSTICAS: designação e análise crítica do Discurso.....	85
5.1 NOÇÕES DE DESIGNAÇÃO VIA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	85
5.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	86
5.3 ABORDAGEM HISTÓRICO-DISCURSIVA	89
5.3.1 Nomeação	92
5.3.2 Predicação	96

5.4	SOBRE DISCURSO, CRÍTICA, IDEOLOGIA E PODER	99
5.5	A NOÇÃO DE IDENTIDADE NA AD	102
6	ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO REFUGIADO E DO IMIGRANTE.....	104
6.1	ESTRATÉGIAS DE NOMEAÇÃO E PREDICAÇÃO UTILIZADAS NA REPRESENTAÇÃO DOS REFUGIADOS E DOS IMIGRANTES	106
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS.....	152
	ANEXO A – ARTIGO JORNALÍSTICO DE OPINIÃO - AL JAZEERA.....	159

1 INTRODUÇÃO

Mais de um milhão de refugiados e imigrantes cruzaram o Mar Mediterrâneo em direção ao continente europeu entre os anos de 2015 e 2017, no que constitui o maior movimento de migração na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial. No mesmo período, havia aproximadamente 25,9 milhões de refugiados e requerentes de asilo em todo o mundo. Quando se trata de migrantes internacionais, termo que designa todas as pessoas que estão vivendo em um país que não é o do seu nascimento, verificamos um rápido crescimento nos números nos últimos anos: 258 milhões de migrantes em 2017, ante 220 milhões em 2010 e 173 milhões em 2000 (UNITED NATIONS, 2017).

O ser humano sempre comunicou sobre a migração, nas formas possíveis em cada época: petróglifos no Azerbaijão, feitos há 10.000 anos, já registravam pessoas em movimento (CHERRY; LEPPARD, 2015 *apud* IOM, 2017, p. 192). Os atuais fluxos migratórios têm ocupado lugar de destaque na imprensa¹, o que traz à tona aspectos de ordem sociológica, econômica e política, amplamente discutidos e pesquisados (BAUMAN, 2017; BÓGUS; SILVA; SILVA, 2017; CERNADAS, 2016; GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017; HECK; HESS, 2017; SILVA, 2017). Enquanto fenômeno social complexo, uma das características dos estudos da migração é, de fato, seu olhar multidisciplinar (PEIXOTO, 2004, p. 13).

Uma abordagem desse fenômeno menos explorada, mas igualmente importante e que é utilizada nesse estudo, é do ponto de vista discursivo. Nas próximas páginas, investigaremos de que forma os refugiados e os imigrantes são representados no discurso da mídia e como isso contribui para a construção de suas identidades sociais.

De acordo com Fairclough (2001, p. 91), “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Essa constatação leva ao questionamento sobre como as várias formas de nomeação do refugiado e do imigrante na imprensa interferem na formação da sua identidade e na maneira como a sociedade acolhe ou rejeita estas pessoas, além de influenciar as políticas e opinião pública dos países sobre migração e nacionalidade.

¹ Não à toa, a chanceler alemã Angela Merkel foi escolhida como “pessoa do ano” de 2015 pela revista americana *Time* e “refugiados” (no alemão *fluechtlinge*) foi eleita palavra do ano de 2015 pela Sociedade para a Língua Alemã. A Alemanha tem sido o principal destino de migrantes e refugiados na Europa. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1717833-refugiados-e-eleita-a-palavra-do-ano-na-alemanha.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

Há várias formas de denominar o migrante, sendo que duas palavras se destacam pelo uso mais frequente na mídia: ‘refugiado’ e ‘imigrante’. Muitas vezes tais palavras são utilizadas como sinônimos estritos e alternadas em um mesmo contexto. O motivo aparente é que, dada a grande quantidade de pessoas que migram, num mesmo período e por questões diversas, fica difícil distinguir numa matéria jornalística a condição específica de cada um e a massa acaba sendo generalizada. De forma implícita, a escolha das palavras reflete um posicionamento, seja do jornalista, do veículo de comunicação, da opinião pública ou de outros sujeitos envolvidos no discurso.

Na linguística, sabe-se que não existem sinônimos, pois todas as interações são únicas e contextualizadas. As condições de produção e recepção diferem nas formações discursivas e interferem na maneira como um determinado texto é escrito e interpretado. Tais afirmações já são importantes para se observar a utilização de palavras tidas como sinônimas. No caso de ‘migrante’ e ‘refugiado’, a questão é mais profunda, pois estas palavras possuem significados legais distintos.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (doravante, ACNUR) incentiva as pessoas e órgãos da mídia a utilizarem palavras específicas para cada perfil de sujeito migrante², conforme determinações previstas na legislação e que serão detalhadas na seção 3 desse estudo. Enquanto buscam esclarecer a situação de refúgio e reforçar o direito dos que correm risco de morte, acabam por associar ao imigrante a mudança de país apenas por questões econômicas, quando muitos não possuem quaisquer direitos básicos que garantam sua sobrevivência no seu local de origem. Parece existir uma distinção entre os dois termos – e por conseguinte entre os indivíduos que se enquadram em cada um deles – apregoada pelo discurso positivo oficial e ratificada interdiscursivamente pela mídia.

Na sequência, será apresentado metadiscorso na imprensa internacional acerca das formas de identificar o refugiado e o imigrante, material que serviu de base para este estudo. Com isso, pretende-se iniciar debate sobre os possíveis impactos desta prática discursiva no que concerne à garantia dos direitos humanos para os imigrantes e refugiados, sendo esta esfera a das transformações que os discursos podem trazer à realidade, uma vez que “a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

² Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

1.1 NO MOVIMENTO MIGRATÓRIO, AS PALAVRAS IMPORTAM

O ponto de partida para esta pesquisa é um artigo de opinião publicado em 24 de agosto de 2015 por Barry Malone³, editor online da rede árabe de notícias Al Jazeera, a despeito da forma como são tratadas no discurso midiático as pessoas migrantes e refugiadas da Ásia e África para o continente europeu. Neste artigo, Malone (2015) afirma que “*the umbrella term migrant is no longer fit for purpose when it comes to describing the horror unfolding in the Mediterranean. It has evolved from its dictionary into a tool that dehumanises and distances, a blunt pejorative*”⁴.

Continuando o discurso de Malone (2015), “*there is no ‘migrant’ crisis in the Mediterranean. There is a very large number of refugees fleeing unimaginable misery and danger and a smaller number of people trying to escape the sort of poverty that drives some to desperation*”⁵. O jornalista argumenta que ‘migrante’ é uma palavra que minimiza a voz daqueles que estão sofrendo, reduzindo-os a números e dando margem a discursos xenofóbicos, enquanto que o uso do termo ‘refugiado’ é uma forma de resgatar um pouco a dignidade dessas pessoas. A partir da publicação desse artigo, a rede Al Jazeera passou a utilizar em suas notícias sobre o tema apenas as palavras ‘pessoas’, ‘famílias’ e ‘refugiados’.

O conceito de intertextualidade, um dos pilares da Análise Crítica do Discurso⁶, significa que todo texto é permeado de textos anteriores, estejam estes explícitos ou implícitos na enunciação (FAIRCLOUGH, 2001; REISIGL; WODAK, 2008; WODAK, 2008). Para Bakhtin, um dos precursores da intertextualidade com sua noção de transtextualidade, “o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2011, p. 27-28).

Aplicando a noção de intertextualidade ao texto de Malone (2015), pode-se dizer que, quando identifica características negativas no uso do termo ‘migrante’ e aponta ‘refugiado’ como o ‘politicamente correto’, o jornalista está se referindo a todos os enunciados anteriores que fazem uso destas determinadas palavras, seus ou de outros autores. Dessa forma, “acentua

³ O artigo em questão encontra-se disponível como Anexo A deste trabalho. Disponível também em: <<http://www.aljazeera.com/blogs/editors-blog/2015/08/al-jazeera-mediterranean-migrants-150820082226309.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁴ Tradução nossa: O termo migrante não é mais adequado ao propósito quando se trata de descrever o horror encontrado no Mediterrâneo. Ele saiu do dicionário para se tornar uma ferramenta que desumaniza e distancia, um pejorativo contundente.

⁵ Tradução nossa: Não há crise de ‘migração’ no Mediterrâneo. Há um número muito grande de refugiados que fogem da miséria inimaginável e do perigo e um número menor de pessoas que tentam escapar da pobreza que leva alguns ao desespero.

⁶ A Análise Crítica do Discurso é base teórica deste trabalho e será aprofundada na seção 4.

a historicidade do texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114), mostrando que “um enunciado se constitui em relação aos enunciados que o precedem e que o sucedem na cadeia de comunicação” (FIORIN, 2011, p. 47). Na prática, isso significa que, a partir do momento em que essa opinião foi expressa, qualquer texto que use os termos ‘refugiado’ e ‘migrante’, independente do tempo em que foi escrito, pode ser interpretado de acordo com sua ótica.

Quando afirma que a palavra ‘migrante’ não dá conta de descrever o sujeito da crise migratória, dá margem a provocações xenofóbicas ou reduz pessoas a números, Malone extrapola o significado usual dessa palavra e evidencia outros sentidos claramente negativos.

Sob seu ponto de vista, Malone divide a questão migratória em dois lados opostos a partir dos termos usados no texto: existe, pelo menos de forma aparente, aqueles que podem ser chamados de ‘solidários’ à questão migratória, e que por isso tratam os sujeitos da migração como ‘refugiados’; e aqueles que têm interesse em simplificar e minimizar a questão e que por isso usam a palavra ‘migrante’. Tal postura reforça uma dicotomia entre o ‘bom refugiado’ (pessoa ou grupo socialmente aceito) e o ‘mau migrante’ (pessoa ou grupo socialmente não-aceito), deixando implícita nessa prática discursiva que um país é bom porque acolhe refugiados e não há problemas em ‘devolver’ o imigrante ao seu país de origem.

A questão sobre a forma de denominação do refugiado e do migrante levantou um debate na imprensa mundial a respeito das terminologias e suas implicações sociais e políticas. A mídia internacional se manifestou buscando explicar ou justificar a escolha de cada palavra, uma vez que “um enunciado solicita uma resposta, resposta que ainda não existe. Ele sempre espera uma compreensão responsiva ativa, constrói-se para uma resposta, seja ela uma concordância ou uma refutação” (FIORIN, 2011, p. 47). A mídia responde a Malone por meio da intertextualidade manifesta (AUTHIER-RÉVUZ, 1982; MAINGUENEAU, 1987 *apud* FAIRCLOUGH, 2001, p. 136) uma vez que o texto de Malone aparece de forma explícita nos textos dos demais veículos de mídia.

A *Associated Press*, maior agência de notícias do mundo, revelou não ter uma política específica quanto ao uso dos termos e se manifestou informando que busca analisar caso a caso⁷. A *National Public Radio*⁸ e o jornal *The Washington Post* admitem que, quando querem generalizar, adotam o termo migrante⁹. Outros veículos de comunicação, como a rede

⁷ Disponível em: <<https://blog.ap.org/behind-the-news/migrants-refugees-or-both>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁸ Organização estadunidense que serve de sindicador para 900 emissoras de rádio públicas nos EUA.

⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-termos-para-descrever-a-crise.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

de TV CNN (*Cable News Network*)¹⁰ e os jornais *The NY Times*¹¹ e Folha de São Paulo¹² fizeram matérias a respeito do assunto, mas não expuseram quais termos costumam adotar em suas redações.

De maneira geral, a imprensa parece não ter regras sobre a questão. Mesmo após o debate, o uso dos termos e seus significados permanecem emaranhados. Exceção percebida é a rede de notícias britânica BBC (*British Broadcasting Corporation*), que admitiu o uso anterior concomitante e sinônimo das duas palavras em questão, e passou então a adotar o termo ‘migrante’ de forma genérica para designar tanto aqueles que solicitam asilo quanto as pessoas que buscam uma melhor qualidade de vida na Europa, indo na contramão do discurso apregoadado por Barry Malone, que desqualifica essa palavra. Em algumas matérias, a BBC acrescenta uma nota sobre a terminologia, explicando a que grupos de pessoas o termo ‘migrante’ se refere¹³.

O site Portal Exame publicou uma matéria tendo como base o artigo de Malone¹⁴ e aparentemente permanece usando os termos de forma alternada. Isso pode ser percebido nas imagens a seguir: a Figura 1 traz matéria sobre discussão iniciada por Malone, enquanto a Figura 2, de data posterior à primeira, traz matérias online sobre o assunto da migração e uso dos termos ‘refugiados’ e ‘migrantes’ para tratar de situações semelhantes.

Outra matéria, também do Portal Exame, chama atenção pelo título: “UE quer intensificar retorno de migrantes econômicos”¹⁵. Nesse caso o termo ‘migrante’ se junta à palavra ‘econômico’ para, ao que parece, justificar o ato de deportar pessoas por querer se estabelecer em um novo país com o objetivo de ter ou melhorar sua qualidade de vida.

Importante destacar que há várias outras formas usadas para denominar o sujeito migrante na mídia, além do uso dos termos ‘imigrante’ e ‘refugiado’. Algumas matérias utilizam metáforas de conotação claramente negativa, como ‘baratas’¹⁶, associando o

¹⁰ Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2015/09/08/world/what-is-difference-migrants-refugees/index.html>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹¹ Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/08/28/world/migrants-refugees-europe-syria.html>>. Acesso em 10 nov. 2015.

¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-termos-para-descrever-a-crise.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹³ Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-34278886>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹⁴ Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/noticias/imigrantes-ou-refugiados-como-uma-simples-palavra-muda-tudo#4>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹⁵ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/ue-quer-intensificar-retorno-de-migrantes-economicos>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹⁶ O artigo original foi retirado do ar:

<<https://www.thesun.co.uk/sol/homepage/suncolumnists/katiehopkins/6414865/Katie-Hopkins-I-would-use-gunships-to-stop-migrants.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016. Mas há referências em outras matérias, como em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/apr/19/katie-hopkins-migrants-vermin-darkest-history-drownings>>. Acesso em 18 jan. 2016.

migrante a animais e, conseqüentemente, os descaracterizando enquanto humanos; outras matérias buscam termos de sentido positivo como ‘pessoas’ ou chamam os imigrantes pelo nome, e assim os personificam no discurso.

Figura 1. Matéria do Portal Exame: “Imigrantes ou refugiados? Como uma simples palavra muda tudo”.

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/imigrantes-ou-refugiados-como-uma-simples-palavra-muda-tudo#4>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Figura 2. Manchetes diversas Portal Exame.

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/ue-quer-intensificar-retorno-de-migrantes-economicos>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Mais que uma escolha por palavras, o debate acerca da construção discursiva de identidades do sujeito migrante reitera ou vai na contramão da opinião pública e, numa arena em que disputam e negociam interesses de grupos distintos, pode influenciar nas políticas de migração e nacionalidade. Segundo Pontes (2010, p. 13),

o mais importante no estudo sobre identidade numa perspectiva discursiva não é a descrição de como acontece o processo de construção dessas identidades, mas porque certas construções de identidade são usadas e mantidas em determinadas situações, que tipo de conhecimento produzem, que valores são acionados/construídos e que efeito de sentido/impacto social e cultural determinado modo de construção de identidades produz.

Avançando nesse pensamento para uma perspectiva dos Direitos Humanos, podemos dizer que a aceitação ou rechaçamento do refugiado e do imigrante se relacionam ao conceito de empatia, construída e reforçada também por meio do discurso, que é a capacidade de ver o outro como semelhante, e “depende do reconhecimento de que outros sentem e pensam como fazemos, de que nossos sentimentos interiores são semelhantes de um modo essencial” (HUNT, 2009, p.27). Um dos pilares para a elaboração dos direitos universais do homem¹⁷, a empatia – em nosso caso, da população nacional em relação a quem é estrangeiro – é elemento importante para entendimento da questão da migração.

Retomando o uso das palavras, embora não haja regra explícita para isso, um caminho que se parece trilhar, apregoadado pelo discurso midiático, é o que constroi a imagem do refugiado como acolhido a partir da legislação internacional, embora muitas vezes a contragosto e com ressalvas; e também como vítima, que depende de disposições e ações de solidariedade do outro. Enquanto isso, o migrante, principalmente o chamado ‘migrante econômico’, pode ser expulso e devolvido a seu país de origem.

Ora usado indiscriminadamente, ora atrelado a um sentido legal ou ressignificado por grupos de mídia, é importante refletir até que ponto a diferença linguístico-discursiva no tratamento e construção identitária dos ‘refugiados’ e ‘imigrantes’ acaba corroborando uma distinção de aceitação, tratamento e empatia aos diversos perfis de sujeitos migrantes. Independente de como é designado, todo ser humano compartilha mesma dignidade inerente.

Numa pesquisa que se propõe a estudar a construção e reconstrução de sentidos pelas palavras, não poderíamos prescindir de determinar os termos que serão adotados ao longo desse texto para designar nosso objeto de reflexão. Sempre que possível, trataremos as pessoas que migram como ‘refugiados e imigrantes’, com o intuito de evitar associações ideológicas incoerentes a algum dos termos e também para dar voz e visibilidade a ambos os

¹⁷ Hunt (2009) argumenta que a influência de novos tipos de experiências sociais no século XVIII, como ver imagens em exposições públicas e ler romances epistolares sobre amor e casamento, ajudaram a difundir as práticas da autonomia e da empatia. Estas criaram condições para o surgimento dos primeiros documentos sobre direitos humanos (a Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelecida na Revolução Francesa, em 1789), que formaram a base para a atual Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

grupos sociais. Exceção para uso de um dos termos de forma isolada ocorrerá quando forem tratadas de características específicas desse determinado sujeito, como, por exemplo, quando nos aprofundarmos na legislação que institui e regula a figura apenas do refugiado.

Por outro lado, e propositalmente, não faremos distinção de uso entre as palavras ‘migrante’ e ‘imigrante’, por entender que tratam de forma similar da dinâmica e da natureza do ato de migrar, não interferindo no controle e identidade das pessoas. Embora o termo ‘migrante’ possa contemplar tanto aquele que imigra (isto é, entra num local que não é o seu de origem) quanto o que emigra (sai do local do qual é originário), suas formas de uso ao longo do nosso texto contemplam apenas a imigração, de forma que ‘migrante’ e ‘imigrante’ tratam, nesse contexto, de um mesmo sujeito.

1.2 SOBRE OS OBJETIVOS, A JUSTIFICATIVA DA PESQUISA E A ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Com base no exposto anteriormente, que serviu de ponto de partida e reflexão sobre esta pesquisa, definimos como objetivo principal de estudo investigar se existe uma distinção entre as estratégias discursivas de nomeação e predicação utilizadas para a construção da imagem dos refugiados e dos imigrantes na cobertura do jornal Folha de S.Paulo ao movimento migratório de pessoas da África e Ásia em direção à Europa, entre os anos de 2015 e 2017. A pergunta de pesquisa que buscaremos responder é: quais estratégias de nomeação e predicação são utilizadas para auxiliar na construção das identidades dos refugiados e imigrantes? Ou, dito de outra forma: como é construída discursivamente a empatia em relação ao refugiado ou imigrante?

Formulamos quatro hipóteses, que serão confirmadas ou refutadas na conclusão desse trabalho: (i) os termos “refugiado” e “imigrante” parecem ser igualmente associados à noção dos “outros que ameaçam”, enquanto indivíduos perigosos, criminosos ou terroristas infiltrados ou em potencial; (ii) quando se trata de matérias que abordam a vitimização da pessoa que migra e há defesas e justificativas ao seu acolhimento, num tom mais complacente, parece haver uma preferência da mídia pelo uso da palavra “refugiado”, pelo sentido legal que possui, de acordo com o Estatuto do Refugiado (ACNUR, 1951); (iii) o termo “refugiado” foi mudando de sentido ao longo dos três anos de análise (2015 a 2017), com sua identidade se deslocando do papel de vítima e se aproximando da representação enquanto ameaça, após sucessão de ataques terroristas e atos de violência registrados em países europeus, entre novembro de 2015 e julho de 2016, em que a mídia reportou uma

possível participação (confirmada ou não) de solicitantes de asilo, refugiados e descendentes de imigrantes; e (iv) a palavra “imigrante” predomina em matérias ou abordagens que tratam das pessoas que deixam seus locais de origem em busca de uma melhor qualidade de vida relacionada a aspectos financeiros, conforme definição também constante no Estatuto do Refugiado (ACNUR, 1951), e tais matérias dão a entender que não há problemas caso sejam devolvidas pelos países de acolhida.

A justificativa para essa pesquisa vem da contemporaneidade do tema migração, cujos números tendem a crescer nos próximos anos, tanto no mundo como no Brasil, se for levada em conta a tendência registrada nas últimas décadas¹⁸. Nesse contexto, faz-se mister que sejam elaborados estudos que acompanhem, registrem e levantem questões que possam atuar no rumo dessa caminhada e apontar possíveis soluções a curto, médio e longo prazo. Trata-se de um assunto complexo e que requer estudos aprofundados dos aspectos que o compõe.

Há que se observar também a maneira como o migrante é retratado na imprensa, por ele servir como bode expiatório (*scapegoat*) ideal para os mais diversos problemas. Além disso, esta pesquisa pode ser apenas a ponta do iceberg de uma questão ainda maior e mais grave, relacionada a discursos e práticas xenofóbicas que resgatam o preconceito e a intolerância típicos do totalitarismo, sendo uma afronta aos direitos humanos.

Este trabalho se desenvolve em torno do paradigma pós-estruturalista. É fundamentado na Análise Crítica do Discurso, incluindo a interdisciplinaridade característica deste campo de estudo. O arcabouço teórico-metodológico está centrado especialmente na Abordagem Histórico-Discursiva (AHD) desenvolvida pela vertente austríaca da ACD, capitaneada por Ruth Wodak *et al* (WODAK, 2004; REIGIL; WODAK, 2008; BOUKALA; WODAK, 2015; VAN LEEWEN; WODAK, 1999), apoiada pela representação de atores sociais de Van Leuween (1997), pela teoria social do discurso de Fairclough (2001) e pelos estudos culturais de Hall (2000; 2003) e Woordard (2012), entre outros.

Para dar conta do que se propõe, o trabalho está dividido em 6 seções, além dessa introdução. A primeira seção trará os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, a partir de seu eixo teórico, a Abordagem Histórico-Discursiva (AHD), compreendida como uma vertente da Análise Crítica do Discurso (ACD). Essa seção também apresentará a Folha de São Paulo, veículo de comunicação escolhido para a seleção do material pesquisado, além das escolhas efetuadas com base no *corpus* ampliado e restrito.

¹⁸ Como visto no primeiro parágrafo desta Introdução e será retomado na seção 2 da pesquisa.

A segunda seção traçará um breve panorama histórico, teórico e legal da migração, da antiguidade aos dias atuais, abordando pontos que serão relevantes para a posterior análise da pesquisa. O foco do estudo são os movimentos migratórios atuais, principalmente de pessoas da África e Ásia em direção à Europa, mas serão tratados também pontos relevantes sobre a questão migratória no Brasil e em outras partes do mundo.

Depois de tratar da migração em seu aspecto macro, a pesquisa entra na seção 3, que abordará noções de identidade a partir de concepções dos termos ‘migrante’, ‘refugiado’, além de outros relacionados aos movimentos migratórios e seu registro na mídia, como ‘estrangeiro’, ‘requerente de asilo’ e ‘apátrida’. Esta seção pretende envolver as identidades retratadas em conceitualizações dos estudos culturais, contrapondo a multiculturalidade do sujeito moderno à retomada da dicotomia entre nós (o nacional) *versus* eles (o imigrante ou refugiado).

A seção 4 versará sobre as teorias da Linguística que dão sustentação a esta pesquisa. Iniciará com noções de nomeação, referenciação e designação para a construção da identidade no discurso. Na sequência, partirá para conceituações acerca da Análise Crítica do Discurso, principalmente em sua Abordagem Histórico-Discursiva. Nessa seção são apresentados conceitos da ACD relevantes para o estudo: discurso, crítica, ideologia e poder. Também se busca analisar pontos de interseção entre a identidade conforme vista na ACD e nos estudos culturais (assunto explorado na seção 3).

Na quinta seção será efetuada a análise do material da pesquisa, que terá início com a delimitação dos dados do *corpus* restrito e considerações gerais acerca do mesmo. O arcabouço metodológico da AHD será utilizado nas análises, quando serão tomadas a nomeação e a predicação na constituição dos refugiados e migrantes.

Por último, o estudo trará suas considerações finais, momento em que as formas de representação linguístico-discursivas do refugiado e do migrante serão confrontadas com suas possíveis implicações para a garantia dos direitos humanos. Ainda, serão apontados caminhos futuros para a continuidade acadêmica destes estudos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A primeira parte dessa seção trará a metodologia desenvolvida pela AHD e que guiará nosso percurso investigativo. Na sequência, apresentaremos as características da Folha de S.Paulo, veículo de comunicação escolhido para a composição do *corpus*. As escolhas e delimitações a partir dos dados pesquisados irão finalizar os assuntos tratados nesta parte do trabalho.

2.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS A PARTIR DA ABORDAGEM HISTÓRICO-DISCURSIVA

Embora a teoria da AHD, no que concerne a esta pesquisa, venha a ser aprofundada na seção 4, cabe ressaltar de início seus princípios metodológicos que nortearão este trabalho.

(i) *Princípio de triangulação* – conforme colocado por Pontes (2010, p. 52), “diz respeito à combinação de várias abordagens interdisciplinares e metodológicas para investigar um fenômeno em particular”. Sua adoção tem como objetivo dirimir interpretações falhas ou tendenciosas (WODAK, 2008). Stake (2011, p. 47), ao abordar a pesquisa qualitativa, afirma que “o funcionamento das coisas pode ser mais complicado do que aparenta ser à primeira vista. A triangulação ajuda a reconhecer que as coisas precisam de uma explicação mais elaborada do que pensamos inicialmente”. No campo da migração, para fazer frente a este princípio, usaremos não apenas a ACD e a AHD, mas também abordagens sociológicas, legais e históricas que corroboram as análises linguístico-discursivas.

(ii) *Análise das relações intertextuais e interdiscursivas* – para esse tópico, tomaremos como definição de intertextualidade o que foi postulado para a ACD por Fairclough, coerente com o pensamento de Reisigl e Wodak (2008, p. 90): “intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). De forma simplificada, interdiscursividade trata dessa mesma propriedade, sendo que no âmbito do discurso, e não do texto (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114; REISIGL; WODAK, 2008, p. 90; WODAK, 2008). Nesse princípio, o contexto histórico é fundamental, pois permite que verifiquemos como um discurso é recontextualizado ao longo do tempo (REISIGL; WODAK, 2008, p. 95). No

estudo em questão, a análise das relações intertextuais e interdiscursivas é central, pois um dos interesses é exatamente ver como a identidade do migrante se forma historicamente no discurso.

(iii) *Pesquisa baseada em teoria e dados empíricos* – significa que, ao longo da análise, a pesquisa se moverá entre os conhecimentos teóricos e empíricos que sejam relevantes ao estudo (REISIGL; WODAK, 2008, p. 94). Além da teoria posta, a observação da pesquisadora sobre a migração, principalmente por meio de percepções do que se vê na imprensa – para além do *corpus* de análise –, será levada em conta.

De acordo com Reisigl e Wodak (2008, p. 96), a pesquisa histórico-discursiva contempla oito passos de execução. Mas, conforme colocado pelos autores, “estes passos ideias são melhores realizados em grandes projetos interdisciplinares, com bastante recurso de tempo, equipe e verba”. Para dar conta desta pesquisa específica, os passos serão reduzidos a seis, conforme abaixo.

(i) *Ativação e consulta a conhecimento teórico prévio* – trata-se da montagem de quadro teórico a partir da resposta à pergunta, adaptada de Pontes (2010, p. 43): “quais são as ferramentas conceituais mais relevantes para investigar e compreender a formação discursiva identitária do refugiado e do imigrante no movimento migratório atual, aderindo a um posicionamento crítico?” Em trabalhos mais extensos, é possível partir de perguntas abrangentes e, com base nos resultados, afunilar para questões de pesquisa relacionadas ao discurso (REISIGL; WODAK, 2008, p. 97). No caso desta pesquisa, o quadro teórico partirá de estudos anteriores disponíveis sobre o tema, relatórios provenientes de organizações internacionais, uma contextualização histórica, teórica e legal da migração e do refúgio e da construção social da identidade dos migrantes e refugiados a partir dos Estudos Culturais (HALL, 2000, 2003; WOODWARD, 2012), além de conceitos da já amplamente citada Análise Crítica do Discurso.

(ii) *Coleta sistemática de dados e de informações do contexto* – a partir do foco da pesquisa, foram levados em consideração os critérios, dentre os estabelecidos na AHD (REISIGL; WODAK, 2008, p. 98) para a constituição do *corpus*:

a) unidade política específica – no caso, o Brasil;

b) períodos específicos de tempo relacionados a eventos discursivos relevantes – nesse caso,

espaço compreendido entre os anos de 2015 e 2017, em que se verifica um aumento significativo da migração de pessoas da Ásia e África em direção à Europa, movimento explorado em exaustão pela imprensa;

c) atores sociais específicos – refugiados e imigrantes;

d) discursos específicos – o da imprensa sobre o movimento migratório;

e) determinados gêneros discursivos – o gênero jornalístico, nos formatos notícia e reportagem.

O *corpus* da pesquisa é constituído por matérias jornalísticas sobre o movimento migratório, publicadas no jornal Folha de S.Paulo, entre 01/01/2015 e 31/12/2017. A coleta dos dados foi efetuada por meio do sistema de busca do site de acervo da Folha de S.Paulo¹⁹, a partir das palavras-chave ‘refugiado’, ‘refugiados’, ‘refugiada’, ‘refugiadas’, ‘migrante’, ‘migrantes’, ‘imigrante’ e ‘imigrantes’. O motivo da escolha por tais palavras foi o interesse em pesquisar o uso dos termos que designam o sujeito da migração, conforme posto em etapas anteriores do trabalho.

A delimitação do estudo a apenas um veículo de comunicação veio da necessidade metodológica de eliminar possíveis orientações ideológicas distintas dos jornais. Uma vez que isso não faz parte do escopo deste trabalho, não foi levado em conta quando da seleção dos dados a serem coletados.

A escolha do veículo Folha de S.Paulo adveio do fato deste ser o jornal com maior tiragem e circulação do Brasil, constituindo, portanto, importante representação sobre como a imprensa brasileira denomina os refugiados e imigrantes²⁰. Segundo dados auditados pelo IVC (Instituto Verificador de Comunicação), em dezembro de 2017 a Folha tinha tiragem média diária de 121.007 edições impressas, além de 164.327 assinaturas digitais, totalizando em 285.334 a média de exemplares. O segundo colocado era o jornal O Globo, com 243.404 exemplares totais²¹.

Além disso, a produção da Folha de S.Paulo está fixada em local geográfico que concentra maior quantidade de refugiados e imigrantes no Brasil, sendo portanto mais

¹⁹ Disponível temporariamente de forma gratuita em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso entre 10 jan. 2018 e 15 mar. 2018.

²⁰ Importante pontuar que agências internacionais de notícias controlam hoje de 70 a 90% do conteúdo dos noticiários dos meios de comunicação em todo o mundo, incluindo a Folha de S.Paulo. “*Associated Press (AP), Reuters, EFE e France Presse* são as líderes neste seguimento e geralmente entregam suas produções com o viés ideológico dos locais de origem – Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e França, respectivamente”. (CARDOSO, 2013, p.69)

²¹ Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

sensível ao tema, que pode ser retratado de forma mais fidedigna. A proximidade é considerada um critério de noticiabilidade importante e ferramenta fundamental para a coleta de dados e produção do texto jornalístico (Traquina, 2008; Wolf, 1999 *apud* CARDOSO, 2013). De acordo com o Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo²², entre 2000 e 2015, entraram no país 879.926 refugiados e imigrantes, sendo o estado de São Paulo adotado como residência por 367.436 dessas pessoas, que representam quase 42% do total.

(iii) *Seleção e preparação de dados para análises específicas* – nesta etapa as informações coletadas serão reduzidas, a princípio, de acordo com os critérios de representatividade e influência intertextual e interdiscursiva (REISIGL; WODAK, 2008, p. 99). Para facilitar a análise dos textos selecionados, estes estão divididos em *corpus* ampliado, que engloba o total de ocorrências e primeiros critérios de delimitação (especificados no item 1.2 adiante) e *corpus* restrito, composto por 7 textos que foram submetidos, na seção 5, à análise qualitativa para comprovar as asserções do trabalho. Todavia, a fundamentação desse estudo e a definição de suas categorias de análise resultam de análises aprofundadas de todos os textos do *corpus* ampliado.

(iv) *Especificação da pergunta de pesquisa e formulação das hipóteses* – com base na preparação dos dados e conhecimentos teóricos e empíricos, foram formuladas a pergunta e as hipóteses deste trabalho, já apresentadas na Introdução, item b).

(v) *Análise qualitativa* – conforme AHD, trata-se da elaboração de uma análise qualitativa de um ou mais discursos relevantes, que é posteriormente aplicada em estudos de caso nos vários gêneros discursivos em análise (REISIGL; WODAK, 2008). Nesta pesquisa, os discursos que formam o *corpus* – todos de um mesmo gênero discursivo – serão explorados na seção 5.

(vi) *Formulação da crítica* – “baseada em normas democráticas e direitos humanos, aponta para preconceitos nas representações e relações contraditórias e manipulativas entre discursos e estruturas de poder” (REISIGL; WODAK, 2008). Nesta etapa, investigaremos como a identidade do refugiado e a do imigrante, formadas pelo discurso da imprensa, interferem na aplicação dos direitos humanos. Os resultados estão expostos na última seção dessa pesquisa.

²² Disponível em:

<http://www.nepo.unicamp.br/principal/DO_2018_04_13_pg_IV_Unicamp%20Fapesp%20Atlas%20imigrantes.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

2.2 ESCOLHAS E DELIMITAÇÕES DO *CORPUS* DA PESQUISA

O jornal Folha de S.Paulo²³ foi publicado pela primeira vez em 1º de janeiro de 1960, a partir da fusão dos periódicos Folha da Noite (1921), Folha da Manhã (1925) e Folha da Tarde (1949). Faz parte do Grupo Folha, conglomerado empresarial proprietário de veículos de comunicação, portais de notícias, gráficas, editora, além de outros negócios (FOLHA DE S.PAULO, 2018). Possui tiragem média diária de 285.334 exemplares e distribuição nacional. Seu público é formado por leitores prioritariamente das classes AB (60%), do sexo feminino (53%) e entre 18 e 44 anos (58%)²⁴.

A Folha de S.Paulo publica periodicamente um Manual de Redação, contendo as normas e recomendações que orientam o trabalho dos seus jornalistas. Tais direcionamentos são regidos pelos princípios editoriais do jornal, a saber: jornalismo crítico, pluralismo e apartidarismo (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 22). Isso significa que, embora tenhamos conhecimento de que não existem discursos neutros ou isentos de ideologias, a Folha de S.Paulo diz adotar a imparcialidade comumente associada aos veículos de comunicação, e reitera tal posicionamento aos seus jornalistas associados.

Sobre esse ponto, vale ressaltar que os discursos da mídia sofrem influência dos contextos social, histórico e geográfico em que se situam, e também agem sob influência dos diversos grupos e instituições que compõem a sociedade e dos detentores dos meios de comunicação. Os jornalistas, a despeito de assumirem o papel de articular e costurar estes diferentes pontos de vista, estabelecem também seus próprios discursos, pois não são uma instituição localizada à parte da sociedade. Daí a impossibilidade de um jornalista narrar um acontecimento sob uma perspectiva objetiva e imparcial, mesmo que leve em consideração todos os princípios éticos e os procedimentos que regem o processo de escrita da notícia.

Ocorre que, no discurso jornalístico, o narrador anuncia logo o seu afastamento diante do fato, potencializando uma imagem de neutralidade. Ao ocupar este lugar, o veículo de comunicação conserva um ar de autoridade, de competência e credibilidade (CHARAUDEAU, 2006). Deste modo, age na institucionalização de sentidos, inclusive daqueles que constroem a identidade de atores sociais no discurso, como no caso que estamos pesquisando, dos refugiados e imigrantes.

²³ A Folha de S.Paulo foi escolhida como veículo de comunicação a ser pesquisado neste trabalho, conforme justificativas postas no item 1.1 desta seção 1.

²⁴ Leitores do jornal Folha de S.Paulo na Grande São Paulo, dados de 2015. Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Retornando ao Manual de Redação da Folha (2018), verificamos que não constam orientações específicas quanto ao uso dos termos ‘refugiados’ e ‘imigrantes’ na prática jornalística, ao contrário de outros verbetes cujas recomendações são explicitadas. Além disso, uma única matéria a respeito da utilização dessas palavras, intitulada “Refugiados ou imigrantes? A discussão sobre os termos para descrever a crise”²⁵, foi publicada na versão online do jornal, em 28 de agosto de 2015, quatro dias após artigo de Malone (2015), explorado na introdução desse trabalho. A matéria da Folha de S.Paulo teve como fonte a agência de notícias *Associated Press*, foi redigida pelo jornalista sueco Karl Ritter e não traz o posicionamento específico da Folha a respeito do uso dos termos.

Os dados postos no parágrafo anterior permitem concluir que a Folha de S.Paulo não parece dar relevância em sua prática à forma de utilização dos termos ‘refugiado’ e ‘imigrante’. Mesmo após publicação da matéria citada acima, e de acordo com análise a ser detalhada na seção 5, o jornal pareceu utilizar os termos ora como sinônimos, ora com significados distintos atrelados às cargas discriminatórias que possuem.

Dando sequência aos aspectos metodológicos deste trabalho, serão vistos os procedimentos e delimitações feitos ao *corpus* ampliado. A busca efetuada no site de acervo da Folha de S.Paulo resultou num total de 4.306 ocorrências das palavras-chave ‘refugiado’, ‘refugiados’, ‘refugiada’, ‘refugiadas’, ‘migrante’, ‘migrantes’, ‘imigrante’ e ‘imigrantes’, conforme Figura 3 a seguir.

Num primeiro momento, foram excluídas da seleção as matérias em que as palavras-chave eram utilizadas como nomes próprios, como verbo (no caso, ‘refugiar’) ou constavam em propagandas, uma vez que tais usos não se enquadravam dentre aqueles que poderiam contribuir para a formação discursiva da identidade dos sujeitos. Com isso, o *corpus* foi reduzido para 2.929 ocorrências, lidas e categorizadas uma a uma.

De acordo com Gomes (2003, p. 70), trabalhar com categorias “significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”, sendo este um procedimento que pode vir a ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. Ainda segundo o autor, a categorização deve ser elaborada antes da coleta de dados (as categorias serão “mais gerais e abstratas”) e também após coleta (categorias “mais específicas e concretas”). Em seguida, as duas categorizações devem ser confrontadas, gerando uma tabela final de conceitos.

²⁵ A matéria em questão encontra-se disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-termos-para-descrever-a-crise.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

Figura 3. Imagem do site de Acervo da Folha de S.Paulo com resultados gerais da pesquisa.

Disponível em: <

https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword_all=&keyword_exact=&keyword_any=refugiados%3B+refugiado%3B+refugiadas%3B+refugiada%3B+imigrante%3B+imigrantes%3B+migrante%3B+migrantes&keyword_none=&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=01%2F01%2F2015&endDate=31%2F12%2F2017&days=&month=&year=&jornais=1>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Percorrendo esse caminho metodológico, antes da coleta inicial dos dados foram propostas as categorias de análise a seguir, formuladas a partir de conhecimentos teóricos e empíricos, e aplicadas inicialmente às matérias:

1. Gênero jornalístico
2. Seção e página
3. Palavras-chave presentes no texto
4. Existência ou não de imagens
5. Aparente relevância do conteúdo para o assunto ‘movimento migratório da África e Ásia em direção à Europa’

O gênero jornalístico é aqui entendido como o agrupamento das unidades de mensagem (no caso, as matérias) em classes relativamente fixas, a partir de suas semelhanças em termos de conteúdo ideológico e formatos de execução prática²⁶. As matérias são

²⁶ Assis e Marques de Melo (2016, p. 46) apontam a estereotipação como característica dos gêneros jornalísticos, evidenciada pelo existência dos “[...] manuais de redação, que ditam aos profissionais quais procedimentos devem ser considerados na elaboração de matérias para um veículo ou para uma rede”. A Folha de S.Paulo,

produzidas pelos jornalistas utilizando-se a lógica de um dentre os variados tipos de formato de que um gênero dispõe. O receptor da mensagem, ou seja, o leitor, se utiliza da mesma lógica para compreender em que determinado gênero uma matéria, elaborada em formato específico, se enquadra. Assim, os gêneros jornalísticos “devem ser considerados como artificios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdos, consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência” (ASSIS; MARQUES DE MELO, 2016, p. 45). Com base nas definições acima, esta pesquisa optou por utilizar a “Classificação Marques de Melo”²⁷ de gêneros jornalísticos na imprensa brasileira, cujos formatos são agrupados em categorias de acordo com sua função social, conforme segue abaixo (ASSIS; MARQUES DE MELO, 2016, p. 50).

1. Gênero informativo – função de vigilância social²⁸

- 1.1. Nota
- 1.2. Notícia
- 1.3. Reportagem
- 1.4. Entrevista
- 1.5. Título
- 1.6 Chamada
- 1.7 Legenda

2. Gênero opinativo – função social de fórum de ideias

- 2.1. Editorial
- 2.2. Comentário
- 2.3. Artigo
- 2.4. Resenha/ Crítica
- 2.5. Coluna
- 2.6. Caricatura
- 2.7. Carta

veículo em análise nesta pesquisa, possui manual de redação publicamente comercializado, conforme visto anteriormente nesta mesma seção.

²⁷ Esta classificação de gêneros jornalísticos foi elaborada pelo professor Marques de Melo a partir de estudos e pesquisas empíricas. Inicialmente divulgada em disciplinas relacionadas aos gêneros da comunicação de massa ministradas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (PósCom-Umesp), foi posteriormente documentada no livro *Jornalismo: compreensão e reinvenção*, de autoria do próprio Marques de Melo. (ASSIS; MARQUES DE MELO, 2016).

²⁸ Os formatos 'título' e 'chamada' foram acrescentados ao gênero informativo com base em Medina (2001). Também acrescentamos nesse gênero 'legendas de fotos' por entender que também cumpre a função de vigilância social, assim como os demais de mesma categoria.

- 2.8. Crônica
- 3. Gênero interpretativo – função social educativa, esclarecedora
 - 3.1. Análise
 - 3.2. Perfil
 - 3.3. Enquete
 - 3.4. Cronologia
 - 3.5. Dossiê
- 4. Gênero diversional – função social de distração, lazer
 - 4.1. História de interesse humano
 - 4.2. História colorida
- 5. Gênero utilitário – função social de auxílio nas tomadas de decisões cotidianas
 - 5.1. Indicador
 - 5.2. Cotação
 - 5.3. Roteiro
 - 5.4. Serviço

A maior parte das ocorrências no material coletado se enquadra nos gêneros informativo e opinativo. Uma quantidade mínima e irrelevante de matérias faz parte dos gêneros utilitário, diversional e interpretativo. Tais informações podem ser verificadas em detalhes nos Quadro 1 e 2 abaixo, em que são postos, respectivamente, os gêneros jornalísticos e os formatos mais relevantes verificados nas matérias selecionadas em todo o período de busca.

Figura 4. Divisão de matérias do *corpus* ampliado conforme GÊNERO jornalístico.

Figura 5. Divisão de matérias do *corpus* ampliado conforme FORMATO jornalístico.

O segundo aspecto de categorização do material de análise foi por seção. Esta seguiu a indicação classificatória da Folha²⁹, conforme abaixo, incluindo-se as duas revistas encartadas semanalmente no periódico:

1. Poder
2. Mundo
3. Mercado
4. Cotidiano
5. Esporte
6. Ciência + Saúde
7. Folha Corrida
8. Ilustrada
9. Turismo
10. Ilustríssima
11. Sobre Tudo
12. Revista Serafina
13. Revista sãopaulo

A grosso modo, todas as seções e revistas da Folha de S.Paulo despontaram nos dados deste trabalho. A maior parte das ocorrências aconteceu na seção Mundo, com aproximadamente 35% do total de matérias, o que já era de certa forma esperado, visto que é o local onde se concentram notícias internacionais. Nesta seção estavam presentes 53% do conteúdo classificado como ‘relevante’, ou seja, relacionado ao assunto ‘movimento migratório da África e Ásia em direção à Europa’. Junto à categorização por seção, foi

²⁹ Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml?fill=3>. Acesso em: 07 out. 2017.

efetuado o registro da numeração das páginas da Folha em que apareceram os resultados da busca, mas este índice não apresentou um padrão que justificasse prosseguir em sua análise.

A próxima etapa foi apontar quais palavras-chave utilizadas na busca estavam presentes em cada texto selecionado. Ao contrário dos pontos anteriores, esta classificação permitia marcar mais de uma alternativa, visto que mais de um termo poderia aparecer nas matérias, sendo este inclusive um dos pontos de partida para esse estudo. As palavras foram:

1. Refugiado (e suas variações refugiados, refugiada e refugiadas)
2. Imigrante (e imigrantes)
3. Migrante (e migrantes)

Análises preliminares apontaram maior ocorrência do termo imigrante; sendo este, porém, muitas vezes utilizado para qualificar indivíduos (ex.: o imigrante Jean Katumba Molundayi) ou indicar filiações (ex.: filho de pais imigrantes, Irma Sanchez...). Quando se tratava do movimento migratório, o uso dos termos pareceu ser de forma mais equilibrada.

No ano de 2015, verificamos um total de 850 matérias jornalísticas na Folha de S.Paulo utilizando as palavras refugiado(s), refugiada(s), imigrante(s) ou migrante(s), conforme Figura 6. Os dois primeiros termos tiveram 417 ocorrências, enquanto o terceiro e o quarto apareceram 642 vezes. O mês com maior quantidade de matérias sobre migração foi setembro, fato ocasionado pela morte do menino sírio de 3 anos Alan Kurdi, em naufrágio durante travessia da Ásia para Europa. Ao longo de todo o ano, o fluxo migratório dos continentes africano e asiático para o europeu, com destaque para os naufrágios ocorridos no Mediterrâneo em virtude desse movimento, predominou em nosso *corpus* de pesquisa.

Figura 6. Quantidade de matérias com uso dos termos refugiado e imigrante/ migrante - 2015

Em 2016, registramos um aumento na quantidade de matérias com uso dos termos pesquisados, num total de 1.088 ocorrências, sendo 714 para imigrante(s) e/ou migrante(s) e

559 para refugiados e suas variações, conforme Figura 7. O fluxo migratório da Ásia e África em direção à Europa sofreu redução após acordo entre a Turquia e a UE (que será visto na seção 3), mas ainda continuou em evidência nas matérias do *corpus*. O ‘Brexit’, plebiscito em que a população votou pela saída do Reino Unido da União Europeia, também teve destaque nos textos investigados, pois o grupo ganhador se mostrou de opinião contrária à acolhida de refugiados e imigrantes no território britânico. A eleição estadunidense, que colocou Donald Trump no poder, foi outro assunto de destaque nas matérias selecionadas, uma vez que uma das promessas dos republicanos foi deportar 3 milhões de ‘imigrantes ilegais’ dos Estados Unidos.

Figura 7. Quantidade de matérias com uso dos termos refugiado e imigrante/ migrante - 2016

Conforme Figura 8 (a seguir), o ano de 2017 registrou um aumento do uso dos termos pesquisados em relação a 2016, o que demonstra um movimento ascendente na cobertura a respeito da migração. Verificamos um total de 1.212 ocorrências, sendo 669 de uso do termo refugiado (e variantes) e 681 de imigrante(s) e migrantes(s). Permanece o destaque para a migração asiática e africana para a Europa, mas ganham evidência outros assuntos, como os processos eleitorais na França, Alemanha e Áustria (em que se observa um aumento dos partidos de direita a favor de políticas anti-imigração), além de políticas estadunidenses colocadas em prática por Trump para barrar a entrada de imigrantes e refugiados de determinadas nacionalidades.

Figura 8. Quantidade de matérias com uso dos termos refugiado e imigrante/ migrante - 2017

Os dois últimos pontos de categorização preliminar do *corpus* possuíam como resposta ‘sim’ ou ‘não’. Um deles tratava da presença de imagens apoiando matérias e teve resultado positivo em 72% dos casos. O outro buscava aparente relevância do conteúdo para o assunto ‘movimento migratório da África e Ásia em direção à Europa’ e teve cerca de 20% de ocorrências positivas. A respeito do assunto das matérias, cabe pontuar a pouca quantidade de ocorrências sobre imigrantes e refugiados do Brasil, além da ausência de conteúdo sobre migração interna.

As informações coletadas no *corpus* ampliado serão utilizadas para exemplificar e justificar teorias, conceitos e posições ao longo deste trabalho. Na quinta seção, será explicada a formação do *corpus* específico e procedida a análise qualitativa de seus textos, confrontados aos objetivos desta pesquisa.

Postos os ditames metodológicos que guiarão nosso percurso, partiremos para a segunda seção, quando iniciaremos a ativação e consulta a conhecimento teórico prévio, primeiro passo de execução de pesquisa na perspectiva da Abordagem Histórico-Discursiva (REISIGL; WODAK, 2008, p. 96). Especificamente, trataremos de questões teóricas e legais na história da migração, tanto no mundo como no caso particular do Brasil.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, TEÓRICA E LEGAL DA MIGRAÇÃO

Na Abordagem Histórico-Discursiva, o resgate da história é usado para interpretar textos e discursos. Isso permite a reconstrução de como recontextualizações ligam textos e discursos intertextualmente e interdiscursivamente ao longo do tempo (REISIGL; WODAK, 2008, p. 95). Importante destacar que, neste estudo, o *corpus* ficará restrito à contemporaneidade (2015-2017), sendo o *background* histórico utilizado para dar pistas que auxiliem no entendimento do movimento migratório atual.

Para melhor entendimento dessa segunda seção, dividimos o percurso teórico, histórico e legal da migração e do refúgio em 4 momentos: do *Homo erectus* às leis de migração de Ravenstein; a migração no século XX e a instituição legal do refugiado; o momento atual da migração; além de parte específica para tratar da migração e refúgio no Brasil. Ao longo dos pontos, vamos traçar paralelos entre os acontecimentos, as teorias e processos legais que envolvem tais fenômenos.

Uma vez que esta pesquisa tem como objetos tanto o migrante quanto o refugiado – e suas respectivas identidades construídas no discurso –, a maior concentração de informações estará no período pós instituição legal do refúgio, ou seja, a partir do século XX.

3.1 DO *HOMO ERECTUS* ÀS LEIS DE MIGRAÇÃO DE RAVENSTEIN

É sabido que grandes movimentos migratórios acompanham desde sempre a história da humanidade. Os primeiros registros remontam ao período entre 1.5 milhão e 5.000 anos a.C., quando o *Homo erectus* e o *Homo sapiens* saíram de *Rift Valley*, na África, em direção à Europa e posteriormente a outros continentes (KOZER, 2007). “As difíceis condições de vida no local de origem e o desejo de prosperidade, mesmo que inicialmente instintivos, moviam grupos em distintos pontos do globo e traziam mudanças geográficas e econômicas (CARDOSO, 2013)”.

Na Antiguidade, a colonização grega e a expansão romana só foram possíveis graças à migração. Embora as pessoas não fossem denominadas como ‘refugiadas’³⁰, deslocamentos forçados também aconteciam já nessa época. Um exemplo foram os últimos anos das Guerras Púnicas (264 a.C. a 146 a.C.), entre Roma e Cartago, quando os cartagineses fugiram para outras regiões da África do Norte (WARMINGTON *apud* SILVA, 2017). Para além do

³⁰ Veremos origem e uso dessa palavra na seção 3, subseção 3.1.

território europeu, movimentações migratórias nesse período aconteceram na Mesopotâmia e nos Impérios Inca, Hindu e Chinês (dinastia Zhou), também entre o povo *Viking* e nas cruzadas para a Terra Santa (KOZER, 2007).

Dando continuidade ao percurso histórico, vimos no século XVI, na Europa, o registro de documentos de identificação e controle de movimentação de pessoas, constituindo os primórdios do que viria a se tornar o passaporte. A instituição desse documento serviu para os Estados acompanharem o ir e vir de sua população, entendida como equivalente a riqueza e a força militar, e por isso devidamente identificada e regulada. Em meados de 1548, na Prússia, um decreto da Assembleia Geral Imperial proibiu a emissão de ‘passes’ para ‘ciganos e vagabundos [Landstreicher]’ devido ao mau cheiro, sugerindo que os passes seriam necessários para a circulação daqueles grupos (TORPEY, 2000).

Já naquela época, percebe-se a divisão de pessoas entre os que ‘pertencem’ e os que ‘não-pertencem’ a determinado Estado (estes últimos, pela condição, são os que não usufruem de qualquer benefício estatal), em movimento que se assemelha ao observado hoje entre nacionais *versus* imigrantes e refugiados, e que será visto em mais profundidade na próxima seção. O passaporte é documento que auxilia nessa distinção, conforme apontado por Torpey na passagem abaixo.

In order to monopolize the legitimate means of movement, states and the state system have been compelled to define who belongs and who does not, who may come and go and who not, and to make these distinctions intelligible and enforceable. Documents such as passports and identity cards have been critical to achieving these objectives³¹. (TORPEY, 2000, p.10)

Nos séculos XVIII e XIX, o evento migratório predominante foi o transporte de escravos. Estima-se que 12 milhões de pessoas foram levadas da África para a América nessas condições. Um dado a destacar no período é que, com as migrações transatlânticas, as distâncias percorridas pelos refugiados e imigrantes cresceram de forma nunca vista anteriormente.

Embora tenhamos observado que a migração acompanha a história da humanidade, apenas no final do século XIX surgiram os primeiros conceitos relacionados ao tema, na área

³¹ Tradução nossa: A fim de monopolizar os meios legítimos de movimento, os Estados e o sistema estatal foram obrigados a definir quem pertence e quem não pertence, quem pode ir e vir e quem não pode, e tornar essas distinções inteligíveis e executáveis. Documentos como passaportes e cartões de identidade têm sido fundamentais para se alcançar esses objetivos.

das ciências sociais³². É o geógrafo e cartógrafo inglês Georg Ravenstein que, a partir de 1885, busca firmar as ‘leis da migração’, em estudos publicados no *Journal of the Royal Statistical Society*. Considerado até hoje único autor ‘clássico’ no tema, referenciado na maioria dos trabalhos acadêmicos relacionados aos estudos migratórios, Ravenstein organizou um conjunto de verificações empíricas sobre origem e destino das migrações, lançando de forma implícita as bases do princípio de atração e repulsão (conhecido como *pull* e *push*) utilizado até os dias de hoje (CARDOSO, 2013; GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017).

Conforme Ravenstein, o local de origem funciona como fator de repulsão para o migrante, que acaba optando racionalmente por sair e se fixar em outro mais desenvolvido e com melhores condições de vida. Assim, as áreas de origem dos fluxos migratórios seriam definidas por fatores de repulsão (como a ausência de emprego, por exemplo), enquanto itens de atração (como abundância de trabalho) determinariam a orientação dos fluxos.

A teoria de Ravenstein, embora sempre referênciada, é considerada ultrapassada na atualidade. Em Cardoso (2013, p. 26-27), vemos que as críticas a este estudo estão relacionadas principalmente à falta de historicidade nos casos de migração e à pouca relação com deslocamentos de grupos de pessoas, já que prioriza a decisão e mobilização individual.

Além disso, a realidade contemporânea das migrações contradiz o pensamento de Ravenstein de que é a parte da população mais pobre que tende a deixar seus países, em direção a outros economicamente fortalecidos. Análises posteriores, como a de Thomas e Znaniecki (1918 *apud* CARDOSO, 2013) destacam o deslocamento de pessoas da classe média, que conseguem planejar e arcar financeiramente com a migração. Além disso, no atual movimento de refugiados, a maior parte dos países de acolhida estão entre aqueles considerados subdesenvolvidos porém próximos a locais de conflitos³³, e não entre as nações mais ricas (e portanto mais ‘atrativas’) do mundo, como se poderia supor.

Embora já contestado e criticado, o princípio de atração e repulsão reforça a questão econômica da migração, sendo importante referência interdiscursiva para avaliarmos as migrações contemporâneas, em que está presente e em discussão a figura do ‘migrante

³² Peixoto (2004, p.3) destaca que “o tema das migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e se consolidaram”. De fato, não vimos tal abordagem na maioria dos autores, senão de forma marginal, apesar da relevância da migração na história social humana.

³³ Góis; Oliveira; Peixoto (2017) confirmam a concentração de refugiados em países considerados menos desenvolvidos. “O número de refugiados residentes no exterior da Europa, perto dos locais de conflito, continua a ser claramente superior ao daqueles que entram no continente. Em 2015 estimava-se que cerca de 90% dos quatro milhões de sírios deslocados do seu país estavam na Turquia, Jordânia e Líbano.” (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, p.83)

econômico'³⁴. Conforme posto por Góis, Oliveira e Peixoto (2017, p.75), subjacente ao modelo de atração e repulsão de Ravenstein, e aos que se seguiram,

está uma leitura econômica da realidade, na qual o determinante é a decisão do agente racionalmente motivado em melhorar sua condição material de vida, assumindo-se que os indivíduos refletem quanto aos custos e benefícios da mobilidade, sendo que só migram quando os custos do movimento (a curto prazo) são inferiores aos benefícios esperados (a médio prazo).

Esse pensamento reduz a decisão da migração ao aspecto econômico quando, muitas vezes, o que está em jogo é mais que isso, é a própria sobrevivência. Na análise do custo *versus* benefício de imigrar, o indivíduo avalia o risco de morte premente em seu país de origem em relação aos riscos existentes no percurso e no local de futura acolhida. Muitas vezes, opta por locais pouco desenvolvidos ou campos de refugiados, com condições de vida precárias, porém mais seguros que seu local de origem. Neste âmbito, o equilíbrio entre agência (indivíduo) e estrutura (sociedade de origem e de destino) fica instável na decisão de migrar, perante a premência de fatores que impelem a fuga urgente à insegurança e pobreza (Triandafyllidou, 2017, *apud* GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, p. 76).

Ainda que faça uma escolha, importante colocar que esse indivíduo quase nunca tem oportunidade de selecionar o melhor local para se refugiar, o que vai de encontro a outro ponto teórico posto por Ravenstein, que pressupõe o imigrante como um sujeito racional livre. No que se refere aos deslocamentos forçados (aspecto superficialmente abordado em sua teoria, o que já constitui uma falha da pesquisa, dada a importância do tema), as migrações normalmente são fugas em direção a um local que precisa apenas ofertar um mínimo de segurança.

Outros autores evoluíram no estudo da migração, até chegarmos aos dias atuais. Em seu levantamento, Peixoto (2004) traz, entre outros, os textos de Thomas e Znaniecki (entre 1918 e 1920), que trataram da integração de imigrantes europeus nos EUA; a compilação de Dorothy Thomas (1938) a respeito da seletividade migratória; o escrito de Zipft (1946) e os de Stouffer (1940 e 1960) sobre a relação entre mobilidade e distância; as pesquisas de Rossi (1955) em 'distância' e no estatuto sócio-econômico dos migrantes; além de Lee (1966 e 1969) que buscou reunir referências numa nova proposta de teoria da migração.

Tais estudos não encerram o tema que, embora não seja foco de autores sociais clássicos, apresenta vertentes em várias ciências, sendo a interdisciplinaridade uma de suas características. Jansen sublinha algumas abordagens:

³⁴ Visto na introdução desse trabalho e que será retomado nas próximas seções.

a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisões antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante. (JANSEN, 1969, p. 60 *apud* PEIXOTO, 2004)

3.2 PERCURSO MIGRATÓRIO NO SÉCULO XX E A INSTITUIÇÃO LEGAL DO REFUGIADO

Avançando no percurso da migração, chegamos ao século XX, quando verificamos o surgimento legal do status de refugiado, que passará a ser representado especificamente nos próximos relatos históricos, junto ou separado da figura do imigrante.

As primeiras grandes movimentações populacionais nesse período foram ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sua predecessora (Guerra dos Balcãs, 1912-1913) e posteriores (Guerra do Cáucaso, 1918-1921 e Guerra Greco-Turca, 1919-1922), nos Estados envolvidos nos conflitos (JAEGER, 2001, p. 727). Nesse ínterim, “as quedas dos impérios russo, austro-húngaro e otomano e a nova ordem criada pelos tratados de paz que alteraram profundamente as bases territoriais da Europa centro-oriental” (Agamben, 1996 *apud* BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 65) contribuíram para a grande quantidade de imigrantes e refugiados registrados a partir de 1918. Na ocasião, estimam-se entre 1 e 2 milhões de refugiados russos no continente europeu (JAEGER, 2001, p. 727).

Para tratar dessa questão, a Liga das Nações³⁵ criou o Alto Comissariado para os Refugiados, com o objetivo de definir o status do refugiado, assegurar sua repatriação ou colocação profissional fora da Rússia e coordenar medidas de assistência (Simpson 1939, p. 199 *apud* JAEGER, 2001, p. 728). Este órgão foi o embrião do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), atualmente em funcionamento.

Além dos russos, outros povos foram obrigados a deixar seus locais de origem devido

³⁵ A Liga das Nações foi criada em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, por meio do Tratado de Versalhes, “para promover cooperação internacional e alcançar paz e segurança”. Cessou suas atividades em 1940, depois de ter falhado em prevenir o acontecimento da Segunda Guerra Mundial. A Liga das Nações é o organismo precursor das Nações Unidas, criada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, em circunstâncias e com objetivos similares. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history/history-united-nations/index.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

às mudanças no Império Otomano e na República Turca ocasionadas no pós Guerra. Por isso, o mandato do Alto Comissariado foi ampliado, em 1924, para incluir armênios; e em 1928, para acrescentar outras categorias de refugiados (JAEGER, 2001, p. 729).

Minorias étnicas tuteladas pelos *minority treaties*³⁶, mas não aceitas pelos países em que deveriam ser acolhidas pelas novas demarcações de fronteiras, junto com as desnaturalizações em massa ocorridas na França (1915), URSS (1921) e Bélgica (1922), contribuíram posteriormente para um aumento no número de refugiados no continente europeu (BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 65-66).

A partir de 1933, com a ascensão ao poder do governo nazista de Adolf Hitler, o número de refugiados judeus alemães começou a crescer vertiginosamente, levando à criação, em 1936, do Alto Comissariado para os Refugiados da Alemanha (BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 68). Sobre este fato, Arendt (1989, p. 302)³⁷ aponta a expulsão dos judeus, e sua consequente condição de refugiado, como instrumento do Governo Nazista para tentar tornar este povo um perigo e uma ameaça às demais nações européias, afirmando que

o jornal oficial da SS, o Schwartzekorps, disse explicitamente em 1938 que, se o mundo ainda não estava convencido de que os judeus eram o refugio da terra, iria convencer-se tão logo, transformados em mendigos sem identificação, sem nacionalidade, sem dinheiro e sem passaporte, esses judeus começassem a atormentá-los em suas fronteiras.

Tal pensamento, como será visto nas seções adiante, é de certa forma retomado nos dias de hoje e traz pistas para alguns dos significados atuais das identidades dos refugiados e imigrantes no discurso. Em muitas matérias do *corpus* dessa pesquisa, esses indivíduos são novamente vistos, cada um à sua maneira, como ameaças às nações, sendo acusados de apenas usufruírem de benefícios sociais do país de acolhida ou de serem terroristas infiltrados, por exemplo.

Ao longo da existência da Liga das Nações, foram elaborados documentos para regular a condição de refugiado de povos específicos, conforme se verifica na Figura 9 a seguir.

³⁶ *Minority treaties* foi o nome dado à série de tratados internacionais criados pós Primeira Guerra Mundial para tutelar as minorias (30% das populações) dos novos organismos estatais criados sob o modelo do Estado-Nação (como Iugoslávia e Tchecoslováquia, por exemplo), por meio de tratados de paz (AGAMBEN, 2000).

³⁷ Embora não faça parte do paradigma pós-Estruturalista que constitui alicerce dessa pesquisa, achamos importante incluir o ponto de vista de Arendt sobre as denominações de refugiado, imigrante e outras, pois enriquece e corrobora a relevância desse debate.

Figura 9. Linha do tempo de documentos sobre refugiados, de 1920 a 1939

Ajuste Relativo à Expedição de Certificados de Identidade para os Refugiados Russos	Ajuste Relativo ao Status Legal dos Refugiados Russos e Armênios	Ajuste Provisório Relativo ao Status de Refugiados Provenientes da Alemanha	Protocolo adicional ao Ajuste Provisório e à Convenção Relativa aos Refugiados Provenientes da Alemanha			
1922	1926	1928	1933	1936	1938	1939
Ajuste Relativo à Expedição de Certificados de Identidade para os Refugiados Russos e Armênios	Convenção Relativa ao Estatuto Internacional dos Refugiados		Convenção Relativa aos Refugiados Provenientes da Alemanha			

Fonte: elaborado a partir de de Barichello e Araujo (2014).

Para a análise nesta pesquisa, o importante a ser destacado nesse período é a perspectiva coletiva que permeia a constituição do instituto do refúgio, dividida em abordagem jurídica (1920-1935) e abordagem social (1935-1939). A abordagem jurídica “é caracterizada pelo reconhecimento com base no pertencimento do indivíduo a determinado grupo que necessitasse proteção” (Hathaway, 1991 *apud* BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 65). Já a abordagem social engloba a legislação ocupada em “prover assistência internacional para determinados grupos de refugiados em decorrência de acontecimentos políticos e sociais, principalmente relacionados ao Nazismo” (Hathaway, 1991 *apud* BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 65). A perspectiva coletiva se contrapõe à perspectiva individualista, a ser vista na sequência, nessa mesma subseção.

Dando continuidade à caminhada histórica, chegamos ao momento de maior movimentação migratória no século XX, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando existiam cerca de 11 milhões de pessoas deslocadas na Europa. Destas, cerca de 8 milhões foram repatriadas por meio do Acordo de Criação da Administração das Nações Unidas para o Controle e Reconstrução (BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 70). Ainda assim, a história e os últimos acontecimentos naquele momento mostravam que a questão do refúgio deveria ser enfrentada de modo mais permanente.

Em 1945, também foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de manter a paz e a segurança mundial³⁸, desestabilizadas após o confronto de amplitude mundial. E, em 1950, iniciaram-se os trabalhos do Alto Comissariado das Nações

³⁸ Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html>>. Acesso em: 5 out. 2016.

Unidas para os Refugiados (ACNUR), que dirige e coordena a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo, e encontrar soluções duradouras para elas³⁹.

Em 1951, foi realizada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, cujo documento entrou em vigor em 1954. É considerado o eixo fundador do direito internacional dos refugiados (BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 72-73). Ao longo de 7 capítulos e 44 artigos, estabelece os elementos definidores da condição de refúgio, o estatuto pessoal e os padrões mínimos do seu trato.

Cabe enfatizar aqui que o Estatuto dos Refugiados foi instituído apenas 6 anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (também atribuição da ONU), quando tais direitos estavam sendo debatidos pela comunidade internacional, amedrontada pelos regimes totalitários outrora em vigor. Além de estabelecer o indivíduo como sujeito de direitos no plano universal, a Declaração, em seu artigo 14, afirma que “todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar asilo em outros países”⁴⁰, lançando as bases para a instituição oficial do refúgio.

Embora a conceituação do refugiado venha a ser abordada mais detalhadamente na terceira seção desse trabalho, adiantamos abaixo sua definição oficial. Conforme consta no §2 da seção A do artigo primeiro do Estatuto do Refugiado, se enquadram nessa categoria aqueles

que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ACNUR, 1951, p. 2).

Isso significa que a concessão de refúgio pelo Estado signatário passa a ser feita a partir de análise do temor fundado de perseguição do solicitante (elemento subjetivo) e/ou as condições existentes no seu país de origem (elemento objetivo). O Estatuto também inaugurou o princípio de não-devolução, ou *non-refoulement*, tido como um dos mais importantes da lei internacional do refúgio. Conforme especificado no Artigo 33, tal princípio implica que

³⁹ Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/o-acnur/>>. Acesso em: 5 out. 2016.

⁴⁰ Embora o indivíduo tenha direito a procurar asilo, a decisão de concedê-lo ou não asilo é soberana aos Estados e têm a ver com suas políticas territoriais e de fronteiras.

nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas. (ACNUR, 1951, p. 15-16).

A esse respeito, Moulin (2013, p. 6) acrescenta que *“this duty of the State is to ensure the protection granted to refugees and is considered by doctrine and jurisprudence as a cogent norm of international law, and thus of required compliance”*⁴¹.

Cabe ressaltar que o Estatuto do Refugiado também conceitua o migrante como aquele que se desloca para outro país em busca de melhores condições de vida. Adiantamos abaixo essa definição, que será melhor explorada na próxima seção desse trabalho.

Um migrante é uma pessoa que, por razões diferentes daquelas mencionadas na definição de refugiado, deixa voluntariamente o seu país para se instalar em outro lugar. O migrante pode deixar seu país de origem motivado pelo desejo de mudança ou de aventura, por razões familiares ou de caráter pessoal. Se a motivação for exclusivamente econômica, trata-se de um migrante e não de um refugiado. (ACNUR, 2011, p. 24).

O segundo documento legal da ONU sobre este assunto é o Protocolo do Refugiado, assinado em 1967. Seu objetivo é ampliar geográfica e temporalmente o status de refugiado definido na Convenção de 1951, conforme abaixo.

§2. Para os fins do presente Protocolo, o termo "refugiado", salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e..." e as palavras "...como consequência de tais acontecimentos" não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. (ACNUR, 1967).

Moulin (2013, p. 6) chama atenção para o fato de que o Estatuto e o Protocolo estabelecem que qualquer indivíduo tem o direito de solicitar asilo, mas isso não é garantia de que o Estado tem obrigação de conceder o refúgio e proteger tal pessoa. Pelo princípio da soberania, cada país estabelece sua autoridade na esfera doméstica, sem intervenção de entidades internacionais, ficando ao seu critério a recepção ou não ao solicitante de asilo. Cada estado tem competência exclusiva, individual ou multilateral, para definir os termos e critérios de proteção (MOULIN, 2013, p. 6). Até 2018, 147 países eram signatários da Convenção e/ou do Protocolo do Estatuto do Refugiado. Alguns países, como o Brasil,

⁴¹ Tradução nossa: Este dever do Estado é assegurar a proteção concedida aos refugiados e é considerado pela doutrina e pela jurisprudência como uma norma convincente do direito internacional e, portanto, de conformidade requerida.

assinaram ambos; outros, como Mônaco e Madagascar, apenas a Convenção; enquanto alguns são signatários apenas do Protocolo, como a Venezuela e os Estados Unidos (MOULIN, 2013, p. 6).

Como já adiantado, na perspectiva individualista (1938-1950), que caracteriza a fase pós Segunda Guerra Mundial, “a ênfase das definições jurídicas do conceito de refugiado deslocou-se para o indivíduo e seu caso pessoal (elemento subjetivo), criando necessidade de um procedimento de análise” (BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 69). Ou seja, se antes bastava a pessoa pertencer a determinada nacionalidade ou etnia, agora é necessário comprovar individualmente o risco que se corre ao voltar ao país de origem.

Segundo Hathaway, a concepção mais individualizada para o *status* de refugiado assinalou uma mudança do Direito dos Refugiados, baseada em uma preocupação humanitária generalizada, que visava promover uma proteção em bloco, para um foco seletivo, no sentido de assistir pessoas cujos direitos tivessem sido violados (Hathaway, 1990 *apud* BARICHELLO; ARAUJO, 2014, p. 69).

Estes conhecimentos influenciam sobremaneira a reflexão a respeito da problemática dos sujeitos da migração. A primeira questão que levantamos é como essa mudança de perspectiva vai tornando tênue a diferenciação entre o imigrante e o refugiado, no sentido de existir uma análise subjetiva para que o primeiro venha a se tornar o segundo⁴². Essa dificuldade de distinção se reflete nas matérias publicadas na imprensa, que opta por uma designação a partir de fatores ideológicos, implícitos ou não, conforme colocado na Introdução dessa pesquisa e a ser analisado em seção posterior.

Ao mesmo tempo, o caminho histórico mostra o afastamento legal entre o imigrante e o refugiado. As leis internacionais só regulam o *status* de refúgio, pela sua vulnerabilidade evidente (ainda assim, a decisão final de acolhida é soberana ao Estado receptor); enquanto o imigrante é submetido às leis internas específicas de cada país.

Este distanciamento parece aumentar ao longo dos anos, principalmente nos últimos tempos. Uma vez que é difícil alterar a legislação internacional posta pela ONU, políticas anti-imigração são colocadas em prática por vários países⁴³, em discursos na maioria das vezes relacionados à segurança nacional, respaldados pelos atentados terroristas frequentes

⁴² A partir de indícios empíricos de trabalho em andamento, Zanforlin (2013) levanta a hipótese de que o status de refugiado pode ser buscado pelo imigrante como estratégia para ser aceito em determinado país (no caso, no Brasil). A respeito das entrevistas das solicitações de refúgio, questiona: “qual narrativa será mais verossímil, quais relatos de sofrimento possuem mais credibilidade e qual desejo deve ser ocultado?” (ZANFORLIN, 2013, p. 144).

⁴³ Um exemplo disso é o enrijecimento das políticas de migração na Dinamarca, como fica evidente nesta matéria, que faz parte do *corpus* dessa pesquisa: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1747590-com-regras-anti-imigracao-dinamarca-desafia-a-imagem-de-pais-tolerante.shtml>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

desde o que sucedeu em 2001 nos Estados Unidos e pelo movimento migratório intenso, principalmente a partir de 2015.

Hoje, toma conta de diversos países um discurso político que condena qualquer forma de migração, e que, inclusive, deseja revisar alguns pontos do Estatuto dos Refugiados, como ficou claro no discurso de posse, proferido em 1998, da presidência rotativa da União Europeia, cujo representante pertencia a Áustria, que afirmou de forma contundente, a necessidade de se alterarem as normas que concedem o refúgio, alegando que ele vem sendo utilizado por pessoas que não se encaixam na sua descrição legal (BUSCH, 1999). Além desse exemplo, mais recentemente há o caso da Itália e França que resolveram restringir a entrada de imigrantes de vários países africanos devido aos acontecimentos da chamada Primavera Árabe. (SILVA, 2017)

O atual regime legal de proteção ao refugiado produz mais rejeitados que aqueles com *status* e, efetivamente, intensifica a existência precária de muitos, enquanto oferece proteção a poucos (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES, 2015). O caráter assistencialista e autoritário desse regime transforma os refugiados em vítimas desamparadas, sem papel político e com suas necessidades reduzidas a bens materiais. O ACNUR e outros órgãos “humanitários” surgem como representantes legais desse grupo sem voz e que, para ter acesso aos seus direitos legais, precisa se enquadrar em regras e protocolos firmemente estabelecidos.

Conforme posto por De Genova, Mezzadra e Pickles (2015, p. 71), “o regime é cheio de prescrições especificando o quão ‘bons’ os refugiados devem ser para se tornarem elegíveis à proteção [...]”. Mais uma vez, vê-se reforçado o refugiado na identidade de vítima bondosa e indefesa, cuja movimentação é forçada (política), enquanto que aos imigrantes, cuja movimentação é tida como voluntária (econômica), restam o ônus das consequências desse fluxo populacional.

A subjetividade característica do Estatuto do Refugiado, que condiciona a concessão do asilo a uma análise individualizada do requerente, que precisa fundamentar seu medo de perseguição, deslegitima a maior parte dos movimentos migratórios.

Esse efeito criminalizante da lógica binária manifestado nos procedimentos de determinação de *status* de refugiado não só certifica certos solicitantes como ‘refugiados genuínos’, mas literalmente produz ‘imigrantes ilegais’ ao oficialmente indicar para rejeição requerentes cuja presença não é mais autorizada e é, assim sendo, ilegal [...] (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES; 2015, p. 69).

Saindo um pouco da discussão entre o uso dos termos ‘refugiados’ e ‘imigrantes’ (que permeará todo esse trabalho) e retornando aos trilhos da história da migração, existe ainda no

século XX o registro de nascimento na Europa do fenômeno dos *guest workers*, ou ‘trabalhadores convidados’. “Estes são frutos do crescimento econômico e da polissegmentação do mercado de trabalho [que] conduzem a uma necessidade, também estrutural, de trabalhadores migrantes nos países mais ricos.” (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, p. 90)

Cardoso (2013) aponta para o surgimento dos *guest workers* na Alemanha após 1948, quando o país necessitou de mão-de-obra para sua reconstrução e buscou indivíduos primeiramente do sul europeu, e depois turcos e norte-africanos. O Reino Unido também procurou instaurar sistema de imigração de trabalhadores, dando primazia aos países do leste europeu. Este fenômeno se encerrou por volta da década de 1970, mas pode vir a influenciar e exacerbar a percepção puramente econômica do movimento migratório – por meio da intertextualidade e interdiscursividade – até os dias de hoje.

3.3 MOMENTO ATUAL DA MIGRAÇÃO

3.3.1 Sobre a imigração no século XXI

Cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo são imigrantes, o que significa 1 em cada 7 habitantes do planeta. Esse número inclui os imigrantes internacionais – todos aqueles que residem em um país que não é o do seu nascimento – cujo total atingiu o recorde de 244 milhões em 2015 (3,3% da população mundial) e os imigrantes internos – deslocados dentro das fronteiras de seu país de nascimento – que são aproximadamente 740 milhões de pessoas (IOM, 2017). Na sequência, veremos origens, destinos e perfil demográfico desses indivíduos, que constituem, junto com os refugiados, nossos sujeitos de estudo.

Mais de 50% dos imigrantes internacionais distribuídos pelo mundo, no ano de 2015, nasceram na Ásia, originários da Índia (principal país de origem), da China e de outros países do sul asiático, como Bangladesh e Paquistão. O México foi o segundo maior país de origem, seguido pela Rússia, nação europeia com grande número de emigrantes (IOM, 2017).

Figura 10. Principais países de origem dos imigrantes internacionais, em números - 2015

Fonte: UN DESA, 2015. Disponível em:
 <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates15.shtml>>.
 Acesso em: 12 fev. 2018.

Ao contrário do que parece ser retratado pela imprensa – que focou nos últimos anos principalmente nos movimentos migratórios de países africanos e asiáticos para o continente europeu – os fluxos sul-sul são maiores que os sul-norte. Em 2015, 90,2 milhões de imigrantes nascidos em nações do sul residiam em países da mesma região enquanto 85,3 milhões de nascidos no sul moravam em áreas do norte global (IOM, 2017).

Cerca de 51% dos imigrantes internacionais residem em apenas 10 países. O mais popular é os Estados Unidos, principal país de destino de imigrantes internacionais desde 1970 (OIM, 2017), onde 46,6 milhões de estrangeiros possuíam residência oficialmente em 2015 (OIM, 2017). Demais países e seus números podem ser verificados na Figura 11 a seguir.

Figura 11. Principais países de destino dos imigrantes internacionais, em números - 2015

Fonte: IOM, 2017

Quanto à proporção de imigrantes internacionais na população do país de acolhimento, os dados trazem outras nações. A população nascida no estrangeiro representa

88,4% da população total nos Emirados Árabes Unidos, 75,7% no Qatar e 73,6 % no Kuwait (IOM, 2017).

Ao traçar o perfil demográfico do imigrante internacional, a partir de dados de 2015, verificamos que as mulheres constituem 48% dessa população em todo o mundo. Os números variam de acordo com a região: enquanto na Ásia apenas 42% dos imigrantes internacionais são mulheres, na Europa e na América do Norte elas são maioria, compondo 52,4% e 51,2%, respectivamente, do total do grupo (IOM, 2017).

Quanto à faixa etária, em 2015 verificou-se que a grande maioria dos imigrantes internacionais – 72% do total – tinham entre 20 e 64 anos, enquanto aproximadamente 15% tinham menos de 20 anos, e cerca de 12%, 65 anos ou mais.

Tabela 1. Características demográficas dos imigrantes internacionais (%) - 2015

SEXO		
Mulheres	Homens	
48	52	
FAIXA ETÁRIA		
<20	20-64	>65
15	72	12

Fonte: IOM, 2017

3.3.2 Sobre deslocamento forçado e refúgio no século XXI

Em 2016, havia no mundo 65,6 milhões de pessoas forçadamente deslocadas de seus locais de origem por perseguição, conflitos, violência ou violação de direitos humanos (UNHCR, 2017). Só especificamente no ano de 2016, este número cresceu em 10,3 milhões, o que representa que, nesse período, uma pessoa foi forçadamente deslocada do lugar de residência a cada 20 minutos. Estes números indicam também que um em cada 113 habitantes do planeta estava fora de sua casa contra a sua vontade. O ACNUR aponta três razões para esta tendência: (i) o prolongamento de conflitos que causam grandes deslocamentos; (ii) o aumento da frequência de novas ou antigas ‘situações dramáticas’ (como a Guerra da Síria); e (iii) a diminuição da velocidade de solução dos deslocados⁴⁴.

Do total de pessoas forçadamente deslocadas em 2016, 22,5 milhões eram refugiados, constituindo os números mais elevados registrados até hoje. De 2011 a 2016, este número

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.acnur.org/nc/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

creceu 65% (UNHCR, 2017).

Vejamos agora procedências, destinos, perfil demográfico e motivos que levaram esses indivíduos – que constituem um de nossos sujeitos de estudo – a se refugiar. Em 2016, refugiados dos 10 principais países de origem representavam 13,5 milhões de pessoas, ou 79% da população total de refugiados sob o mandato do ACNUR (UNHCR, 2017). O principal país de origem foi a República Árabe Síria, em guerra civil desde 2011, com 5,5 milhões de refugiados ao final de 2016, um aumento sobre os 4,9 milhões registrados um ano antes. Com exceção da Síria, localizada no continente asiático, os outros principais países de origem são africanos e considerados subdesenvolvidos.

Figura 12. Principais países de origem dos refugiados, em números - 2016

Fonte: UNHCR, 2017

Importante ressaltar que as matérias que compõem o *corpus* deste estudo, quando abordam as condições de vida nos locais de origem dos refugiados, referem-se quase sempre apenas aos conflitos na Síria e, em menos casos, à questão da minoria rohingya em Mianmar. Demais países têm sua situação de instabilidade ignorada, o que pode levar à percepção errônea de que não geram refugiados e sim apenas imigrantes.

A respeito dos locais de destino, os números mostram em 2016 a concentração de refugiados em países menos desenvolvidos, 84% do total ou 14,5 milhões de pessoas, conforme vimos anteriormente nessa seção. Cerca de 9 em cada 10 refugiados vivem no sul global. Em 2016, estimava-se que cerca de 90% dos 5,5 milhões de sírios deslocados do seu país estavam na Turquia, Jordânia e Líbano. Apenas na Turquia existiam nessa altura 2,8 milhões de refugiados oriundos da Síria, enquanto no Líbano quase 25% da população total era composta por refugiados sírios (UNHCR, 2017).

Figura 13. Principais países de destino dos refugiados, em números - 2016

Fonte: UNHCR, 2017

O número de refugiados residentes no exterior da Europa, perto dos locais de conflito, continua a ser claramente superior ao daqueles que entram no continente. Apenas um país europeu, a Alemanha, figura entre os 10 países que mais recebem refugiados. Esse dados vão na contramão do que se verifica na imprensa. Nas matérias selecionadas como *corpus*, o que parece é que a Europa absorve quase a totalidade do movimento de migração, pois o foco das notícias está na rota marítima da Ásia e África para este continente, enquanto os demais países de acolhida dos refugiados são raramente citados.

Quando se trata de solicitações de asilo, as escolhas mudam e os países tidos como desenvolvidos aparecem em evidência. Em 2016, das 2 milhões de solicitações, 722.400 foram feitas à Alemanha, maior destino mundial de aplicações individuais, seguida pelos Estados Unidos da América (262.000), Itália (123.000) e Turquia (78.600) (UNHCR, 2017).

Passando às características demográficas dos refugiados, o ACNUR aponta que, apesar dos seus esforços, tem se tornado cada vez mais difícil obter estes dados dos países em que a agência não está envolvida em sua coleta primária. Por exemplo, nos anos de 2014 e 2015, 164 países forneceram pelo menos alguns dados do sexo da população refugiada; em 2016, esse número caiu para 147 países, o que representa apenas 59% do total do público de interesse (UNHCR, 2017). A partir dos números disponíveis, montamos a Tabela 2 a seguir.

Crianças e adolescentes menores de 18 anos constituíram 51% da população refugiada em 2016, enquanto representaram aproximadamente 31% do total da população mundial. Crianças desacompanhadas – principalmente afegãos e sírios – apresentaram cerca de 75.000 pedidos de asilo em 70 países durante este ano. A Alemanha recebeu o maior número de solicitações: 35.900 (UNHCR, 2017).

Tabela 2. Características demográficas dos refugiados (%) - 2016

SEXO		
Mulheres	Homens	
49	51	
FAIXA ETÁRIA		
<18	18-59	>60
51	45	4

Fonte: UNHCR, 2017

3.3.3 A migração da Ásia e da África para a Europa

Se tivesse que ser apontado o fato de maior relevância mundial em 2015, este seria o movimento migratório de pessoas da Ásia e da África em direção à Europa. Nesse ano, aproximadamente 1.007.592 imigrantes e refugiados cruzaram o Mar Mediterrâneo em busca de uma nova oportunidade de vida no continente europeu⁴⁵. Esses números apontaram uma expressiva alta em relação a 2014, quando cerca de 219 mil pessoas fizeram esta mesma rota⁴⁶. Em 2016 a quantidade voltou a cair para 390.432 pessoas, principalmente em virtude de acordo político entre a União Europeia e a Turquia, que será visto mais detalhadamente adiante⁴⁷. Em 2017 os números foram ainda menores, com 186.768 indivíduos tentando fazer a travessia⁴⁸.

Nem todos os interessados conseguem chegar sãos e salvos ao continente. Em 2015, pelo menos 5.740 refugiados e imigrantes morreram ou desapareceram durante a migração. Desse total, mais de 3.770 mortes aconteceram no Mediterrâneo, trajeto cuja fatalidade em 2015 aumentou 15% em relação ao que havia sido registrado no ano anterior (IOM, 2017). Mais de $\frac{3}{4}$ das mortes ocorridas em 2015 aconteceram na rota do Mediterrâneo Central, considerada a mais perigosa.

A geografia das migrações transoceânicas varia de acordo com o período migratório em questão, a partir de sua acessibilidade para os refugiados e imigrantes. De uma fase em que predominaram os percursos através do Mediterrâneo ocidental, que liga a África do Norte à Espanha passou-se para o predomínio do Mediterrâneo central, África do Norte à Itália –

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-top-363348-2016-deaths-sea-5079>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

⁴⁷ Disponível em: <<http://migration.iom.int/europe/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

⁴⁸ Disponível em: <<http://migration.iom.int/europe/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

segundo Ferreira (2017), em função da primavera árabe, em 2011, que deixou vulneráveis países como a Tunísia, que se tornaram pontos de saída e trânsito de migrações.

Em 2015, com o reforço das operações Frontex⁴⁹ nesta área marítima e a adoção da missão militar EUNVAFOR MED⁵⁰ para deter o contrabando de barcos na Líbia, registra-se uma alteração nas rotas (FERREIRA; 2017), com as pessoas atravessando pelo Mediterrâneo oriental: Turquia - Grécia - Sérvia e Turquia - Albânia - Montenegro - Itália (Banulescu-Bogdan; Fratzke, 2015 *apud* GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017). Em 2016, os fluxos retomaram o Mediterrâneo central em virtude das políticas desencadeadas pela UE junto à Turquia (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, FERREIRA; 2017).

Indo às causas da utilização de tais rotas de migração, podemos afirmar que as atuais movimentações na bacia do Mediterrâneo são motivadas por um conjunto de fatores externos complexos “combinando variáveis demográficas, econômicas, sociais, ambientais e políticas, incluindo mecanismos que agem no longo e no curto prazo” (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, p. 89). Góis, Oliveira e Peixoto (2017) contextualizam tais razões dentro da lógica da repulsão-atração (*pull* e *push*) estabelecida por Ravenstein (1885) e já vista nessa seção.

Dentre os fatores de repulsão, destaca-se o conflito na Síria, em guerra civil desde 2011, que ocasionou a fuga de mais de 4,8 milhões de refugiados para os países vizinhos, principalmente Turquia, Líbano e Jordânia (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017; FERREIRA; 2017). Estes países, que já têm graves problemas internos, encontram-se superlotados e sem capacidade de responder às demandas de empregos e educação por parte dos refugiados, que acabam por dirigir-se ao continente europeu em busca de novas chances num segundo local de asilo. Somam-se a este fator a violência no Iraque, no Afeganistão e na Eritreia, além das desigualdades econômicas que permeiam o continente africano (FERREIRA, 2017).

No caso dos fatores de atração, Góis, Oliveira e Peixoto (2017) destacam, entre outros, os excelentes indicadores sócioeconômicos da Europa em comparação com os dos países de origem dos refugiados e imigrantes e as medidas políticas receptivas de países como a

⁴⁹ A Frontex é a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. Criada em 2004, presta apoio aos países da UE e aos países associados de Schengen na gestão de suas fronteiras externas. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/agencies/frontex_pt>. Acesso em: 14 fev. 2018.

⁵⁰ A missão militar EUNVAFOR MED, ou *European Naval Force Mediterranean*, tem como missão empreender esforços sistemáticos para identificar, capturar e descartar embarcações usadas ou suspeitas de serem usadas por contrabandistas ou traficantes de imigrantes, a fim de contribuir para os esforços mais amplos da UE para interromper o modelo de negócios de contrabando e tráfico humano nas redes do sul do Mediterrâneo. Disponível em: < <https://www.operationsophia.eu/about-us/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Alemanha. As intrincadas redes de tráfico e contrabando também atuam como fatores de atração nas migrações contemporâneas (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017).

O volume e a complexidade dos fluxos migratórios, conforme vimos até então, apresentam enormes desafios para a União Europeia, que vem buscando alternativas para reduzir tal movimento. Nesse sentido, a principal ação empreendida pela UE foi acordo com a Turquia, firmado em 18 de março de 2016 (o *EU-Turkey statement*⁵¹).

Por este acordo, de forma temporária e extraordinária, todos os novos ‘imigrantes irregulares’⁵² que atravessam da Turquia para as ilhas gregas desde 20 de março de 2016 são devolvidos ao território turco. Para cada sírio devolvido à Turquia, outro será reinstalado desse país para a UE, com prioridade àqueles que não tenham entrado ou tentado entrar na UE de forma irregular e até um limite de 72 mil pessoas a serem recebidas.

A contrapartida para a Turquia foi a perspectiva da liberação do regime de vistos para os cidadãos turcos na UE e a aceleração das negociações de adesão do país a esse grupo. Além disso, a União Europeia se comprometeu em aumentar seu apoio financeiro para até seis bilhões de euros, a serem gastos para melhorar a infraestrutura física e a capacidade institucional das organizações estatais turcas que lidam com os refugiados.

Desde a sua introdução, o acordo foi duramente criticado pelos organismos de direitos humanos, e vem demonstrando sua fragilidade. Até o final de abril de 2017, apenas 5.035 refugiados sírios haviam sido reassentados da Turquia para a UE, uma vez que muitos países da UE se recusam a admiti-los em seus territórios. No mesmo período, somente 1.094 refugiados e imigrantes que chegaram às ilhas gregas a partir da Turquia foram devolvidos também como parte desse acordo (*Danish Refugee Council 2017 apud* HECK; HESS, 2017).

Único beneficiado do *EU-Turkey statement* parece ter sido a UE, que vem registrando queda no número de refugiados e imigrantes que chegam ao continente vindos da Ásia e da África, conforme vimos no início da seção. Como não houve ação para solucionar os fatores de repulsão nos países de origem das pessoas que migram, observamos que “este acordo não faz mais do que deslocar o problema para um país vizinho, através da externalização da fronteira europeia, deixando a questão nas mãos da Turquia” (FERREIRA; 2017).

⁵¹ Disponível em: < <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18/eu-turkey-statement/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

⁵² Expressão utilizada no material oficial do acordo, o que já auxilia na sua legitimação, visto que não trata dos refugiados. Este últimos devem, pela legislação internacional sobre o assunto, ser aceitos.

3.4 A MIGRAÇÃO E O REFÚGIO NO BRASIL

Embora nossa pesquisa se concentre na questão dos refugiados e imigrantes que atualmente partem da Ásia e África em direção à Europa, importante contextualizarmos de forma breve e sucinta o Brasil no cenário migratório internacional. Com controversa fama de nação hospitaleira, que acolhe bem o estrangeiro, o país atualmente se caracteriza pela emigração⁵³ e parece não ter papel relevante no aspecto migratório mundial, no qual já teve destaque anteriormente.

O Brasil tem sido reconhecido historicamente como um país de imigração que, entre o ano de 1819 e o final da década de 40, recebeu aproximadamente cinco milhões de imigrantes, principalmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, mas também grupos migratórios menos expressivos numericamente como russos, austríacos, sírio-libaneses e poloneses (Seyferth, 2007 *apud* COGO, 2014).

Começamos o detalhamento da história brasileira da migração quando do surgimento do país, na proclamação da República, no momento em que o Governo Provisório revoga, em 1890, a legislação que exigia passaporte para a entrada no Brasil em tempo de paz, dispensa mantida pela Constituição de 1891. Na década de 1920, restrições legais foram impostas ao livre ingresso de pessoas no país, o que culminou com o reestabelecimento da exigência do passaporte em revisão constitucional de 1926, além de novas limitações a estrangeiros e possibilidade de ‘expulsão dos indesejáveis’ (RIBEIRO, 2007).

Em paralelo ao processo regular de migração, e como consequência dos acontecimentos ocorridos antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, conforme visto anteriormente, observa-se também, por volta de 1920, um movimento mundial de proteção aos refugiados. Haydu (2009) pontua a curta permanência do Brasil na Liga das Nações e, por conseguinte, seu não-envolvimento no trabalho desenvolvido pela comunidade internacional em prol desses refugiados, coerente com a política nacional de ‘portas fechadas’.

A Constituição Brasileira de 1934 restringiu ainda mais a entrada de imigrantes no país, instituindo – dentre outras medidas – sistema de quotas por nacionalidade, limitando a corrente migratória anual de cada país a 2% do número total de seus nacionais fixados em solo brasileiro nos últimos 50 anos (BRASIL, 1934)⁵⁴. Já em 1938, o Governo recebeu, por decreto, “poderes para limitar ou suspender por motivos econômicos ou sociais a entrada de

⁵³ “A partir do deslocamento significativo de brasileiros para o exterior que se intensificou nos anos 90, especialmente para países como Estados Unidos, Japão, Portugal e Paraguai” (COGO; 2014, p. 25).

⁵⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

indivíduos de determinadas ‘raças ou origens’” (RIBEIRO, 2007). Ainda nesse ano, Ribeiro (2007) aponta existência de circular sigilosa expedida pelo Ministro das Relações Exteriores proibindo a concessão de vistos para pessoas de origem semítica, “sob a égide de uma ‘suposta identificação entre judeus e comunistas’”, o que não impediu a entrada legal no Brasil de quase 25 mil judeus refugiados, entre 1933 e 1942.

O reassentamento de refugiados e deslocados europeus, pós Segunda Guerra Mundial, fez parte de flexibilização da política migratória brasileira com o objetivo de se inserir no âmbito de atividades da ONU – e assim garantir relevância na política externa mundial – além de trazer mão-de-obra qualificada para o país (HAYDU, 2009, p. 185). Em legislação de 1945, Ribeiro aponta uma maior abertura do Brasil à migração, ainda que com características limitadoras e excludentes:

Já pelo Decreto-Lei no. 7.967, de 18 de setembro de 1945, fica definido que “Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições desta lei”. Todavia, a mesma preserva as características restritivas e seletivas ao manter o privilégio da imigração européia, dispondo, no art. 2º, que a admissão de estrangeiros seria atendida perante a “necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (RIBEIRO, 2007).

Há que se observar, também na história brasileira, o surgimento do refugiado enquanto ente jurídico aparte do imigrante, dotado de direitos específicos a partir da ratificação de legislação supranacional. Em paralelo às Constituições Brasileiras que consideram como imigrante aquele indivíduo não nascido no país e sujeito a direitos e deveres previstos nas leis, o refugiado passa a existir e ter instrumentos jurídicos específicos para sua condição.

Nesse ínterim, a Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado, estabelecida pela ONU em 1951 e vista anteriormente nessa seção, foi recepcionada no ordenamento brasileiro pelo Decreto-legislativo 11/60, e promulgada por meio do Decreto-lei 50.215/61, excluindo de validade os seus artigos 15 e 17 (RIBEIRO, 2007). Já o protocolo do Estatuto do Refugiado, aprovado pela ONU em 1967 para retirar limitações geográficas e temporais existentes no Estatuto do Refugiado, foi recepcionado no Brasil pelo Decreto-legislativo 93/71 e promulgado pelo Decreto 70.946/72. Mas apenas com o decreto 99.757/1990, o Protocolo passou a ter validade efetiva, pois no decreto de promulgação anterior mantiveram-se reservas que o Protocolo objetivava retirar (Soares apud Jubilut, 2003, p. 167 *apud* RIBEIRO, 2007). Em 1997, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a promulgar uma lei voltada especificamente para o refúgio, a de nº 9.474, que contribuiu para a ampliação

conceitual desse tema em relação às legislações internacional e regional.

Para nosso interesse, importante destacar no ordenamento jurídico brasileiro acerca do refúgio a ampliação do conceito de refugiado (HAYDU, 2009), ao incorporar no seu Art. 1º, parágrafo III, definição contida na Declaração de Cartagena de 1984, que inclui como refugiado aquele que sofreu violação de direitos humanos:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997)

A lei brasileira dos refugiados (nº 9.474/1997) reafirma o princípio internacional do *non-refoulement* e inclui o princípio da reunificação familiar, que é a possibilidade de se estender um status de refúgio a membros de uma mesma família. Também contém um guia para orientar o processo de determinação do status de refugiado e determina a criação de um Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)⁵⁵, responsável em nível federal, pela política e implementação do refúgio no Brasil (MOULIN, 2013, p. 16).

Retomando e voltando algumas décadas à condição do imigrante no percurso histórico, verificamos nas Constituições de 1946, de 1967 e no Decreto-lei 941/69, uma relativa permissividade de entrada no Brasil, desde que respeitados os preceitos legais. Em 1980 é sancionada a Lei 6.964/1980, ou Estatuto do Estrangeiro, que ditou as regras da imigração até sua revogação em 2017.

Elaborado e posto em prática durante período ditatorial brasileiro, o Estatuto do Estrangeiro, pela sua discricionariedade, mostrou-se incompatível com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Já no Art. 2º mostrou a falta de preocupação com a dignidade do indivíduo, quando deixou claro suas prioridades: “na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980).

⁵⁵ O Conare é um órgão colegiado e interministerial sob a coordenação do Ministério da Justiça, responsável pela análise de reconhecimento da condição de refugiado e pelas declarações de cessação e de perda da condição de refugiado. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018

Em 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi substituído pela Lei de Migração, pautada na igualdade entre indivíduos e não criminalização do estrangeiro, apoiada pela sociedade civil e organismos de apoio à imigração (RANINCHESKY, UEBEL, 2018; OLIVEIRA, 2017). Como ponto positivo, pode-se citar também o fato de a nova lei substituir o termo ‘estrangeiro’, por ‘migrante’, para evitar “conotações pejorativas intrínsecas” (OLIVEIRA, 2017). No artigo 3º traz seus princípios e diretrizes, dos quais destacamos os três primeiros, para justificar os pontos acima:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração; [...] (BRASIL, 2017)

Finalizamos o percurso legal da migração no Brasil retornando à Constituição de 1988, que buscou assegurar aos estrangeiros residentes no país condição jurídica paritária à dos nacionais, no que diz respeito à aquisição e usufruto de direitos civis, como afirma o art. 5º, caput: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

Embora possamos observar uma evolução nos direitos do refugiado e do imigrante ao longo do percurso histórico brasileiro, a ideia definidora do conceito de nação pressupõe a existência do nacional e do ‘outro’, este último sujeito a discriminações, como veremos de forma aprofundada adiante. Não é suficiente uma organização do processo de regularização da migração e aplicação de processos migratórios menos seletivos. É preciso que o ‘não nacional’ seja integrado na sociedade, numa perspectiva de reconhecimento e valorização da diferença, para que o Brasil avance em suas práticas democráticas.

Esta inclusão se torna ainda mais urgente e necessária se levarmos em conta que os imigrantes⁵⁶ representavam, em 2015, apenas 0,3% do total da população brasileira, um dos menores percentuais da América Latina (IOM, 2017). Em 2015, o Brasil tinha 713.568 imigrantes em seu território (IOM, 2017). Segundo dados de 2017 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017), a maior parte dessas pessoas estão concentradas nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em entrevista para o Portal Nexo⁵⁷, o especialista Wagner Oliveira aponta perfil dos

⁵⁶ Na perspectiva da IOM (2017), a categoria imigrante inclui o refugiado.

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/08/26/Qual-o-retrato-da-migra%C3%A7%C3%A3o-estrangeira-hoje-no-Brasil-segundo-este-especialista>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

imigrantes em solo brasileiro: são em geral jovens, 90% em idade ativa; e em relação aos que estão no mercado de trabalho formal, 33% possuem ensino superior ou mais (entre os brasileiros este índice é de 16%). Oliveira também indica a falta de integração das bases de dados sobre a migração no país como um gargalo para a concessão de vistos e elaboração de políticas públicas específicas para essa parcela da população. Corroboramos a dificuldade na obtenção de dados, principalmente consolidados sobre a migração recente no Brasil, inclusive para fins acadêmicos, como no caso deste trabalho.

Já a respeito do refugiado, há abundância e organização nas informações. Entre 2011 e 2017, o Brasil recebeu 126.102 solicitações de asilo, segundo dados da Polícia Federal divulgados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2018) no relatório “Refúgio em Números” e expostos na Figura 14. Apenas no ano de 2017, 33.866 pessoas solicitaram essa condição. Os venezuelanos representam mais da metade dos pedidos realizados, num total de 17.865, seguidos pelos cubanos (2.373), haitianos (2.362) e angolanos (2.036).

Figura 14. Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - 2011 a 2017

Fonte: Polícia Federal. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Até o final de 2017, o país tinha reconhecido um total de 10.145 refugiados, dos quais apenas 5.134 continuavam residindo no país. 52% das pessoas que compõem esse total moram em São Paulo, 17% no Rio de Janeiro e 8% no Paraná, porém os estados com mais pedido de refúgio são, por ordem: Roraima, São Paulo e Amazonas. Os sírios representam 35% da população refugiada com registro ativo no Brasil, seguidos por congolezes (13%) e colombianos (4%). Destes refugiados, 70% são homens e apenas 30% mulheres.

3.4.1 Casos atuais: os haitianos e os venezuelanos no Brasil

Conforme visto, venezuelanos e haitianos foram as nacionalidades com maior

quantidade de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 2017 no Brasil. A Figura 15 mostra a quantidade de pedidos de pessoas desses dois países de 2010 a 2017. Apesar dos números, apenas 18 venezuelanos e 2 haitianos foram reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro no período (CONARE, 2018). Isso se explica, em parte, por políticas específicas de migração do Governo brasileiro para essas duas nacionalidades.

Figura 15. Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado - Haiti e Venezuela - 2010 a 2017

Fonte: Polícia Federal. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Começamos pelos imigrantes haitianos. Suas chegadas ao Brasil se intensificaram no final de 2010, após terremoto de grandes proporções que atingiu o Haiti. Entre 2010 e 2013, aproximadamente nove mil haitianos conseguiram regularização no Brasil através de vistos humanitários, modalidade criada em 2011 pelo governo federal especificamente para a imigração haitiana⁵⁸, uma vez que a leis internacionais e a lei brasileira 9.474/1997 (vista anteriormente nessa seção) não incluem a possibilidade de concessão de refúgio por questões ambientais (COGO, 2014).

A imigração haitiana ao Brasil foi bastante noticiada pela imprensa, numa cobertura que buscou desqualificar e desumanizar o imigrante, formato frequente e sistemático em notícias sobre a migração (REISIGL; WODAK, 2005; IOM, 2017), e que também será percebido adiante nesse estudo. Badet e Cogo (2013) analisaram um conjunto de narrativas midiáticas entre 2007 e 2012 sobre este assunto e verificaram a criação de um clima de temor, e não de compreensão, a respeito da chegada dos haitianos, conforme explicitam no trecho a seguir.

Parte da cobertura midiática sobre a entrada de imigrantes procedentes do Haiti pelas fronteiras da região norte do país esteve marcada por um tom sensacionalista através da utilização de um campo semântico e de imagens que sugeriam ‘chegada

⁵⁸ Em 2012, os vistos humanitários aos haitianos foram limitados a 1.200 anuais, através de medida que foi revogada em 2013 (BADET, COGO; 2013, p. 52).

massiva’, ‘invasão’, ‘descontrole por parte das autoridades’ e ‘ilegalidade por parte dos imigrantes’, etc., conforme pudemos observar em muitos materiais informativos e reportagens veiculadas sobre o assunto (BADET, COGO; 2013, p. 41).

Outro movimento migratório específico, que merece atenção, é o de venezuelanos que, com o agravamento da crise econômica e política em seu país, buscam amparo no Brasil. Conforme Figura 15, o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiados por nacionais da Venezuela saltou de 822 em 2015 para 17.865 em 2017 (CONARE, 2018). A solução encontrada pelo governo brasileiro para regularizar os venezuelanos, que, em sua maioria, não se enquadram no perfil de refugiado conforme a lei brasileira 9.474/94, foi conceder, em 2017, residência temporária por período de 2 anos “a nacional de país fronteiro para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados” (Resolução Normativa n. 126⁵⁹).

A chegada de venezuelanos também foi bastante alardeada pela mídia brasileira, que tratou de fornecer seu viés ideológico por meio da cobertura dos fatos, muitas vezes em perspectivas distorcidas da realidade. Merece destaque matéria publicada no jornal Folha de São Paulo – e que faz parte do *corpus* ampliado desta pesquisa – com o título “Jucá quer estancar asilos a venezuelanos” (Figura 16), trazendo a posição do senador Romero Jucá (PMDB –RR) em relação a esse assunto, que se inicia conforme abaixo:

25/08/2017 – Folha de São Paulo – O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou nesta quinta (24) que o Brasil deveria parar de conceder refúgio aos venezuelanos que estão entrando no país, porque, a seu ver, eles não vivem em uma situação que justifique o benefício, e “o Brasil não tem dinheiro para receber essas pessoas”. [...]

O político argumenta como se houvesse um grande número de concessões, para as quais sugere um “estancamento”, e assim parece desconhecer dados que mostram que apenas 18 venezuelanos tiveram seu pedido de refúgio aceitos entre 2010 e 2017 (CONARE, 2018), como vimos anteriormente. Também afirma que o Brasil não tem recursos financeiros para receber essas pessoas. No entanto, segundo estudo feito pela DAPP (Diretoria de Análise de Políticas Públicas) da Fundação Getúlio Vargas, 48,4% dos venezuelanos em Boa Vista, até outubro de 2017, não utilizaram qualquer serviço público⁶⁰.

⁵⁹ Disponível em: <

<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf?file=fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/06/3-dados-sobre-venezuelanos-no-Brasil-que-contrariam-o-senso->

Figura 16. Matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo em 25 de agosto de 2017

FOLHA DE S.PAULO

SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2017 ★ ★ ★ mundo A11

Jucá quer estancar asilos a venezuelanos

Senador questiona uso de recursos e diz que fluxo do país vizinho para o Brasil dobraria população de Boa Vista

Medida defendida por peemedebista pode não afetar êxodo e esbarra em lei internacional e oposição de chanceler

PATRICIA CAMPOS MELLO
DE SÃO PAULO

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou nesta quinta (24) que o Brasil deveria parar de conceder refúgio aos venezuelanos que estão entrando no país, porque, a seu ver, eles não vivem em uma situação que justifique o benefício e "o Brasil não tem dinheiro para receber essas pessoas".

"Eu defendi e continuo defendendo o fechamento para os pedidos de refúgio", disse o senador em audiência pública em Boa Vista, capital de Roraima, onde estão vivendo milhares de venezuelanos.

"Refúgio a gente dá para gente do Haiti, onde teve terremoto, calamidade e a peste campeou; ou por causa de guerra como a da Líbia, as pessoas estão se matando lá, estourando bomba na cabeça dos meninos; isso é um problema para refúgio; [na Venezuela] é uma questão de ditadura, de briga política, então defendo que os pedidos sejam estancados."

Venezuelanos aguardam em Boa Vista para solicitar asilo; pedidos em seis meses superaram o dobro de 2016 inteiro

Segundo a legislação brasileira, serão reconhecidos como refugiados estrangeiros que sofrem perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas e aqueles obrigados a deixar seu país devido a violações de direitos humanos graves e generalizadas.

No início do mês, o Alto Comissariado de Direitos Hum

anos da ONU acusou Caracas de uso de força excessiva contra opositores e de cometer violações de direitos humanos.

Nesta semana, Jucá se reuniu com representantes de oito ministérios e com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, para desenhar um plano de ação para lidar com a esperada onda de migração venezuelana, que já começou.

"É muito fácil para o Maduro mandar cinco milhões de pessoas para o Brasil porque vamos pagar a conta aqui e ele se livra do problema. Ele manda para fora todos os adversários e fica só a patota dele lá; mas o Brasil tem orçamento para pagar isso?"

A posição de Jucá, que é alvo de três inquéritos na Lava Jato e é próximo do presiden-

te Michel Temer, enfrenta

resistência dentro do governo. Em Londres, onde está em visita oficial, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse a interlocutores que se opõe à ideia. "O Brasil é terra de refúgio, e a Venezuela acolheu refugiados brasileiros durante a ditadura", disse Nunes, um dos autores do estatuto brasileiro de re-

fugiados, de 1997.

Jucá afirma que, se 1% da população venezuelana emigrar para o Brasil, serão 270 mil venezuelanos que podem acabar em Boa Vista, que tem 350 mil habitantes (a Venezuela tem 31 milhões de habitantes). "Precisamos de medidas sérias para nos preparar para esse cenário."

vetar o reconhecimento do status de refugiado não necessariamente reduziria o número de venezuelanos no Brasil. Em 2016, os pedidos de refúgio de venezuelanos somaram 3.375, aumento de 307% sobre 2015. Mas só 14 tiveram seus pedidos aceitos.

A maioria entra como turista e continua ilegalmente no país após o prazo de 90 dias. O Conselho Nacional de Imigração passou a permitir em março a venezuelanos residência automática de dois anos, assim como já era permitida a cidadãos de outros oito países da América do Sul.

"Não cabe a um Estado democrático determinar de antemão que uma nacionalidade está vetada de solicitar refúgio, essa é uma proteção internacional garantida pelas convenções das quais o Brasil faz parte", diz Camila Assa, coordenadora de política externa da ONG Conectas.

► LEIA MAIS na pág. A12

Hoffmann e Roesler (2017), em pesquisa sobre o papel da mídia digital na construção da representação social dos refugiados, acrescentam outras análises à mesma matéria jornalística. Uma delas é a quase ausência de contraposição à perspectiva do senador (apenas o último parágrafo da matéria traz opinião contrária), o que não auxilia na desmistificação da posição conservadora e contrária aos Direitos Humanos assumida pelo político. Ainda, a reportagem "culpabiliza os indivíduos pela gestão atual do país fronteiriço e pela pobreza que estão passando, auxiliando negativamente para um estigma e marginalização dessa população, sendo então uma irresponsabilidade para com outrem" (HOFFMANN; ROESLER, 2017).

4 NOÇÕES DE IDENTIDADE

*you have to understand,
that no one puts their children in a boat
unless the water is safer than the land*
Home, Warsan Shire

Nesta seção, o interesse é conceitualizar os termos ‘imigrante’, ‘refugiado’ e outras denominações relacionados ao tema, para auxiliar na compreensão da análise do *corpus* da pesquisa, visto que o objetivo central deste trabalho é investigar como o a(s) identidade(s) das pessoas que migram, em especial aqueles denominados como ‘refugiados’ e/ou ‘imigrantes’, é(são) construída(s) em período e veículo de comunicação específicos.

Para tanto, partimos do pressuposto de que, em virtude da pluralidade, complexidade e sobreposição de realidades associadas ao fenômeno da migração, não é fácil distinguir, em termos operacionais e também midiáticos, entre as várias categorias de pessoas que migram de um lugar para outro. Tal quadro leva à possibilidade de que pessoas com necessidades e direitos de proteção não venham a pedir asilo, enquanto um imigrante pode solicitar regularização ao abrigo do estatuto do refúgio (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, p. 76). Além disso, as motivações para sair ou permanecer em determinado local podem ser imbricadas entre refugiados e imigrantes, como fica claro na passagem abaixo.

Muitos dos migrantes ‘voluntários’ – por vezes designados como migrantes econômicos – são na realidade ‘forçados’ a deixar suas regiões de origem, devido a situações de grande privação absoluta ou relativa. Por sua vez, muitos dos migrantes ‘forçados’ – a designação em que cabem habitualmente os refugiados – ponderam racionalmente as oportunidades, procurando melhorar suas condições de vida e tentando chegar ao destino desejado. Apenas em situações extremas, como a de fuga a um risco iminente, a distinção é clara. Mas quando um refugiado abandona um campo de acolhimento com condições indignas de vida, deixa um país onde foi reinstalado ou recolocado, ou quando procura se reunir a familiares já emigrados, comporta-se como tantos outros migrantes ‘voluntários’ (GÓIS, OLIVEIRA, PEIXOTO; 217, p. 77).

Ainda, havemos de ressaltar que posições ideológicas, mesmo de forma inconsciente, fazem com que se opte, principalmente nos veículos de comunicação, pelo uso de um ou outro termo.

Também nesta seção reforçaremos a ideia de que as impressões sobre a identidade do refugiado e do migrante somam-se, multiplicam-se ou transformam-se ao longo dos tempos, resultando na percepção que temos atualmente. A identidade “é definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2000, p. 13). É plural, é contingente, é múltipla. Na evolução deste

trabalho, tais conceitos serão confrontados com as informações da mídia sobre o movimento migratório.

4.1 O IMIGRANTE

A IOM⁶¹ (2011), em seu *Glossary On Migration*, começa afirmando que “*at the international level, no universally accepted definition for “migrant” exists*”⁶², o que parece ser reflexo da complexidade dos movimentos migratórios na atualidade, como vimos anteriormente. Ainda assim, a IOM expressa que o termo normalmente é utilizado para abranger todos os casos em que a decisão de migrar parte do indivíduo de forma espontânea, em busca de melhores condições de vida e sem intervenção de um fator repulsor externo (IOM, 2011). Esta definição é consoante ao que afirma o ACNUR (2011):

um migrante é uma pessoa que, por razões diferentes daquelas mencionadas na definição de refugiado, deixa voluntariamente o seu país para se instalar em outro lugar. O migrante pode deixar seu país de origem motivado pelo desejo de mudança ou de aventura, por razões familiares ou de caráter pessoal. Se a motivação for exclusivamente econômica, trata-se de um migrante e não de um refugiado. (ACNUR, 2011, p.24).

A Organização das Nações Unidas (ONU) atribui características mais generalistas à definição de migrantes. São indivíduos que moram num país estrangeiro há mais de um ano, independentemente das causas, voluntárias ou involuntárias, e os meios, regulares ou irregulares, utilizados para migrar.

Soma-se ao sentido legal, o significado do migrante dos pontos de vista histórico e sociológico. Embora consideremos a identidade como um construto social e cultural de determinada época, estudos anteriores sobre este sujeito fornecem pistas para seu entendimento na atualidade. Ao traçar o perfil da imigração argelina na França a partir da segunda metade do século XX, Sayad (2010) dá importantes contribuições que, embora não sejam de ordem linguístico-discursiva, impactarão nas análises desta pesquisa.

O primeiro aspecto é o sentido negativo que, de maneira geral, permeia a identidade do migrante, a quem a associação a problemas é questão intrínseca, conforme ponto de vista

⁶¹ A IOM (do inglês *International Organization for Migration*) ou OIM (Organização Internacional para as Migrações) foi estabelecida em 1951 e é o órgão das Nações Unidas que trata das questões relacionadas à migração. “A IOM trabalha para ajudar a garantir o gerenciamento ordenado e humano da migração, promover a cooperação internacional em questões de migração, auxiliar na busca de soluções práticas para problemas de migração e prestar assistência humanitária aos migrantes necessitados, incluindo refugiados e deslocados internos”. Disponível em: <<http://www.iom.int/about-iom>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

⁶² Tradução nossa: No plano internacional, não existe definição para ‘migrante’ universalmente aceita.

social: “sem dúvida a problemática verdadeira e apropriada a este setor deveria começar por dar como primeiro problema, como problema prévio, o fato de que se trata de um objeto que cria um problema” (SAYAD, 2010, p. 15). O migrante é entendido como um “membro excedente” (SAYAD, 2010) da sociedade, que faz parte de uma população social e politicamente dominada.

As raízes dessa carga negativa podem estar nos primórdios da história moderna, desde o tráfico de escravos no Oceano Atlântico e as migrações para trabalho na Inglaterra e outros países europeus, quando se afirmava que estes corpos em movimento nunca eram “dóceis”, mas sujeitos à rebeliões e resistências (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKELS, 2015). A partir de tais colocações, podemos refletir – na análise a que se segue neste projeto - se estas são as origens de uma visão negativa do migrante, enquanto que o refugiado encontra-se, de certa forma, aquém ou ‘protegido’ dessa carga histórica (embora, como veremos a seguir, sua identidade pareça oscilar muitas vezes entre vítima e ‘terrorista’ em narrativas da mídia).

Para Sayd (2010), o migrante é um ser apolítico, uma vez que “sendo o político monopólio exclusivo do nacional – ele é inclusive sua característica distintiva por excelência –, o imigrante, como não-nacional, é dele excluído, e excluído de direito” (SAYAD, 2010, p. 269). Além de reforçar questão sobre identidade/diferença (na perspectiva da inclusão e exclusão política), essa condição do imigrante faz parte de relações de poder, sendo “indispensável para o advento, a perpetuação e a ‘boa’ regulamentação da imigração” (SAYAD, 2010, p. 278) e ajuda a explicar o silenciamento da voz do imigrante no discurso, colocação já observada empiricamente e que será retomada na seção sobre a Abordagem Histórico-Discursiva, bem como nas análises propriamente ditas dos dados deste projeto.

Assim como Sayad (2010), Moulin (2012) agrega às características do migrante a condição laboral, sendo seu valor e identidade associados à integridade do seu corpo físico, entendido meramente como instrumento de trabalho. O migrante é deslocado de qualquer aspecto subjetivo e pessoal, desprovido de experiências únicas e personalidade, passando a ser um número ou estatística.

A conversão da experiência migratória em uma dinâmica primordialmente econômica tem como consequência despolitizar a complexa natureza da migração internacional e reduzir os tipos de perguntas e questões a ela atinentes. A migração se converte em tema técnico, demarcado pelo cálculo racional de custo e benefício, dos fatores de *push-pull*, da contabilidade de remessas e de cotas de entrada. (MOULIN, 2012, p. 8)

Nas narrativas da mídia, é frequente a utilização do eufemismo⁶³ ‘migrante econômico’ para descrever, de forma tendenciosa e reducionista, a situação complexa da migração, e ocultar demais aspectos da realidade desse sujeito. Para Cernadas (2016), a migração acontece por uma combinação complementar de fatores, cabendo observar a relevância do aspecto econômico nas migrações recentes, mas sob o ponto de vista do sistema capitalista globalizado que produz as condições que levam as pessoas a migrar.

A importância do caráter econômico, em vez da motivação individual daqueles que migram, estaria nas assimetrias entre países e regiões, as quais por sua vez têm um impacto sobre a (in)estabilidade institucional e fracasso de políticas de desenvolvimento humano sustentáveis e inclusivas nos países de origem. Essas razões são inerentemente associadas com outros fatores (conflitos armados, corrupção, violência social) que então, conjuntamente, conduzem ao deslocamento. (CERNADAS, 2016, p. 103)

Cernadas (2016) chama atenção para a realidade dos países de origem dos imigrantes, locais em que grande parte da população tem cerceados seus direitos humanos básicos. Afirma que “é no mínimo equivocada que as migrações que hoje em dia ocorrem em contextos dramáticos - Mar Mediterrâneo, território mexicano, etc. - sejam atribuídas a fatores econômicos” (CERNADAS, 2016, p. 103).

Outra expressão bastante usual é ‘migrante ilegal’, encontrada diversas vezes no *corpus* dessa pesquisa. Um exemplo é a legenda da foto superior na capa da edição do jornal Folha de São Paulo de 30 de julho de 2015 (Figura 17 na sequência), em que se lê: “SOB RISCO Imigrantes ilegais caminham por trilhos que levam ao Eurotúnel em Calais, França; o país reforçou policiamento em resposta à crise migratória após sudanês morrer tentando travessia para o Reino Unido”.

O exemplo parece ilustrar um dos motivos pelo qual a IOM (2014) desaconselha o uso do termo ‘imigrante ilegal’: ele traz em si conotação criminal. O que, no caso em questão, é reforçado pela imagem que mostra imigrantes cometendo ‘infração’ e com vestimentas de pessoas que buscam esconder o rosto e passar despercebidos, como criminosos. Parte do texto contribui com essa percepção ao afirmar que “...o país reforçou policiamento em resposta à crise migratória...”. Esse conjunto narrativo da mídia parece querer dizer que, pelo

⁶³ Segundo Cernadas (2016), o uso do eufemismo “busca gerar uma reação a um fato ou fenômeno, que seria outra se essa realidade fosse denominada ou explicada de outra forma” (CERNADAS, 2016, p. 99). Nas palavras de Van Dijk, “a bem conhecida figura retórica do eufemismo, um movimento semântico de mitigação, desempenha um papel importante quando se refere aos imigrantes” (VAN DIJK, 2005, p.38 *apud* CERNADAS, 2016, p. 99).

fato de serem ilegais, os imigrantes podem ser perigosos, portanto, um reforço de segurança se mostra necessário.

Figura 17. Parte da capa do jornal Folha de S.Paulo em 30 de julho de 2015

FOLHA DE S.PAULO

Desde 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 95 • QUINTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 2015 • Nº 31.529 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 03H30 • R\$ 3,50

Médicos do SUS são investigados em 9 Estados por supostas fraudes

Em ao menos nove Estados e no Distrito Federal, órgãos como Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e a Polícia Federal apuram casos de médicos que batem ponto e vão embora, atendem em clínicas particulares quando deveriam estar em hospitais públicos ou registram mais horas do que as trabalhadas. Em muitos dos casos, as fraudes têm o consentimento da direção dos hospitais. *Cotidiano B1*

BC eleva juros a 14,25% e diz ter encerrado o ciclo de altas

Autoridade monetária deve manter taxa básica anual nesse patamar para levar inflação ao centro da meta

O Comitê de Política Monetária do Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, para 14,25% ao ano, o maior valor desde 2006. Foi o sétimo aumento consecutivo desde a reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Com a medida, o BC busca inibir o consumo para desacelerar a economia e evitar que os preços subam. A substituição indicou a suspensão do ciclo de altas, mas que será preciso manter a taxa nesse patamar por "período suficientemente prolongado".

O objetivo é trazer a inflação para o centro da meta (4,5%). A prévia do índice oficial (IPCA) atingiu, nos 12 meses terminados em julho, 9,25% — maior patamar desde dezembro de 2003. Para especialistas, o consumidor deve evitar fazer dívidas.

A decisão do Copom foi anunciada em um momento em que a recessão econômica se aprofundou no país e o dólar e o reajuste de tarifas pressionam a inflação. De acordo com analistas, o PIB (Produto Interno Bruto) recuará 1,76% em 2015.

Os juros chegam ao mesmo nível de outubro de 2006, mas naquele momento estavam em queda. O BC, com um cenário de inflação contida, dava continuidade ao processo de redução da Selic. Há nove anos, o IPCA foi de 3,14%. *Mercado A13*

PT pagou R\$ 6 mi a gráfica chefiada por um motorista

A campanha à reeleição de Dilma pagou R\$ 6,15 milhões a uma gráfica que não tem funcionários registrados e cujo presidente é um motorista que em 2013 ganhava menos de dois mínimos (hoje, R\$ 1.490). A Justiça Eleitoral suspeita que a empresa não tinha estrutura para prestar os serviços. O Planalto diz que o TSE aprovou as contas da campanha. *Poder A7*

Presidente vetará reajuste maior de aposentadorias

Para conter despesas, a presidente Dilma vetará o texto aprovado pelo Congresso que estende a política de valorização do salário mínimo, a qual inclui ganhos acima da inflação, a todos os beneficiários do INSS. Os aposentados que recebem acima de um mínimo continuarão a ter o valor reajustado pelo INPC. *Mercado A19*

Justiça torna réus dois executivos da Andrade Gutierrez

O juiz Sérgio Moro aceitou denúncia contra 13 pessoas, entre elas Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a Procuradoria, a empreiteira pagou R\$ 243 milhões por vantagens indevidas na Petrobras. A empresa nega. *Poder A5*

MONICA B. DE BÖLLE
Dilma matou a borboleta; restou ao Brasil a lagarta

Há quatro anos e sete meses, o Brasil escolheu o caminho que desaguou na pior crise econômica em 20 anos. A presidente Dilma inoculou a economia com o vírus da letargia. Matou a borboleta azul. Sobrou a lagarta vermelha, que se transforma, na melhor das hipóteses, numa mariposa cinza. *Mercado A20*

SOB RISCO Imigrantes ilegais caminham por trilhos que levam ao Eurotúnel em Calais, na França; o país reforçou policiamento em resposta à crise migratória após sudaneses morrerem tentando travessia para o Reino Unido *Mundo A11*

Para a IOM (2014) o termo ‘imigrante ilegal’ é visto como negação de humanidade a essas pessoas. Tal posição é ratificada por Ranincheski e Uebel (2018), quando defendem que o livre trânsito é preceito da legislação internacional dos direitos humanos⁶⁴. Torpey (2000) chama atenção ao fato de que a ilegalidade é resultante da monopolização dos meios legítimos de movimento pelos Estados, por meio do princípio da soberania. Cada país define, a seu bel-prazer, como pode ser a entrada em suas fronteiras, e essa deve ser questão a se analisar e contestar na pauta mundial sobre migração.

⁶⁴ Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) está assegurando a todo indivíduo o direito de ‘ir e vir’, conforme Artigo 13º:

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar.

Enquanto a IOM (2014) sugere a utilização do termo ‘migrante irregular’ ou ‘não-documentado’ para designar as pessoas que não têm status legal no país de acolhimento, Ranincheski e Uebel (2018) indicam outros termos, conforme se vê abaixo.

Há muito a literatura de Relações Internacionais especializada em migrações internacionais desaconselha o uso do termo ‘ilegal’ para caracterizar imigrantes em situações de irregularidade, ao passo que, segundo Colford (2013) e Christian, Jacobsen e Minthorn (2013), o termo mais apropriado seria imigrante não-autorizado ou sem permissão legal. (RANINCHESKI; UEBEL, 2018, p. 42)

Ranincheski e Uebel (2018) estudam a utilização do termo ‘ilegal’ em matéria do jornal O Globo a respeito da imigração venezuelana para o Brasil. Em sua análise, acreditam que a escolha por tal palavra se relaciona ao sensacionalismo que o veículo pretende passar à notícia, em busca de maior audiência, além de motivação ideológica, visto que os jornalistas de O Globo possuem capacitação suficiente para estarem familiarizados a nomenclaturas que devem ser utilizadas, tratando-se então de uma escolha racional. Tais colocações também parecem funcionar para o exemplo anterior, de matéria da Folha que faz parte do nosso *corpus*, e para outras narrativas a respeito da migração.

4.2 O REFUGIADO

Segundo Moulin (2013), a primeira referência histórica à palavra ‘refugiado’ ocorreu no final do século XVII, na França, em razão da instauração do Edito de Fontanebleau, que restringiu direitos básicos de sobrevivência dos Huguenotes (franceses da religião Protestante), levando à fuga maciça desse povo, principalmente para o Reino Unido. No entanto, em suas palavras, “*the term refugee at that time was flexible and contingent, bearing little resemblance to the modern concept that defines specific characteristics and requisites for those who can apply for refugee status*”⁶⁵ (MOULIN, 2013, p. 3).

Apenas no século XX, conforme visto anteriormente, em virtude da grande quantidade de pessoas deslocadas no continente europeu após as guerras mundiais, os organismos internacionais ordenaram regime específico de definição e proteção ao refúgio. Segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), os ‘refugiados’ são pessoas que fogem do seu país por causa de conflitos armados e perseguições e para as quais o retorno a

⁶⁵ Tradução nossa: O termo refugiado, naquela época, era flexível e contingente, tendo pouca semelhança com o conceito moderno que define características e requisitos específicos para aqueles que podem solicitar o status de refugiado.

seus lugares de origem pode levar à morte. Conforme definição oficial, no §2 da seção A do artigo primeiro do Estatuto do Refugiado (ACNUR, 1951), enquadra-se nessa categoria aquelas pessoas

que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ACNUR, 1951, p. 2).⁶⁶

Moulin (2013) destaca que a definição da Convenção de 1951 impõe características fundamentais para que a pessoa seja reconhecida como refugiado. Primeiramente, precisa ter cruzado uma fronteira internacional e estar fora de seu local de nascimento ou residência. Em segundo lugar, deve ter bem-fundamentado medo de perseguição, por exemplo, “*she must have a justified fear that individuals or groups, governmental or not, may violate or have already infringed upon their basic rights*”⁶⁷ (MOULIN, 2013, p. 5). Importante chamar atenção para o fato de que o deslocamento precisa ser de natureza forçada, ou seja, alguém da vontade do indivíduo. Em terceiro lugar, a perseguição deve ser realizada por uma das causas apontadas na Convenção, como “raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (ACNUR, 1951). O critério de pertencer a determinado grupo social, para a autora, permite a inclusão de refugiados de categorias que não eram especificadas quando da ocasião da Convenção, como homossexuais (MOULIN, 2013, p. 5).

O *Glossary on Migration*, da IOM (2014), adiciona à definição de ‘refugiado’ o artigo 1(2), de 1969, da Organização da Unidade Africana (*Organization of African Unity – OAU*), que caracteriza como refugiado qualquer pessoa que deixa seu país “*owing to external aggression, occupation, foreign domination or events seriously disturbing public order either*

⁶⁶ O Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados retira a temporalidade definida na convenção, conforme abaixo:

§2. Para os fins do presente Protocolo, o termo "refugiado", salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras "em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e..." e as palavras "...como consequência de tais acontecimentos" não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. (ACNUR, 1967).

⁶⁷ Tradução nossa: ela deve ter um receio justificado de que indivíduos ou grupos, governamentais ou não, possam violar ou já tenham infringido seus direitos básicos.

part or the whole of his country or origin or nationality”⁶⁸ (OAU, 1969 *apud* IOM, 2014). A IOM acrescenta ainda na definição da condição de refugiado parte da Declaração de Cartagena, de 1984, que, como visto, também foi adicionada à lei brasileira de refúgio (9.474/1997). Tal declaração inclui na condição de refugiado pessoas que saíram de seus países “*because their lives, security or freedom have been threatened by generalized violence, foreign aggression, internal conflicts, massive violations of human rights or other circumstances which have seriously disturbed public order*”⁶⁹ (IOM, 2014). Cunha (1998) esclarece que essas ampliações do conceito de refugiado pretendem responder às novas situações criadas pelos conflitos étnico-nacionais intensificadas com o final da Guerra Fria, em todo o mundo.

Para além das definições legais, estudiosos agregaram aspectos sociológicos à figura do refugiado. Cardoso (2013, p. 56) aponta postura fragilizada desse indivíduo, ao afirmar que “ao contrário do migrante econômico, que pode ser uma representação de força de trabalho, o refugiado é colocado em uma realidade no qual é identificado como fugitivo e, em algumas vezes, foragido”. O que pode justificar essa percepção é uma das características de identificação do status do refúgio: o medo fundado de perseguição.

Para Moulin (2012, p. 7) essa emoção, o medo, trata-se de “temor definido enquanto elemento fundamental da dinâmica do espaço do internacional”. Em suas palavras, “o refugiado é um sintoma de uma estrutura internacional organizada ao redor do medo patológico da morte iminente representada pela presença do outro e de uma condição anárquica” (MOULIN, 2012, p. 7). Nesse contexto, o medo se constitui no “espaço perigoso do internacional” e só é dominado quando o refugiado encontra abrigo na normalidade nacional, seja retornando ao país de origem ou sendo reassentado em outra nação.

Moulin (2012) acrescenta que o medo também constitui a natureza forçada do deslocamento, que é uma das fundamentações da instituição do refúgio, o fato de que o deslocamento precisa ser aquém da vontade do indivíduo (MOULIN, 2013), como já vimos anteriormente. “O refugiado é, segundo essa definição, um autômato que é impulsionado por fatores exógenos e involuntários a uma rota de fuga e de acolhida que não é, e não pode ser, nunca, de sua escolha” (MOULIN, 2012, p. 7).

⁶⁸ Tradução nossa: devido a agressão externa, ocupação, dominação estrangeira ou eventos que perturbam seriamente a ordem pública, seja em parte ou na totalidade do seu país, ou origem, ou nacionalidade.

⁶⁹ Tradução nossa: porque suas vidas, segurança ou liberdade foram ameaçadas por violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violações maciças de direitos humanos ou outras circunstâncias que perturbaram seriamente a ordem pública.

A associação do refugiado a um estado de fuga e medo o põe numa situação de vitimização e fragilidade. A esse pensamento, Cardoso (2013) contribui recorrendo a Bauman (2007), que identifica os refugiados como

uma legião de pessoas sem Estado, privadas de suas terras, dos locais de trabalho e das redes comunais de proteção. São aqueles que não conseguem acompanhar a velocidade das mudanças e das exigências e que terão sempre o rótulo do refúgio – mesmo que um dia percam oficialmente tal condição. São denominados pelo autor como “lixos humanos” (CARDOSO, 2013, p. 93).

Se por um lado os refugiados se prestam ao papel de vítimas, por outro lado são tidos como classe perigosa, por representarem algo desconhecido e ameaçarem o *status quo* do local onde se instalam. Sua periculosidade os torna inadequados à reintegração, sendo portanto percebidos como um grupo sem função útil, dependente da sociedade civil e alheio às oportunidades que poderiam surgir. Assim como o migrante, o refugiado é ente aquém da sociedade, sem voz ativa para se pronunciar num grupo no qual não é ou não se sente integrado.

Bauman (2007, p. 54-55 *apud* CARDOSO, 2013) recorda que os refugiados trazem resíduos da guerra e o mau cheiro de lares destruídos e aldeias arrasadas. Esse pensamento é complementado por Richmond (1988, p. 12), ao retratar que

as situações que comumente geram movimentos expressivos de refugiados incluem guerras, conflitos comunitários, instabilidade política, terrorismo, revoluções, expulsões de grupos étnicos ou grupos religiosos, deslocamento e desalojamento de populações, desastres naturais, entre outros eventos que conduzem à violência, risco de vida ou opressão de direitos (GÓIS; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2017, p. 89).

A carga negativa atribuída ao refugiado o torna “um arauto de más notícias” que lembra aos nacionais do país de acolhida “com que facilidade o casulo de sua rotina segura e familiar pode ser penetrado ou rompido, e como deve ser ilusória a proteção proporcionada por sua posição na sociedade” (BAUMAN, 2007, p. 54-55 *apud* CARDOSO, 2013). Assim, se tornam “alvos visíveis, fixos e fáceis para descarregar o excedente de raiva do mundo moderno” (CARDOSO, 2013, p. 93).

Acrescentemos às características do refugiado o corte definitivo do vínculo com sua terra natal, sendo uma das características do mandato do ACNUR, de acordo com o estatuto e Convenção, a busca e a promoção de soluções permanentes para a situação de refúgio. Enquanto no caso dos migrantes, “sua mobilidade é percebida como uma escolha individual, voluntária, e assim podem, a qualquer momento e na medida do seu desejo, retornar a suas

esferas de proteção nacional” (MOULIN, 2012, p. 8), para os refugiados a expectativa é outra. “*Once repatriated and/or integrated into the country of resettlement or of first reception, it is expected that these people will no longer be refugees and will move on to the condition of citizens or residents (with migratory status recognized)*”⁷⁰ (MOULIN, 2013, p. 7).

4.3 OUTRAS DENOMINAÇÕES: ESTRANGEIRO, SOLICITANTE DE ASILO E APÁTRIDA

As questões relacionadas às formas de distinção entre ‘refugiados’ e ‘migrantes’ evidenciam a necessidade de se definir, no contexto atual, outros conceitos referentes à mobilidade internacional de pessoas, quais sejam ‘estrangeiro’, ‘solicitante de asilo’ e ‘apátridas’. Tais palavras dão uma mostra das denominações no atual movimento migratório, mas não esgotam as formas de se chamar o imigrante ou refugiado, não sendo parte do escopo deste trabalho verificar quantitativamente todas elas.

Apenas para exemplificar o quão vasto é esse universo, colocamos a seguir matéria (Figura 18) que faz parte do *corpus* dessa pesquisa, publicada no jornal Folha de São Paulo, no dia 13 de setembro de 2015. Em uma única narrativa, evidenciamos nove formas distintas para nomear as pessoas que migraram naquela ocasião para a Europa: refugiados, sírios, imigrantes, pessoas, repatriados, estrangeiros, clandestinos, sobreviventes e recém-chegados.

⁷⁰ Tradução nossa: Uma vez repatriados e/ou integrados no país de reassentamento ou de primeira recepção, espera-se que essas pessoas deixem de ser refugiados e passem para a condição de cidadãos ou residentes (com status migratório reconhecido).

Figura 18. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 13 de setembro de 2015

Europa trata refugiados com 'jogo de empurra'

Refugiada síria relata obstáculos e meios espúrios para chegar à Suíça

Inação favorece ação de traficantes de pessoas e falsificadores; sírios pagam milhares de euros a criminosos

DEBORAH BERLINCK
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
DE GENEBRA

Maissa, 30, partiu de Damasco, Síria, em junho. Andou horas a pé, dormiu em floresta, percorreu quilômetros de carro e atravessou o Egeu de barco até conseguir entrar num avião com uma identidade europeia falsa.

Começou ali o périplo de refugiada da guerra civil que deixou para trás o marido e três filhos pequenos, decidida a abrir o caminho para trazer a família à Europa.

Maissa é uma entre os milhares de refugiados sírios que arriscam a vida na travessia marítima rumo a uma vida nova na Europa. Pertence à minoria cristã, perseguida por extremistas como a milícia Estado Islâmico.

"Tomei a decisão certa. O Estado Islâmico está a 50 km do vilarejo onde vivia, Bassir. Em dois anos, não acho que sobrará um cristão na Síria."

Confrontada com a maior onda de refugiados e imigrantes desde a Segunda Guerra, a Europa mergulhou em um jogo de empurra-empurra.

A Grécia, quebrada, fecha os olhos para traficantes e facilita o transporte de refugiados para a Macedônia, que os despacha para a Sérvia, que por sua vez os empurra para a Hungria. Cerca de 10 mil pessoas estão hoje na fronteira entre a Hungria e a Áustria.

De um obstáculo para outro, refugiados e imigrantes desembarcam no litoral sul da Europa. Mais de 380 mil cruzaram o Mediterrâneo em 2015, segundo o Acnur, braço da ONU para refugiados. Ao menos 2.600 morreram.

Pressionada pela opinião pública, a União Europeia propõe aumentar sua cota de acolhimento de 40 mil para 160 mil refugiados. Nesta segunda (14), o bloco debate como fazer 22 de seus 28 membros aceitarem repatriados.

Países como Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia não querem. Para

eles, a repartição dos estrangeiros tem que ser voluntária. O governo húngaro, um dos mais afetados pela crise, ameaça prender todos os clandestinos que chegarem.

CLANDESTINIDADE

Enquanto governos debatem, traficantes enriquecem com a miséria alheia.

"Em Atenas, por € 3.500 ou € 4.000 (até R\$ 17 mil), eles vendem um passaporte búlgaro, romeno ou português e uma passagem de avião. Nem colam sua foto, é a foto de alguém parecido. Você tenta a sorte no aeroporto", diz Lama, 46, prima de Maissa.

Moradora da Suíça, Lama foi à Grécia ajudar a prima: levou dinheiro e negociou com traficantes. No caminho, conseguiram com sobreviventes os telefones de quem vende passaporte falso e dos que oferecem a travessia.

Tem gente ganhando dinheiro até com venda de bicicleta com cestinha para pôr criança refugiada. Lama tem os contatos. "Tenho o direito de fazer isso. Se não salvar minha família, quem o fará?"

Um mapa circula entre os recém-chegados, detalhando os obstáculos no caminho para a Alemanha, aonde a maioria quer chegar. Na fronteira da Sérvia com a Hungria, a recomendação é: corra.

Na Turquia, Maissa pagou € 2.100 para chegar a Rodas, no mar Egeu. Depois de um dos barcos bater nas pedras e outro afundar, ela chegou em uma terceira embarcação superlotada à ilha grega.

Havia 30 mulheres e crianças na cabine escura e fechada. "Não podíamos abrir as duas pequenas janelas, pois a água entrava" conta.

De Rodas, ela foi a Mikonos e deixou a Grécia, pegando um voo entre os turistas.

Agora Lama quer trazer mais parentes que ficaram em Aleppo, norte da Síria.

Em 2009, o sobrinho Shadi, 19, obteve um visto de turista e nunca mais voltou da Suíça. Hoje ele tem documento de refugiado e vive com ela.

Em três anos, Shadi aprendeu francês, fez vestibular e começa a cursar medicina. Ele diz sentir falta dos pais e dos dois irmãos, mas afirma ter sorte de estudar na Suíça e tentar um futuro melhor.

PHILIPS
TV 43" LED Full HD
• CONVERSOR DIGITAL

R\$ 1.599,00 À VISTA
10X R\$ 159,90 SEM JUROS*

43" LED Full HD

PILHAS E PILHAS DE OFERTAS COM DESCONTOS DIRETO DO FABRICANTE.

pontofrio
Viva a liberdade

Parcele em até 10x com seu Cartão Pontofrio.

A Via Varejo está com vagas abertas

Validade: 13/9/2015, limitado ao estoque. o vendedor sobre modelos disponíveis. F

acesse pontofrio.com | Te

ROTAS MIGRATÓRIAS

Europa recebeu mais de 380 mil imigrantes desde o início do ano, segundo Acnur

Partindo para os termos que vamos abordar, o *Glossary on Migration* (IOM, 2014) traz a seguinte definição para a palavra ‘estrangeiro’: “*a person belonging to, or owing an allegiance to, another State*”⁷¹. Determina assim, de forma generalizada, a pessoa que não pertence (por nascimento ou naturalização) ao local em que se encontra, independente do tempo de permanência. Para Simmel (2005), o estrangeiro é visto e sentido como alguém absolutamente móvel, “como um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e, entretanto, singularmente, não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, nomeadamente, em relação aos estabelecidos parentais, locais e profissionais” (SIMMEL, 2005, p. 267). Nesse contexto, o migrante e o refugiado podem ser considerados estrangeiros num primeiro momento, mas à medida que se estabelecem no local de acolhida, criam vínculos e se integram à sociedade, a tendência é que passem a se caracterizar menos como estrangeiros e mais como as pessoas locais. Não obstante, alguns imigrantes e refugiados podem não se inserir no novo grupo social que os recebeu, e por isso serem considerados como estrangeiros toda uma vida.

Ainda a respeito do estrangeiro, Torpey (2000, p. 32) complementa que foi durante o período medieval, na França, que este conceito atingiu nível ‘nacional’, tal qual conhecemos hoje em dia, saindo do domínio do mundo privado. Por determinação real, foram considerados estrangeiros todos aqueles nascidos fora dos feudos, o que gerou, correlativamente, um status legal embrionário do ‘nacional’ ou ‘cidadão francês’. Essa contraposição entre nacional e estrangeiro permeia o imaginário social até os dias atuais, influenciando a forma as pessoas reconhecem a si e aos outros.

No *corpus* deste trabalho, a palavra ‘estrangeiro’ costuma aparecer como sinônima aos termos refugiado e/ou imigrante, visto que se trata de uma definição mais abrangente do sujeito da migração. Notícia publicada na Folha de São Paulo no dia 29 de janeiro de 2016 é exemplo desse uso. Intitulada “Suécia quer expulsar até 80 mil imigrantes”, traz ‘estrangeiro’ em substituição a ‘imigrante’ já na primeira frase do texto: “A Suécia anunciou nesta quinta-feira (28) que pretende expulsar de 60 mil a 80 mil **estrangeiros** que tiveram seus pedidos de asilo negados pelas autoridades de migração” (grifo nosso). Interessante observar que ao longo da matéria várias palavras são usadas para falar do mesmo grupo de indivíduos: imigrantes, imigrantes ilegais, estrangeiros, refugiados, africanos e árabes, pessoas e solicitantes de asilo.

⁷¹ Tradução nossa: uma pessoa pertencente ou que tenha jurado fidelidade a outro Estado.

Figura 19. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 29 de janeiro de 2016

Suécia quer expulsar até 80 mil imigrantes

Governo pretende deportar estrangeiros com asilo negado; país recebeu 163 mil pedidos de permanência em 2015

Objetivo é dar prioridade a fugitivos de conflitos; medida é anunciada em meio a pressão europeia por controle migratório

DE SÃO PAULO
DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

A Suécia anunciou nesta quinta-feira (28) que pretende expulsar de 60 mil a 80 mil estrangeiros que tiveram seus pedidos de asilo negados pelas autoridades de migração.

A medida é a primeira tomada pelo país escandinavo para continuar recebendo estrangeiros fugindo de guerras, como os sírios. A Suécia é o terceiro país que mais acolhe refugiados na Europa, atrás de Alemanha e Hungria.

Segundo o ministro sueco do Interior, Anders Ygeman, inicialmente o governo pedirá a saída dos estrangeiros de forma voluntária. Caso não se alcance o número determinado, começarão as deportações compulsórias.

Os principais prejudicados com a medida são imigrantes de países considerados seguros, embora pobres. Dentre eles, os balcânicos Albânia e Kosovo, nações do oeste da África e asiáticos como Paquistão e Bangladesh.

Em entrevista ao jornal "Dagens Industri", Ygeman disse que a medida faz parte de uma pressão do governo para diminuir o número de imigrantes ilegais.

"Temos um grande desafio à nossa frente. Para isso, precisaremos de mais recursos e de uma maior cooperação entre as autoridades", disse.

A Suécia, afirma o ministro, rejeita 45% dos pedidos de asilo e refúgio que recebe. No ano passado, foram 163 mil, uma proporção de 1,67 para cada 100 mil habitantes, a segunda maior da Europa.

O país, antes um dos mais abertos do continente para

Crianças sírias dormem em um campo de refugiados de Marsta, na Suécia; país escandinavo quer deportar ao menos 60 mil pessoas nos próximos anos

refugiados, aumentou nas últimas semanas o controle de fronteiras e de documentos, assim como seus vizinhos.

A medida foi aprovada também três dias depois que um adolescente de 15 anos que buscava refúgio na Suécia esfaqueou e matou uma funcionária de um centro migratório de Gotemburgo.

PRESSÃO

Depois de um período de acolhimento dos refugiados, os governos da Europa são pressionados pelo eleitorado

e pelos opositores a estreitar a passagem pelo continente.

O sentimento anti-imigração também foi alimentado pela violência. Além da morte na Suécia, africanos e árabes são apontados como os responsáveis por arrastões e abusos sexuais nas festas de Ano-Novo na Alemanha.

Em reação a esse episódio, o governo alemão aprovou na quarta (27) projeto de lei que vai agilizar a expulsão de solicitantes de asilo que tenham cometido crimes. Com o fluxo de refugiados, a União Euro-

peia aprovou na terça (26) ampliar para dois anos a reinstalação de controles de passaporte entre os 26 países do Espaço Schengen — zona de livre trânsito do continente.

As medidas foram tomadas após a Europa receber cerca de 1 milhão de refugiados e imigrantes vindos pelo mar.

Segundo a ONU, 54.518 pessoas chegaram ao continente nos primeiros 20 dias do ano. Nesta quinta, a rota entre as ilhas gregas e a Turquia registrou novo naufrágio, com 12 mortos.

PAÍSES EUROPEUS COM MAIS PEDIDOS DE ASILO

Suécia é o 3º que mais recebeu solicitações em 2015

Dando sequência à definição dos termos, vemos no *Glossary on Migration* (IOM, 2014) que 'solicitante de asilo' é a pessoa que busca proteção contra perseguição em um país que não é o seu de origem e aguarda uma decisão sobre o pedido de refúgio que solicitou a organismos internacionais ou nacionais aptos para tal definição. Trata-se do primeiro passo para que uma pessoa venha a ser considerada refugiada. Caso tenha seu pedido negado, o solicitante pode ser expulso do país, a menos que tenha permissão para permanecer por razões humanitárias ou opte por permanecer no país para o qual migrou, de forma irregular.

Importante esclarecer que, na América Latina, há uma distinção entre os institutos jurídicos de asilo e de refúgio, em virtude da turbulência político-histórica do continente, conforme colocado por Cunha (1998), ao especificar ambos os sentidos:

O direito internacional dos refugiados reconhece o asilo em seu sentido amplo de proteção, acesso ao território e respeito ao princípio de *non-refoulement*, expulsão ou extradição de um refugiado a seu país de origem, onde sua vida, liberdade e segurança corram perigo. O direito de asilo, seja político, territorial ou diplomático, existe apenas na América Latina onde os Estados signatários de tais tratados estão

obrigados a conceder proteção àquelas pessoas perseguidas por motivos políticos, ou porque cometeram um delito comum conexo com a política.

Para efeitos dessa pesquisa, consideraremos a definição de asilo conforme direito internacional dos refugiados. Parece ser o sentido também utilizado nas matérias selecionadas no *corpus* em análise. Em nenhuma das narrativas da imprensa, o asilo político em contexto latino-americano foi mencionado.

O terceiro termo que vamos contextualizar é ‘apátrida’ que, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, Artigo 1, trata-se de “toda pessoa que não seja considerada como seu nacional por qualquer Estado, de acordo com a sua legislação” (ACNUR, 2014). O *Glossary on Migration* (IOM, 2014) acrescenta a essa definição o fato de que o apátrida não possui quaisquer direitos atribuíveis a uma nacionalidade: nem proteção diplomática, nem direito de permanência ou retorno ao Estado de residência.

A existência de apátridas fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que, em seu artigo 15, estabelece que “todo ser humano tem direito a uma nacionalidade”. Sem uma nação que as acolha, as pessoas ficam vulneráveis, desprotegidas e marginalizadas, sem acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho.

O conceito de apátridas é bem assimilado por Arendt (1989, p. 300) que afirma que, como estrangeiros pós Primeira Guerra Mundial, estes indivíduos “não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma”, tornando-se ‘o refugio da terra’. Embora seja da linha estruturalista, enquanto este trabalho se baseia em paradigma posterior, consideramos relevante o pensamento de Arendt no sentido de reforçar a carga negativa também atribuída à identidade dos migrantes e refugiados, assim como visto, respectivamente, em Sayad (2010) e Bauman (2007 *apud* CARDOSO, 2013).

No caso dos apátridas, percebeu-se uma deterioração na terminologia aplicada a esse grupo migrante, fato discursivo que parece similar ao que acontece hoje aos migrantes, como fica evidente em Arendt pelo trecho a seguir:

a expressão ‘povos sem estado’ pelo menos reconhecia o fato de que essas pessoas haviam perdido a proteção do seu governo e tinham necessidade de acordos internacionais que salvaguardassem a sua condição legal. A expressão *displaced persons* [pessoas deslocadas] **foi inventada** durante a guerra com a finalidade única de liquidar o problema dos apátridas de uma vez por todas, por meio do simplório expediente de ignorar sua existência. O não-reconhecimento de que uma pessoa pudesse ser ‘sem estado’ levava as autoridades, quaisquer que fossem, à tentativa de repatriá-la, isto é, de deportá-la para o seu país de origem [...]. (ARENDR, 1989, p. 313, grifo nosso)

No contexto das notícias que fazem parte do nosso *corpus*, a palavra ‘apátrida’ aparece poucas vezes e praticamente em duas situações específicas. A primeira é nos relatos sobre a saída da minoria da etnia rohingya de Mianmar em direção à Bangladesh, Tailândia, Malásia e Indonésia. Considerados ‘imigrantes irregulares’ em Mianmar, por não terem sua cidadania reconhecida nesse país, os rohingya são tidos como refugiados nos locais onde buscam auxílio. Matéria do dia 24/05/2015, da Folha de São Paulo, intitulada “Aumentam temores de genocídio em Mianmar” aborda o assunto e utiliza em seu texto os três termos citados acima: apátridas, imigrantes e refugiados. Já em notícia anterior, datada de 15/05/2015, no mesmo jornal, com título “Ásia tem 8.000 imigrantes à deriva no mar”, constam apenas os termos imigrantes/ migrantes e refugiados. Não trazem ‘apátrida’, embora informem que Mianmar se recusa a dar cidadania às pessoas da minoria rohingya que vivam em seu território.

O segundo contexto de uso do termo ‘apátrida’ no *corpus* dessa pesquisa diz respeito às pessoas de ascendência haitiana que vivem na República Dominicana. Muitos são da segunda ou da terceira geração de haitianos irregulares no espaço dominicano e não possuem direito de nacionalidade de nenhum dos dois países, sendo, portanto, apátridas. Em reportagem publicada na Folha de São Paulo no dia 19 de dezembro de 2015, intitulada “Fronteira do Haiti concentra apátridas”, são utilizados, além do termo citado desde o título, a palavra ‘imigrantes’, para designar a primeira geração de haitianos que migraram para a República Dominicana, e ‘refugiados’, para designar os apátridas que retornaram às fronteiras do Haiti.

Como é perceptível pelas colocações anteriores, as linhas divisórias entre ‘migrantes’, ‘refugiados’, ‘estrangeiros’, ‘solicitantes de asilo’, ‘apátridas’ etc, deixaram, na prática, de existir, sendo inúmeras as semelhanças e sobreposições entre tais conceitos de sujeitos, resultantes do aspecto híbrido e das diversas causas e consequências dos fluxos migratórios atuais. Nesta pesquisa, o interesse é retratar conceitos em usos específicos na mídia, buscando verificar de que forma isso impacta na realidade e é impactado por ela.

4.4 A IDENTIDADE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

*Que estranha cena descreves e que estranhos prisioneiros,
São iguais a nós.
Platão, República, LivroVII*

Para atingir o objetivo a que se propõe, isto é, analisar a formação do sujeito migrante via discurso, este trabalho partirá de uma noção de identidade não-essencialista, mas socialmente construída. Em nosso entendimento, identidade é “*people’s concepts of who they are, of what sort of people they are, and how they relate to others*”⁷² (HOGG; ABRAMS, 1988, p. 2). Diferente do senso comum que parece determinar identidades fixas e imutáveis, atreladas a variáveis sociais tais como gênero, nacionalidade, perfil físico, etc, entendemos que o processo de identificação de si e dos outros é atravessado por aspectos sociais e culturais de uma determinada época, daí o caráter situado, histórico dessa construção. Conforme colocado por Hall,

a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2000, p. 13)

Continuando, não existe uma ‘verdadeira identidade autêntica’, como uma qualidade essencial que se possui, mas um conjunto de papéis ou identidades que os indivíduos assumem ao longo de sua vida, muitos deles de forma simultânea, num processo em constante mudança, no qual elementos são incorporados ou descartados de acordo com o contexto histórico, sócio-cultural e até mesmo pessoal em que cada um se encontra. Como exemplo podemos citar um sírio que, num determinado tempo, mora em seu país e se identifica como cidadão nacional e que, algum momento depois, se vê obrigado a deixar sua residência por motivo de guerra, indo se fixar em uma outra nação, passando a se identificar como refugiado. Nesse processo, alguns aspectos identitários costumam ser mantidos, tais como o sexo, o fato de ser pai ou mãe, e inclusive a nacionalidade síria. No entanto, esta pessoa deixa de ser um ‘local’ e assume um papel de ‘estrangeiro’, com as implicações sócio-culturais e econômicas que tal mudança ocasiona.

⁷² Tradução nossa: os conceitos das pessoas sobre quem são, de que tipo de pessoas são e como se relacionam com os outros.

Outro ponto que mostra a questão da complexidade e, ao mesmo tempo, fluidez da identidade é o fato de que o indivíduo pode, durante o processo migratório, ser identificado como imigrante em um primeiro momento, depois como solicitante de asilo e, apenas no terceiro passo e após ser reconhecido dessa forma pelo país de abrigo, como refugiado. Ainda, nessa última categoria, a pessoa se coloca numa posição tênue entre aquele que é de fora, por sua posição ‘original’, e o papel de nacional que absorverá ao longo do tempo de vida no novo país. A esse respeito, destacamos contribuição de Moulin ao lembrar que

o refugiado é o habitante por excelência do internacional, uma condição que se perpetua mesmo quando esse indivíduo é reconhecido como refugiado pelo país de acolhida haja vista uma série de restrições impostas a ele mesmo em sociedades com legislações mais liberais. Essas restrições envolvem normalmente seletividade na atribuição de direitos sociais e políticos, bem como os próprios direitos de mobilidade. **Nesse sentido, o refugiado pode ser definido como uma aporia em movimento, na medida em que rompe com a conexão linear e supostamente precisa que se estabelece entre o internacional e o nacional.** (MOULIN, 2012, p. 5, grifo nosso)

É dentro da visão essencialista da identidade, que estamos buscando desconstruir ao longo desta seção, que se encontra a ideia do pertencimento nacional, no qual se apela a um passado histórico comum e, normalmente, de ‘glória da nação’. Junto a esse resgate pode surgir uma negação àqueles imigrantes ou refugiados que não nasceram no país e que, por não compartilharem desse passado e dos ‘valores nacionais’ comuns, são apontados muitas vezes como causas de uma presente situação desfavorável. Hall (2012, p. 109) destaca a eficácia discursiva, material e política desse pensamento nacionalista, “mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a ‘suturação à história’ por meio da qual as identidades surgem esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático”. A essa ideia, Silva acrescenta que

no caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedict Anderson chamou de ‘comunidades imaginadas’. Na medida em que não existe nenhuma ‘comunidade natural’ em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum (SILVA, 2000, p. 85).

Na prática, vemos a eficácia discursiva e política do pensamento de pertencimento nacionalista na campanha eleitoral realizada em 2016 nos Estados Unidos e em diversas

outras ocorridas entre 2016 e 2017 na Europa. O presidente estadunidense eleito, Donald Trump, utilizou na disputa o slogan “*Make America Great Again*”, fazendo alusão a um passado (imaginário) em que o país tinha, dentre outras coisas, menos imigrantes e, por tal razão, maior abundância ‘moral’ e econômica. Já na eleição presidencialista francesa, a candidata Marine Le Pen usou o slogan “*Au nom du peuple*”, justificado como uma linha de conduta cujo objetivo era trazer o povo francês de volta ao centro, ao comando das decisões, em um resgate à essência identitária nacional ‘perdida’ (que tem como um dos motivos a chegada dos refugiados e dos imigrantes).

Complementamos a noção de identidade com um pressuposto teórico encontrado em Pontes (2010, p. 18), que é o entendimento da(s) identidade(s) como um produto da língua e do ‘jogo da interação social’ (cf. Signorini, 1998, p.41-42; Gumperz, 1982). Tal abordagem reforça o caráter socialmente constituído da identidade, como Silva (2000, p. 76) acrescenta abaixo.

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação lingüística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como "fatos da vida", com freqüência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais.

Assim, entendemos que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso. Isto ratifica o argumento desta pesquisa de que o que é dito (neste caso, especificamente na mídia) a respeito do refugiado e do imigrante corrobora a imagem e o tratamento a eles destinados.

Ademais, o significado das palavras “é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente fugindo de nós” (HALL, 2000, p. 41). Essa noção é importante para estabelecer a identidade como um produto relacional, que se estabelece a partir da diferença (WOODWARD, 2012), sendo essa diferença em relação ao outro.

Na pesquisa em questão, a diferença significa a existência de um contraponto entre o refugiado e imigrante (exterior) e o nacional (interior), que será percebida e significada nos textos que serão analisados adiante. Hall (2012, p. 110), a partir de concepções de Derrida e Laclau, mostra que “a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois pólos resultantes”, nesse caso, nacional *versus* refugiado e imigrante. No caso, o primeiro termo é visto como a essência,

enquanto o segundo termo é reduzido a ‘acidente’. ‘Refugiado’ e ‘imigrante’ são “marcas”, em contraste com o termo não-marcado ‘nacional’, o que seria a identidade tida como ‘normal’. Podemos observar essa visão de forma clara e arraigada em Moulin, ao explicar a inserção do refugiado no domínio nacional, o que seria uma condição de ‘normalidade’, como afirma de forma explícita no seguinte trecho: “essa aproximação [do refugiado ao domínio nacional, seja o seu próprio seja o de outrem] vai apagando a natureza internacional da condição refugiada e os aproximando da condição de cidadãos, **de uma situação de normalidade**” (MOULIN, 2012, p. 6, grifo nosso).

A questão da contraposição das identidades é complementada por Hall (2012, p. 110, grifo nosso) ao afirmar que “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro **silenciado e inarticulado**”, pensamento que vai de encontro à afirmação de Woodward de que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2016, p. 18). Em nosso caso, o outro ‘silenciado e inarticulado’ são os sujeitos da migração que, conforme será observado adiante, não possuem voz nas narrativas midiáticas a respeito desse movimento.

Reforçamos a questão da exclusão na identidade pontuando que, se uma pessoa é nacional, não pode ser considerada refugiada ou imigrante (num mesmo momento), e vice-versa (WOODWARD, 2012, p. 9). Além disso, a asserção da diferença entre identidades envolve a negação de quaisquer similaridades entre elas. Nesse contexto, parece que refugiados e imigrantes não guardam quaisquer semelhanças com nacionais, quando podem possuir causas comuns (como o feminismo, por exemplo). A esse respeito, Woodward complementa que “algumas diferenças são marcadas, mas nesse processo algumas diferenças podem ser obscurecidas; por exemplo, a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de gênero” (WOODWARD, 2012, p. 14).

Ao mesmo tempo, parece que cada identidade é fechada em si, homogênea, levando à criação de estereótipos limitados, desprovidos de qualquer contextualização, e que negam as especificidades culturais dos diversos grupos. Nas palavras de Woodward (2012, p. 14), “as identidades não são unificadas”, pois “pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas”. Embora possam ser categorizados sob uma mesma bandeira, como a dos refugiados, um sírio e um afegão, por exemplo, possuem referências, acessos e vivências completamente distintos, podendo até vir a ter mais em comum com o nacional (no caso, um europeu) do que entre si.

Em seu artigo “Diferença, diversidade e diferenciação”, Brah (2006) trata das diversas noções de ‘diferença’ a partir de análises da categoria ‘negro’ na experiência de grupos específicos no pós-guerra e da análise de teorias e práticas feministas nas décadas de 1970 e 1980, ambos na Grã-Bretanha. Embora aborde identidades distintas aos objetos de estudo desta pesquisa, seu pensamento corrobora o que foi posto no parágrafo anterior, reforçando que imigrantes e refugiados não podem ser tomados como categorias unitárias e homogêneas, sendo as identidades determinadas a partir de relações de poder.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária. [...] **Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea.** Mulheres da classe trabalhadora, por exemplo, compreende grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais. (BRAH, 2006, p. 342, grifo nosso)

Cabe ressaltar aqui, dentro da complexidade da construção identitária do migrante, a existência de um ‘duplo contraponto’: além de existir o ‘outro’ migrante em oposição ao ‘outro’ nacional, dentro do primeiro grupo cohabita o imigrante em oposição ao refugiado. Essas identidades ora se distanciam ora se fundem, de acordo com os efeitos de sentido que se quer transmitir num dado discurso, como será visto nas análises mais adiante.

Para Woodward (2012, p. 9), “a identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças - neste caso entre grupos étnicos - são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”. É o que parece acontecer no movimento migratório em estudo: a despeito da miríade de nacionalidades que migram para a Europa, o que importa (e parece amedrontar) as pessoas da região são os imigrantes e refugiados advindos da África e da Ásia, em especial aqueles de religião muçulmana. Desse modo, é fundamental entender que a identidade e a diferença

não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (WOODWARD, 2012, p. 81)

Essa posição reforça um ponto importante que é a construção discursiva da identidade como fenômeno essencialmente ideológico (ALTHUSSER, 1971; FAIRCLOUGH, 2001). Isso significa que há interesses de poder por trás das escolhas linguístico-discursivas na representação do refugiado e do imigrante, os quais procuraremos desvelar nesse estudo. As palavras podem ser escolhidas para valorizar ou deteriorar a imagem dos sujeitos sociais em questão, tornando a identidade mais o produto da diferença e exclusão do que signo de uma unidade idêntica. “A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades” (WOODWARD, 2012, p. 21). Vemos essa questão reforçada no texto abaixo, em estudo de Cardoso (2013, p. 144) sobre a representação dos refugiados.

A constituição das identidades, portanto, está muito relacionada àquilo que é constituído dentro de um sistema hierárquico. Em um polo, como lembra Bauman (2007), estão aqueles que a formam e desarticulam suas identidades à própria vontade, escolhendo-as em uma gama de possibilidades. No outro polo estão aqueles que tiveram negado o acesso de escolha à identidade dentro de um contexto e, portanto, não têm direito de manifestar preferências e se veem oprimidos por identidades impostas por uma rede injusta de classificações.

As desigualdades identitárias se estendem a condições sociais e materiais. “Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (WOODWARD, 2012, p. 14). Tal colocação reforça a importância de verificarmos como se percebe e o que se diz sobre o refugiado e o imigrante na atualidade, visto que as concepções de identidade de hoje influenciarão no decorrer da vida desses indivíduos.

Nessa subseção vimos que a identidade se traduz em discursos de pertencimento, definindo quem está dentro e quem está fora e demarcando fronteiras, de forma não-essencialista, mas cultural e historicamente situada. A identidade está ligada à diferença entre ‘nós’ (em nosso caso, o interior, o nacional) e ‘eles’ (os ‘outros’, o exterior, o refugiado ou imigrante). “Os pronomes ‘nós’ e ‘eles’ não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (SILVA, 2000, p. 82).

5 TEORIAS LINGUÍSTICAS: designação e análise crítica do discurso

Até o momento, contextualizamos o momento histórico, teórico e legal, além dos atores e da questão identitária, envolvidos na migração e no refúgio. Agora apresentamos os pressupostos relacionados à área da linguística que constituirão a base para realização desta pesquisa. Todo conteúdo visto nas seções 2, 3 e 4 dará corpo e fundamento à análise dos dados a ser efetuada na seção 5.

5.1 NOÇÕES DE DESIGNAÇÃO VIA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Este trabalho é uma história de palavras. Sendo assim, apresentamos preceitos da Semântica do Acontecimento, cujo principal expoente é Guimarães (2002), no que se refere aos processos de nomeação, referenciação e designação na linguagem.

Inicialmente, é necessário colocar que a Semântica do Acontecimento dialoga com a Análise do Discurso de origem francesa (NASCIMENTO, 2004), doravante AD, com a qual partilha alguns conceitos e, ao mesmo tempo, possui divergências. A AD se ocupa dos estudos discursivos, assim como a ACD (Análise Crítica do Discurso), esta última caminho teórico desta pesquisa e que será vista em maior profundidade ainda nesta seção.

Steigenberger, Machado e Silva (2011) apontam diferenças entre a Semântica do Acontecimento e a AD (e que valem também para a ACD) relacionadas ao objeto de estudo: enquanto a primeira se preocupa com a enunciação; a segunda, com o discurso. Tal diferença interfere nas formas de considerar a temporalidade do acontecimento narrativo, as influências e sujeitos envolvidos nesse acontecimento. Nesse aspecto, corroboramos o pensamento de Guadanini (2010) em partir de uma noção de Semântica do Acontecimento – no caso, a designação, como será visto adiante - para observar seu modo e função no discurso. Consideramos que pensar “em termos de conjunto, feixes de correlações, de combinação no interior de um ‘enunciado’ é uma coisa, mas se pensarmos na(s) função(ões) discursiva(s) da designação em diferentes discursos, é outra. Assim, nossa proposta é ampliar a noção de designação, trazendo-a para o âmbito discursivo.” (GUADANINI, 2010, p. 7-8).

Pontuaremos mais uma confluência entre a Semântica do Acontecimento e a AD e que entra em confronto com a ACD, entendendo que isso não inviabiliza a existência dessa subseção para um melhor entendimento do trabalho. Enquanto a Semântica do Acontecimento parte da noção de ‘sujeito assujeitado’ da AD, quando “o sujeito não é responsável pela enunciação” (NASCIMENTO, 2004, p. 33), sendo afetado pelo evento enunciativo para

assumir dada posição; na ACD, o sujeito possui a capacidade de agir como agente e transformar, ele próprio, as bases da sujeição (FAIRCLOUGH, 2001, p. 56).

Isso posto, partiremos às conceituações, iniciando com a ‘nomeação’, que é “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2003, p. 54), ou seja, passa a existir na história. Já o procedimento linguístico em que o sentido desse nome é particularizado pelo seu funcionamento no evento enunciativo chama-se ‘referenciação’ (GUIMARÃES, 2003, p. 53). Nas palavras de Nascimento, o conceito de referência “não tem a ver apenas com o apontamento de um objeto no mundo, em uma relação direta entre o nome na língua e a coisa que nomeia na realidade. Referir, segundo Guimarães, é particularizar um objeto no mundo no espaço de uma enunciação específica.” (NASCIMENTO, 2004, p. 44-45). Continuando, na passagem abaixo Nascimento (2004, p. 45) auxilia na chegada ao próximo conceito, a designação.

O que uma determinada expressão refere hoje é o que um processo de nomeação, também enquanto acontecimento, nomeou no passado. O que essa mesma expressão significa em uma dada enunciação é toda sua história de nomeações e referências realizadas, o que é, por sua vez, recortado como passado. É esse funcionamento é que constitui a designação.

Segundo Guimarães (2003, p. 54), a ‘designação’ é a significação de um nome relacionado com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. É uma relação linguística que coloca em interseção o signo e as coisas, trazendo implicações para o campo entre linguagem, práticas discursivas e realidade e mostrando as relações de poder entre os elementos de um discurso ou entre discursos. Ao designar, um nome se torna parte das relações sociais que ajuda a construir.

É a partir da designação que iremos olhar para o *corpus* desta pesquisa. Nosso interesse está em verificar a construção do sentido atual dos nomes ‘refugiado’ e ‘imigrante’, buscando perceber o que foi mobilizado do passado (história de nomes e referências realizadas) nos novos contextos de uso e entender como tais designações criam associações referenciais que nomeiam, predicam e recategorizam.

5.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Verificamos em Wodak (2004) que o início das pesquisas críticas a respeito do discurso se deu na década de 1970, quando alguns estudiosos passaram a corresponder textos e discursos a relações de poder na sociedade, saindo de abordagens linguísticas, em sua

maioria, dos aspectos formais da língua, descolada de seu contexto real de uso. Mas foi em 1991, após simpósio realizado na cidade de Amsterdã, que a Análise Crítica do Discurso (ACD) emergiu enquanto grupo organizado de pesquisadores os quais, embora tivessem formas distintas de abordagem do assunto, possuíam agenda comum de discussão e de projetos. Temos ainda como marco inicial da ACD o lançamento da revista *Discourse and Society*, editada por Teun van Dijk, e dos livros *Language and Power*, de Fairclough (1989); *Language, Power and Ideology*, de Wodak (1989); e *Prejudice in Discourse*, de van Dijk (1984) (WODAK, 2004, p. 227). Wodak (2004) destaca o crescimento da ACD desde então, enquanto paradigma, congregando teorias e metodologias em torno de uma pauta única de pesquisas.

A característica da ACD que motivou sua escolha como arcabouço teórico-metodológico dessa pesquisa foi a busca pelo “desvelamento das relações de desigualdade presentes na construção das identidades no discurso, tornando visíveis e compreensíveis as estruturas de poder ideologicamente mascaradas, o controle político e a dominação, assim como as estratégias discriminatórias de inclusão e exclusão no uso da linguagem” (WODAK *et al*, 1998, p. 8) – nesse caso específico, dos refugiados e imigrantes na imprensa.

As relações estruturais de dominação, discriminação, poder e controle se manifestam de forma explícita e não-implícita no uso da linguagem, ou seja, no discurso. Para a ACD, a linguagem carece de poder próprio, sua força advém do uso feito pelos grupos dominantes. Tais grupos procuram impor sua ideologia por meio de discursos excludentes, hegemônicos e naturalizados. Cabe pontuar aqui que a ACD não trata de indivíduos ou de discursos pontuais e específicos, mas os investiga apenas enquanto representantes de um grupo social que submete ou é submetido à forma de pensamento dominante.

Além de desvelar as relações hegemônicas de abuso de poder, discriminação e injustiça social, partilhamos do foco – e comprometimento político – da ACD na possibilidade de resistência e na mudança social via discurso, com o objetivo de empoderar os grupos oprimidos (COLORADO, 2010). Nas suas investigações, a ACD pretende “aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 1). No presente trabalho, há uma busca para se entender a formação de identidades e seu impacto na aplicação dos direitos humanos, com vistas à transformação de relações desiguais que constituem e são constituídas por práticas discursivas.

De acordo com Fairclough (2001, p. 25), mudanças no uso da linguagem podem significar mudanças sociais e culturais mais amplas e profundas, tanto que é possível que

“[...] tentativas de definir a direção da mudança cada vez mais incluem tentativas de mudar as práticas de linguagem”. Tal colocação ratifica um dos interesses desse estudo, que é verificar de que forma as designações do refugiado e do imigrante parecem corroborar a política de aceitação desses sujeitos nos países para o qual imigram.

Fairclough (2001), na sua busca por uma teoria social do discurso, sendo esta um dos pilares da ACD, afirma que as mudanças nas práticas discursivas podem acarretar modificações nas identidades sociais, nas relações interpessoais e nos sistemas de conhecimento e crença. A cada uma dessas modificações correspondem funções discursivas, quais sejam a função identitária (em que o discurso estabelece identidades), a função relacional (representação e negociação das relações entre os participantes do discurso) e a função ideacional (forma de significação do mundo nos textos). A ACD inova quando se propõe a examinar a transformação social via discurso, enquanto a Escola Francesa de Análise do Discurso (AD) se esgota no olhar crítico da linguagem como prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

Enquanto modo sóciopolítico consciente e oposicionista de investigar o discurso, a ACD se preocupa com questões relacionadas a representação e identidade, xenofobia e nacionalismo (BOUKALA; WODAK, 2015; REISIGL; WODAK, 2005, 2008; VAN LEEUWEN; WODAK, 1999), em consonância com a temática da pesquisa que estamos efetuando, sendo este mais um dos motivos para sua escolha como respaldo teórico. Evidencia, ainda, problemas que não são foco deste estudo como gênero social, discursos políticos e discriminatórios, etnocentrismo, antissemitismo, entre outros.

Outro ponto a considerar na ACD é sua característica em proceder análises a partir de textos, conhecida como análise do discurso textualmente orientada (ADTO). Esse modelo é defendido por Fairclough (2001, p. 87) ao sugerir que “a ADTO provavelmente reforçará a análise social, essencialmente por assegurar atenção a exemplos concretos de prática e a formas textuais e a processos de interpretação associados a ela”. Nosso trabalho se encaixa nessa recomendação, visto que temos como objeto de análise o texto jornalístico.

Apesar de existir um fio condutor comum, de que fazem parte os pressupostos acima, o campo disciplinar da ACD é caracterizado pela heterogeneidade teórica e metodológica, mantendo uma base acadêmico-científica. A ACD não deve ser entendida como um método único, mas como um enfoque, ou seja, como algo que adquire consistência em vários planos, e que, em cada um dos planos, exige realizar um certo número de seleções. Conforme posto por Azevedo (2003, p. 21), “a ACD não comporta uma escola, nem um campo, nem uma disciplina de análise do discurso, pois se trata de um posicionamento, de uma postura

explicitamente crítica para estudar a fala e a escrita em seus contextos específicos de funcionamento”.

O presente trabalho tomará como base a ACD na sua já citada Abordagem Histórico-Discursiva, doravante AHD, cujo principal expoente é Wodak (2008, 2016), dentre outros autores. Na sequência, serão explorados os pontos-chave da AHD. Os conceitos de ‘discurso’, ‘crítica’, ‘ideologia’ e ‘poder’ se fazem mister nesta abordagem e também serão trabalhados nesta seção, seguidos por explanação sobre ‘noções de identidade na AD’.

5.3 ABORDAGEM HISTÓRICO-DISCURSIVA

A escolha da Abordagem Histórico-Discursiva para realização desse estudo vem do interesse em trabalhar de forma multidisciplinar no entendimento dos fenômenos sociais, relacionando o aspecto comunicativo de tais fenômenos, realizado por meio de camadas discursivas diversas, à sua trajetória histórica e política.

A relação entre um dado discurso – como o da migração – e sua história, implica, conforme preceitos da AHD, uma cadeia de recontextualizações. Isso significa dizer que, ao longo do tempo, significados podem ser suprimidos, transformados ou re-elaborados, por meio dos processos de intertextualidade e interdiscursividade. Fairclough (2001, p. 27), na base constitutiva de seu método analítico da mudança social via discurso, reforça a importância da análise histórica para investigar os “processos ‘articulatórios’ na construção dos textos”.

A dimensão histórica dos atos discursivos se realiza na AHD de duas maneiras. “A primeira é a integração de todas as informações disponíveis no *background* histórico e nas fontes originais nas quais os ‘eventos’ discursivos estão inseridos” (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 91). No caso deste estudo, trata-se do resgate da história e dos instrumentos legais relativos ao refúgio e à migração, como visto na seção 2. “A segunda é a exploração dos caminhos nos quais tipos e gêneros particulares de discurso são sujeitos a mudanças diacrônicas” (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 91). No nosso caso, análise do gênero jornalístico ao longo do movimento migratório de 2015 a 2017.

As ferramentas metodológicas da AHD se adequam ao estudo em questão, conforme especificamos na seção 1. Não à toa, a AHD tem vasto material que trabalha a relação preconceito, racismo e migração, e que fornecem informações que servirão como base para a análise, como os padrões generalizados de exclusão, representados pela “dicotomia ‘nós x eles’, entre outros (COLORADO, 2010, p. 586).

A Abordagem Histórico Discursiva implica uma análise tridimensional, em que se buscam os pontos abaixo (REISIGL; WODAK, 2005, p. 44; VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 91).

(i) Primeiramente, identificar os conteúdos ou tópicos de um discurso específico, com ingredientes racistas, antisemíticos, nacionalistas ou étnicos. Em nosso caso, trata-se do discurso jornalístico a respeito dos refugiados e imigrantes que migraram para a Europa em período recente. Tal elemento constitui o *corpus* deste trabalho, que será submetido a análise na próxima seção.

(ii) Na sequência, investigar as estratégias discursivas⁷³ utilizadas, a partir da busca pela resposta às perguntas abaixo.

- Quem são os principais atores sociais⁷⁴ que participam do discurso na imprensa sobre o movimento migratório de pessoas da Ásia e da África em direção à Europa, no período de 2015 a 2017? Como os sujeitos migrantes, principalmente os refugiados e imigrantes, são nomeados ou se referem a si mesmos (caso se refiram) nesse discurso?
- Que características, qualidades e outros aspectos são atribuídos a estes sujeitos migrantes?
- De que perspectiva as nomeações, atribuições e argumentos são expressados?

Tais perguntas levam a cinco tipos de estratégias discursivas, relacionadas à representação positiva de si e à representação negativa do outro: nomeação, predicação, perspectivação e envolvimento, intensificação ou mitigação e argumentação.

Na presente pesquisa, vamos nos concentrar em duas estratégias: nomeação e predicação, como será visto adiante. As respostas decorrentes das duas primeiras questões acima darão subsídio para chegarmos às estratégias linguístico-discursivas que auxiliarão na elaboração do quadro de categorias de análise abaixo, envolvendo estas estratégias. Para exemplificar os meios linguístico-discursivos usados para concretizar cada estratégia discursiva, usaremos uma matéria jornalística da revista *Veja* sobre a morte de possíveis

⁷³ Estratégias são planos de práticas (discursivas), eventualmente acuradas e intencionais, adotadas para se alcançar determinado objetivo social, político, psicológico e/ou linguístico (REISIGL; WODAK, 2005, p. 44). Por mais que planejadas, são sujeitas às condições sociais e materiais do contexto, além da situação de socialização que envolve o ator social no ato discursivo.

⁷⁴ Van Leeuwen (1997) e Reisigl e Wodak (2005) utilizam a expressão “atores sociais” para representar as pessoas dentro de um discurso.

refugiados num caminhão frigorífico na Áustria, publicada em 28 de agosto de 2015⁷⁵.

Quadro 1. Seleção das estratégias linguístico-discursivas

Questões	Estratégia discursiva	Meios
Quem são os principais atores sociais que participam do discurso na imprensa sobre o atual movimento migratório? Como os sujeitos migrantes são nomeados ou se referem a si mesmos nesse discurso?	Nomeação	<ul style="list-style-type: none"> • Categorização de grupo/ coletivo (ex.: <i>imigrantes, refugiados vítimas, homens, mulheres, crianças, polícia, ocupantes do caminhão, pessoas</i>) • Nomes próprios (ex.: <i>Hans Peter Doskozil, Angela Merkel</i>) • Funcionalização (ex.: <i>polícia, motorista, chanceler alemã, diretor da polícia de Burgenland, líderes dos países, agentes, traficantes</i>) • Outros
Que características, qualidades e outros aspectos são atribuídos aos sujeitos migrantes?	Predicação	<ul style="list-style-type: none"> • Estereótipos, atribuições avaliativas de traços negativos ou positivos (ex.: <i>é uma advertência de que devemos trabalhar</i>) • Atribuições de papéis sociais ativos ou passivos (ex.: <i>o governo austríaco culpa os traficantes, a chanceler disse ter ficado “comovida”</i>) • Pressuposições (ex.: <i>as autoridades acreditam que os corpos eram de refugiados</i>) • Outros

Fonte: adaptado de Reisigl e Wodak (2008, p. 12-13; 112-113) e Pontes (2010, p. 58).

Na próxima seção, essas categorias serão operacionalizadas nos textos da imprensa a respeito do movimento migratório atual, sendo confrontadas em suas relações intertextuais e interdiscursivas, além do contexto histórico.

(iii) Por fim, cabe na análise tridimensional da AHD observar os significados e as realizações linguísticas específicas e contexto-dependentes dos estereótipos discriminatórios. Ou seja, analisar o material propriamente dito, através dos seus meios de realização, conforme pontuado no quadro anterior e que será visto detalhadamente adiante.

⁷⁵ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/austria-71-imigrantes-morreram-dentro-de-caminhao/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

5.3.1 Nomeação

Na estratégia discursiva da nomeação, acontece a construção e representação das identidades dos atores sociais em termos, por exemplo, dos *ingroups* e dos *outgroups*. (REISIGL; WODAK, 2005, p. 45). A nomeação mostra que a escolha por determinada maneira de chamar as pessoas no texto permite que elas sejam significadas de algumas formas, mas não de outras. Em muitos casos, a aparentemente simples forma de nomear, por si só, já performa conotações insultivas e depreciativas, sem necessidade de qualquer qualificação atribuída.

Os atores sociais podem ser representados pelo nome próprio, numa identificação individual, ou em termos de identidades coletivas ou funções partilhadas (PONTES, 2010, p. 97-98), dentre outras formas, conforme posto no Quadro 1, no que compõe os meios de realização da estratégia da nomeação. Nesta pesquisa, estamos tratando de maneira mais específica de identidades coletivas, por meio dos termos refugiados e imigrantes.

Sobre categorização, Pontes (2010, p. 98) afirma que “as formas como categorizamos o mundo social demonstram nosso modo de organização e percepção das coisas, bem como o que consideramos como valores desejáveis e indesejáveis”. Ainda, considera que tais categorias não são fixas e imutáveis. Conforme visto na seção anterior, a identidade – que se forma também pela categorização, ou papéis assumidos pelos indivíduos – não se constitui enquanto “uma ‘verdadeira identidade autêntica’, como uma qualidade essencial que se possui, mas um conjunto de papéis ou identidades que os indivíduos assumem ao longo de sua vida, num processo em constante mudança, no qual elementos são incorporados ou descartados de acordo com o contexto histórico, sócio-cultural e até mesmo pessoal em que cada um se encontra”. Assim, podemos perceber que o processo de categorizar expõe as diferenças nas maneiras de se chamar as pessoas num contexto histórico específico, sendo portanto instrumento de poder e controle social. Esse pensamento reforça nosso posicionamento de que nomear indivíduos como refugiados e/ou imigrantes, optando-se muitas vezes pela alternância dos termos e pelo não-uso de outras possíveis nomações (como estrangeiros ou solicitantes de asilo, por exemplo), implica uma dada significação, como veremos adiante, das pessoas que imigram no contexto estudado.

As estratégias de nomeação que iremos utilizar, tal qual posto por Reisigl e Wodak (2005), tomam como base o inventário sócio-semântico de representação dos atores sociais proposto por van Leeuwen (1997), que utiliza perspectivas sociológicas e discursivas combinadas. Seguiremos as considerações feitas pela AHD nessa classificação, e vamos nos

aprofundar nos pontos que julgamos mais relevantes para o estudo em questão, que serão explorados na sequência. As sinédoques, metonímias e metáforas, também importantes na nomeação, serão vistas no subtópico seguinte, quando falaremos da predicação.

Começemos com a identificação de quem e do que será incluído ou excluído na representação das práticas sociais, com o objetivo de servir aos interesses e propósitos do autor do discurso. Este princípio da presença/ ausência é importante ferramenta de dominação, discriminação, poder e controle.

Linguistic exclusion is not only strategically employed to conceal persons responsible for discriminatory activities, it has clearly discriminating effects, as in cases of sexist ignoring of women by not naming them [...] or in cases of linguistic underrepresentation of ethnic minorities by not giving them adequate access to mass media and by not reporting about them to an adequate extent. Linguistic inclusion – though it is very often an indicator of fair and just representation and treatment – can sometimes have an disguising, relativising and averting function. (REISIGL; WODAK, 2005, p. 47, grifo nosso.)⁷⁶

Complementando, van Leeuwen (1997, p. 180) admite que algumas exclusões podem ser inocentes, por conhecimento prévio ou irrelevante para o leitor, enquanto outras “estão diretamente relacionadas com a estratégia de propaganda que visa criar medo, e encarar os imigrantes [e refugiados] como inimigos dos ‘nossos’ interesses”. Conforme será comprovado em análise mais adiante, os imigrantes e refugiados são insuficientemente representados na mídia, enquanto voz ativa, não possuem ‘acesso discursivo’⁷⁷. Quando se verifica uma opinião positiva sobre o assunto da migração na mídia, geralmente é feita por meio de organismos internacionais como o ACNUR.

A exclusão, conforme posta por van Leeuwen, pode se dar de duas formas. A primeira é por supressão, quando não há qualquer indício, no texto, do ator social suprimido. A segunda é por ‘colocação em segundo plano’, que acontece quando o texto deixa pistas que induzem ao ator não explicitamente presente.

Partindo para as categorizações em que há inclusão dos atores sociais, começemos pela distinção entre quem é representado como agente, aquele que executa, realiza uma ação,

⁷⁶ Tradução nossa: Exclusão linguística não é só utilizada estrategicamente para esconder a responsabilidade das pessoas em atividades discriminatórias, ela tem efeitos discriminatórios claros, como no caso da sexista ignorância da mulher na sua não-nomeação [...] ou nos **casos de subrepresentação linguística de minorias étnicas, não dando a elas acesso a mídia de massa, ou por não reportar-se a elas na extensão adequada**. A inclusão linguística – apesar de frequentemente ser indicador de representação e tratamento justo – pode às vezes ter função de disfarçar, relativizar ou evitar. (REISIGL; WODAK, 2005, p. 47, grifo nosso.)

⁷⁷ Para Azevedo (2003, p. 18), “a idéia de acesso dentro da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) é ainda relativamente vaga, necessitando de uma especificação mais sistemática”. A autora traz posicionamento de Van Dijk (1991), para quem participações discursivas, tal qual recursos sociais, “não são democraticamente distribuídas em sociedade, gerando grupos discursivamente excluídos” (AZEVEDO, 2003, p.18).

ou paciente, aquele que se submete a essa ação. O uso dessas construções pode indicar força e dinamicismo do agente, enquanto o paciente aparece em segundo plano, sem destaque ou vitimizado. Em sua pesquisa em específico, van Leeuwen (1997, p. 190) constatou que, na maioria das vezes, outros sujeitos costumam atuar sobre os imigrantes, e que estes últimos são ativos praticamente apenas quando se refere ao ato de migrar. Nas matérias do nosso *corpus*, de forma geral, verificamos que os imigrantes (e refugiados) não se mostram como especialistas e portanto agentes em nenhum assunto, são quase sempre noticiados no decorrer do processo migratório, exceção às adjetivações em que o termo imigrante aparece para caracterizar o sujeito, em estruturas como “...o imigrante português José...”, por exemplo.

Seguindo na proposta classificatória de van Leeuwen (1997), adotada por Reisigl e Wodak (2005), temos a genericização e a especificação como outras formas de representação de atores sociais. A genericização é verificada no uso de referências genéricas, sendo o sujeito formado por plural sem artigo, singular com artigo definido ou singular com artigo indefinido. No caso da especificação, ela pode acontecer por individualização (uso de nomes próprios), ou assimilação (referência a atores sociais enquanto grupos). A assimilação, por sua vez, pode ser via coletivização (grupo de atores sociais sem quantificação) ou agregação (quantificação de grupos de participantes).

A estratégia de nomeação por assimilação está no cerne do nosso *corpus* e diz muito sobre as identidades que a imprensa quer construir a respeito dos refugiados e dos imigrantes. Frases como “X crianças e mulheres morreram em naufrágio no mar”, encontradas inúmeras vezes dentre os dados desse trabalho, garantem maior distanciamento e menor comprometimento em relação ao evento trágico – se não sabemos quem são essas pessoas, se não as individualizamos, elas não passam de mais um número a se somar numa estatística nefasta de mortes durante a migração. Encontramos em van Leeuwen (1997) reforço a esta argumentação, tendo o autor ainda acrescentado o medo do desconhecido que a assimilação ocasiona (e que encontramos também no nosso *corpus*):

[...] os imigrantes são mais frequentemente agregados, tratados como ‘dados estatísticos’, e mais do que isso, este facto é usado para realizar a modalidade de frequência (como em ‘many Australians’ [muitos Australianos]), e transforma-os, não só no objecto do cálculo económico ‘racional’, mas também naquela enorme multidão ‘legitimately feared’ (legitimamente receada) pelos Australianos. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 196-197)

Grande parte dos casos de individualização que encontramos no *corpus* refere-se à identificação de instituições e organizações internacionais de apoio aos refugiados e

imigrantes, como o ACNUR. Nesse caso, o processo de nomear funciona para dar legitimidade e credibilidade a dado ou opinião sobre o processo migratório.

Formamos o quadro a seguir delimitando os aspectos da categorização de van Leeuwen que consideramos útil ao nosso trabalho. Trata-se de uma versão bastante simplificada das ideias do autor, que considera a representação de atores sociais como rede ampla e complexa, que envolve múltiplas relações entre os sujeitos.

Quadro 2. A representação dos atores sociais no discurso

Fonte: Van Leeuwen, 1997, p. 219

Reisigl e Wodak (2005) tomam emprestado alguns conceitos e adaptam outros, a partir da categorização de van Leeuwen, para formular uma relação de estratégias de nomeação utilizadas para analisar representações positivas ou discriminatórias dos atores sociais nos textos. A partir da extensa relação de potenciais referenciais selecionados em relação as referências pessoais, elaborada pelos autores, montamos o quadro na sequência, apenas com as estratégias que consideramos mais pertinentes para análise dos refugiados e imigrantes no nosso *corpus*, e que serão exploradas na próxima seção.

Quadro 3. Seleção das estratégias de nomeação

Estratégias selecionadas	Significados linguísticos ⁷⁸	Exemplos de realização (tipos)
COLETIVIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Pronomes dêiticos Coletivos 	Nós, eles, família, grupo, time, população, o povo, nação, raça, povo, comunidade, união, maioria
ESPACIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Topônimos usados como 	Alemanha, Áustria, Turquia,

⁷⁸ No caso dos significados linguísticos em que não encontramos palavras correspondentes no português, foi mantido o original inglês. Reisigl e Wodak (2005, p.46) esclarecem que os rótulos terminológicos dessa coluna muitas vezes são compostos híbridos que combinam morfemas gregos e latinos. Nesse contexto, indicam que o morfema grego ‘onym’ significa ‘nome’.

	metonímias ou/e personificação (lugar/Estado/cidade por pessoa)	África, África, América, países estrangeiros
	<ul style="list-style-type: none"> • Antropônimos referindo-se à pessoa em termos de viver em um local 	Residente, habitante, ocupante, morador
DESESPACIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • <i>De-toponymic anthroponyms</i> (incluindo referência baseada em orientação local) 	Vienense, inglês, estrangeiro, europeus, índios, asiáticos, africanos, americanos
ACIONALIZAÇÃO/ PROFISSIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Actionyms/ praxonyms e professionyms</i> 	Requerentes de asilo, migrantes, refugiados, criminosos, trabalhador convidado (<i>guest workers</i>), escriturários/ oficiais, policiais
SOMATIZAÇÃO	SOMATONYMS	
<ul style="list-style-type: none"> • Generização 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Genderonyms</i> 	Mulher, homem, menino, menina
POLITIZAÇÃO	POLITONYMS	
<ul style="list-style-type: none"> • Nacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Nationyms</i> 	Nacionais, alemães, austríacos, turcos, ciganos, romanos
<ul style="list-style-type: none"> • Organizacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> • Nomes de organizações políticas 	Congresso, Parlamento, Governo
<ul style="list-style-type: none"> • Concessão ou privação de direitos políticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Antropônimos referindo-se a pessoas em termos de atribuição ou negação de direitos 	Cidadãos, não-cidadãos, eleitores, refugiados, refugiados falsos
<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição ou negação de participação política em um Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Antropônimos referindo-se a pessoas em termos de participação em um Estado 	Cidadãos, nacionais, não-cidadãos
<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição de estar ou não em necessidade de apoio político 	<ul style="list-style-type: none"> • Antropônimos referindo-se a pessoas em termos de estar ou não necessitando de apoio político 	Requerentes de asilo, refugiados, refugiados falsos

Fonte: adaptado de Reisigl e Wodak (2005, p. 48-52).

5.3.2 Predicação

Quanto à estratégia discursiva da ‘predicação’, trata-se da definição dos traços, qualidades e atributos que caracterizam pessoas, animais, objetos, eventos, ações e fenômenos sociais. Junto à nomeação, irá nos fornecer pistas para entendimento dos usos dos termos refugiados e imigrantes nos textos investigados.

As predicções podem ser linguisticamente avaliativas, valoradas positiva ou negativamente, explícitas ou implícitas, específicas ou vagas/ evasivas, dentre outros e se realiza através de referências na forma de alocação de papéis, atributos, predicados, metáforas, comparações, colocações, alusões, dentre outros. (PONTES, 2005, p. 131)

As diversas formas linguísticas utilizadas para a realização de predicções discriminatórias são frequentemente combinadas com afirmações positivas dos *ingroups*, o que resulta numa polarização entre o bom (*ingroup*) e o mau (*outgroup*).

Reisigl e Wodak (2005, p. 54) apontam as predicções a seguir como sendo as mais frequentemente usadas na argumentação contrária ao grupo discriminado dos ‘estrangeiros’, geralmente como premissas (proposições que servem de base para um raciocínio). Nas análises da próxima seção dessa pesquisa, vamos confrontar tais predicções àquelas atribuídas aos refugiados e imigrantes (que são, também, estrangeiros nos seus países de acolhimento).

- “Estrangeiros são responsáveis pelas altas taxas de desemprego.”
- “Estrangeiros são colegas de trabalho maus e não-cooperativos.”
- “Estrangeiros são ‘sócio parasitas’ que exploram o sistema de bem-estar.”
- “Estrangeiros são sempre privilegiados em comparação ‘conosco’.”
- “Estrangeiros não são dispostos a se adaptar, assimilar e se conformar.”
- “Estrangeiros são muito diferentes na cultura e religião. Eles são culturalmente menos civilizados e mais primitivos.”
- “Estrangeiros são descuidados e permitem que os apartamentos e casas em que moram caiam em destruição.”
- “Estrangeiros são sujos.”
- “Estrangeiros são portadores de doenças infecciosas.”
- “Homens estrangeiros estão inclinados ao assédio sexual.”
- “Homens estrangeiros são sexistas e opressores patriarcais das mulheres.”
- “Mulheres estrangeiras são mentalmente imaturas e retardadas e aceitam de boa vontade sua supressão e exploração pelo homem.”
- “Estrangeiros são sempre conspícuos e altos. Eles parecem fisicamente diferentes dos residentes nacionais.”
- “Estrangeiros são agressivos e criminosos.”

- “Estrangeiros são sexualmente mais potentes, mas férteis e prolíficos.”
- “Em contraste ‘conosco’, estrangeiros têm muitas crianças, o que coloca em perigo o sucesso escolar das ‘nossas’ crianças e leva à infiltração de muitas influências estrangeiras.”

Continuando, as sinédoques, metonímias e metáforas têm papel relevante para garantir uma igualdade ou homogeneidade que reforce a diferença, relacionando-se tanto à nomeação quanto à predicação. Aparecem com frequência nos textos analisados e veremos cada uma delas na sequência.

As sinédoques são substituições dentro de um mesmo campo de referência: um termo é substituído por outro cuja extensão é semanticamente mais ampla ou estreita que o primeiro. Sinédoques particularizantes, como ‘imigrante’ e ‘refugiado’, servem “para generalização estereotípica e essencialização que se refere, de maneira niveladora, a um grupo inteiro de pessoas” (REISIGL; WODAK, 2005, p. 57). Isso significa que, ao chamar os atores sociais de ‘refugiados’ e ‘imigrantes’, as matérias investigadas desconsideram suas individualidades, histórias particulares, e demais características para além da ação de emigrar ou buscar refúgio.

Já as metonímias são substituições envolvendo dois campos semânticos de referência adjacentes: o nome de um referente é substituído pelo nome de outro referente, que semanticamente (de forma abstrata ou concreta) junta o referente do nome substituído (REISIGL; WODAK, 2005, p. 57). Podemos exemplificar com o uso de lugar por pessoa, como no caso de “A Alemanha não aceita mais imigrantes” ou com o uso de pessoa que mora num local em substituição ao próprio local, como em “Nós não temos capacidade para acolher mais pessoas”. Dentre seus papéis, as metonímias possibilitam que os falantes façam desaparecer ou mantenham em segundo plano semântico atores sociais relevantes num dado contexto.

As metáforas são figuras de linguagem que produzem transferências de sentido de um termo a outro, por meio de comparações implícitas. Dentre os tipos específicos de metáfora, merece destaque a personificação, utilizada para humanizar objetos inanimados, entidades abstratas, fenômenos e ideias. “Sua aparente concretude e vivacidade frequentemente convida ouvintes e leitores a se identificar ou sentir solidariedade com a entidade personificada ou contra ela” (REISIGL; WODAK, 2005, p. 57).

No caso dos textos a respeito do movimento migratório, são bastante frequentes metáforas que comparam tal movimento a desastres da natureza (como ‘onda’ ou ‘enxurrada’) e que comparam imigrantes e refugiados a animais, principalmente insetos (como ‘enxame’

de pessoas). Segundo a OIM (2017, p. 195) estas práticas são relativamente difundidas, aparecendo em mídias nacionais do Reino Unido, Austrália, África do Sul, Estados Unidos e de países do Oriente Médio que abrigam refugiados sírios. Além dessas, Reisigl e Wodak (2005, p. 59-60), com base em suas pesquisas em discursos austríacos e alemães sobre imigrantes e minorias racializadas, nacionais e étnicas, listam as metáforas estereotipadas mais frequentemente empregadas na representação negativa dos atores sociais e nas qualificações predicativas negativas dos mesmos, da migração e os efeitos da migração. A seguir destacamos as metáforas dessa lista que consideramos relevantes para a análise dos textos que iremos investigar.

- Água: imigração e imigrantes como curso das águas, corrente, inundação que tem que ser ‘represada’.
- Crescer/ crescimento: aumento da imigração e, com isso, aumento dos conflitos.
- Doença/ infecção: imigração/ imigrantes como uma epidemia, contatos e relações intergrupais como uma infecção.
- Animais/ possuidores de animais: imigrantes/ minorias como parasitas, ‘atraídos à chama como mariposas’, arrebanhados juntos.
- Guerra/ luta/ militar: imigração como uma atividade militar/ invasão.
- Comida: ‘bem-vindos/ bons imigrantes/ minorias’ *versus* ‘indesejáveis/ maus imigrantes/ minorias’ metaforizado como o joio que se separa do trigo.
- Veículo/ bote/ barco: efeitos da imigração como um bote superlotado.
- Casa/ construção/ porta/ portão: os ‘*ingroups*’ como casa ou construção; parando a imigração trancando a porta.

Tanto a nomeação quanto a predicação serão vistos com mais detalhe na seção 5, quando serão analisadas as matérias que compõem a investigação dessa pesquisa. Na ocasião, buscaremos mostrar de que forma estas estratégias discursivas contribuem para a formação das identidades dos refugiados e imigrantes.

5.4 SOBRE DISCURSO, CRÍTICA, IDEOLOGIA E PODER

A noção de discurso tem sido amplamente utilizada nas ciências sociais, como parte integrante da ‘virada linguística’, que confere à linguagem papel mais central nos fenômenos

humanos, conforme apontado por Fairclough (2001). Contudo, nesses ramos de conhecimento, o discurso raramente aparece de forma sistematizada e operacionalizada (WODAK, 2008, p. 1). Exceção a isso pode ser percebida na Análise Crítica do Discurso, bem como na sua Abordagem Histórico-Discursiva, em que se verifica preocupação com a conceitualização desse termo.

Podemos afirmar que o discurso é compreendido como uma forma de prática social de uso da linguagem, expressando a ação das pessoas sobre o mundo e sobre os outros (FAIRCLOUGH, 2001). Todo discurso é concebido como entidade semiótica, inserida num cotexto imediato e em contexto intertextual e sóciopolítico (WODAK, 2008). Pode ser escrito, visual ou oral, verbal ou não-verbal, tomado por atores sociais num local específico, determinado por regras sociais, normas e convenções. A materialização do discurso são gêneros e textos. No caso em questão, o discurso será o dos refugiados e imigrantes retratados pela imprensa.

Os conceitos de crítica, ideologia e poder, que serão vistos na sequência, estão sendo considerados sob uma perspectiva multidisciplinar e discursiva, diferenciando-se e distanciando-se assim de habituais abordagens filosóficas e sociológicas. Dessa forma, não serão explorados à exaustão, em todos os seus campos de conhecimento, apenas o suficiente para entendimento das teorias e análises exploradas neste estudo.

Assim, a noção de ‘crítica’ em nossa pesquisa é assumida tal qual posta por Wodak (2004, p. 234) e significa “distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita, e focalizar a auto-reflexão, como compete a estudiosos que estão fazendo pesquisa”. Nesse contexto, estamos cientes de nosso local de fala enquanto diferente da condição enfrentada pelos refugiados e imigrantes ou pelos nacionais dos países de acolhida do movimento estudado, visto nossa vivência no Brasil, que é nosso local de nascimento, e adotamos esse olhar externo sobre a questão. Conforme visto anteriormente, seguimos o princípio da triangulação, com o objetivo de dirimir interpretações falhas ou tendenciosas (WODAK, 2008), entendendo que não existem discursos neutros ou desprovidos de pontos de vista (nem o nosso).

Também nos orientamos pelo método crítico de análise apontado por Fairclough (2001, p. 28) que implica mostrar conexões e causas ocultas (no discurso), além da intervenção para favorecer os que se encontram em desvantagem, sendo exatamente essa questão o centro de nossa pesquisa. Continuando, a AHD segue um conceito de crítica que integra três aspectos (REISIGL; WODAK, 2008, p. 88) que reforçam e aprofundam o que foi apontado por Fairclough:

- (i) o **texto ou discurso imanentemente crítico**, que busca descobrir inconsistências, contradições, paradoxos e dilemas no interior do texto e discurso. No caso deste estudo, as contradições já se mostram evidentes no uso aparentemente indiscriminado e descompromissado dos termos refugiados e imigrantes pela imprensa, conforme visto na seção introdutória;
- (ii) o **sócio-diagnóstico crítico**, para desmistificar o que há de persuasivo ou manipulativo (manifesto ou latente) numa prática discursiva. Faz uso do conhecimento contextual e/ou teorias sociais para essa interpretação. Nesse sentido, vamos confrontar história e realidade dos movimentos migratórios com o que é noticiado pela imprensa; e
- (iii) a **crítica relacionada à perspectiva futura** para contribuir com uma melhoria da comunicação (através, por exemplo, da divulgação dos resultados desta pesquisa através de manual de orientação com especificidades de cada grupo migrante).

‘Ideologia’ é entendida aqui como o ponto de vista unilateral de um determinado grupo, que funciona para estabelecer e/ou manter relações desiguais de poder. “O discurso, enquanto prática ideológica, constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados de mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). A AHD tem interesse particular em estudar como a ideologia é mediada e reproduzida na língua e em outras práticas semióticas em várias instituições sociais (REISIGL; WODAK, 2008, p. 3 *apud* PONTES, 2010, p. 45).

Se pensarmos nesse conceito no âmbito do objeto de estudo pesquisado, podemos afirmar que a mídia sobre a migração é um campo essencialmente ideológico, em que apenas o ponto de vista dos grupos dominantes parece ser legitimado nos discursos. Uma evidência disso é a quase total ausência de acesso discursivo dos refugiados e imigrantes na cobertura do fluxo migratório investigado⁷⁹. De forma empírica, verificamos que estes atores sociais praticamente não opinam sobre a questão e são quase sempre referenciados de forma generalizada. Quando têm voz, de maneira geral, os refugiados e imigrantes falam sobre sua experiência migratória, sem se levar em conta outros papéis que possam vir a assumir.

Na compreensão da AHD (REISIGL; WODAK, 2008, p. 4 *apud* PONTES, 2010, p. 45), ‘poder, identifica-se com a relação assimétrica entre atores que assumem posições sociais diferentes ou pertencem a grupos distintos. A AHD se interessa não só pelas formas

⁷⁹ Essa questão já foi abordada nos itens 3.4 (A identidade a partir dos Estudos Culturais) e 4.3.1 (Nomeação).

gramaticais, mas também pelo controle exercido pelas pessoas em determinado gênero textual (ex. as notícias) ou a regulação do acesso a certas esferas públicas (ex. a produção de notícias). Fairclough (2001) complementa esse conceito ao afirmar o interesse da ACD em investigar a luta e a transformação nas relações de força por meio dos usos da linguagem, indo na contramão de uma ‘visão estática das relações de poder’ que concebe a linguagem apenas como local de reprodução das relações de poder existentes.

Sobre a relação desigual de poder no movimento migrante, encontramos em Sayd (2010) passagem que mostra o imigrante como ser apolítico, sem direitos e oportunidades de exercer sua cidadania no país de abrigo, o que se reflete em sua quase ausência no discurso jornalístico.

Excluir da ordem política, mandar o imigrante embora, enquanto *estrangeiro*, do ponto de vista da nacionalidade, para fora do campo político; relegar o imigrante àquilo que é estrangeiro à política porque ele é politicamente estrangeiro ao político, é uma forma para a ordem democrática de acertar contas com seu ideal igualitário: basta delimitar o campo do político [...] para que a ordem e a moral estejam sãs e salvas. (SAYAD, 2010, p. 276).

5.5 A NOÇÃO DE IDENTIDADE NA AD

Vimos no item 3.4 da seção anterior, sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, a identidade como construto não-essencialista, mas socialmente construído, historicamente situado e múltiplo. Exemplificamos esse pensamento na figura de um indivíduo que pode, ao longo de um percurso migratório, assumir os papéis de imigrante, solicitante de refúgio e refugiado, inclusive de forma concomitante.

Ainda no item 3.4, tratamos da questão da identidade nacional, que é a sensação de pertencimento a determinado local por meio de ‘laços imaginários’ que unem pessoas em torno de determinada cultura. Verificamos também que o processo de identificação (de si e dos outros) é construído no discurso pela diferença, o que, a partir do nacionalismo, cria o contraponto entre o *ingroup* (‘nós’, os nacionais) e o *outgroup* (‘eles’, os refugiados e imigrantes). A relação entre esses grupos é caracterizada por um movimento retórico de inclusão (*ingroup* = identidade como semelhança, representação positiva) e de exclusão (*outgroups* = identidade como diferença, representação negativa) dos atores sociais nas práticas sociais e discursivas, sendo esse processo objeto de estudo na ACD, conforme posto abaixo.

A adoção de uma perspectiva crítica de análise do discurso no estudo da construção de identidades tem como interesse não a descrição linguística em si, mas, como Grad e Rojo (2008: 3-27) colocam, o reconhecimento de que os processos de construção de identidade se relacionam a conflitos que emanam de uma estrutura particular das ordens sociais e discursivas e das ideologias que lhes suportam em determinado momento histórico [...] Esses processos de dominação e luta pelo poder se dão, basicamente, através da imposição de certas identidades e da sua internalização. (PONTES, 2005, p. 39)

Continuando o raciocínio, podemos afirmar que os estudos sobre identidade na ACD “procuram desvelar, basicamente, os mecanismos ou estratégias discursivas e os recursos linguísticos que dispomos para criar categorias sociais e sua representação, bem como os efeitos de sentido e implicações sociais e políticas produzidos pelas escolhas que fazemos” (PONTES, 2005, p. 39). Em sua vertente histórico-discursiva, como vimos em na seção 4.3.1, a estratégia da nomeação se debruça sobre a construção e a representação de identidades em termos dos *ingroups* e dos *outgroups* (REISIGL; WODAK, 2005, p. 45), tomando como base o inventário sócio-semântico elaborado por van Leeuwen (1997). Já na estratégia da predicação, a AHD busca entender os recursos discriminatórios usados na afirmação e negação de tais grupos no que parece gerar identificação e solidariedade com o grupo “nós” e, ao mesmo tempo, implica distanciamento de e marginalização do grupo “eles”.

6 ANÁLISE CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO REFUGIADO E DO IMIGRANTE

Nesta seção, vamos mobilizar os conceitos apresentados inicialmente para investigação dos textos pesquisados, utilizando a unidade lexical como fio condutor para iniciarmos tal exploração. Retomando nosso problema de trabalho, tentaremos identificar, no nível das nomeações e predicções, padrões nas escolhas e qualificações de palavras para denominação dos refugiados e imigrantes, e quais as implicações dessas decisões em nível textual e social.

Inicialmente, vamos tratar dos dados que irão compor nossa investigação. Deixamos a primeira seção com um total de 2.929 matérias jornalísticas divulgadas no jornal Folha de S.Paulo utilizando os termos refugiado, imigrante, migrante e suas variações⁸⁰, o que compõe o nosso *corpus* ampliado e que foi utilizado, de forma empírica, ao longo dessa pesquisa, para exemplificar e justificar conceitos e posicionamentos.

Com vistas a chegar ao *corpus* restrito, efetuamos mais dois cortes neste material. O primeiro foi a redução dos gêneros jornalísticos para apenas notícias e reportagens, compreendendo que “a notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 66). O objetivo desse corte foi trabalhar com um material cuja extensão garantiria uma análise mais aprofundada (excetuando-se, nesse caso, chamadas, legendas e notas, que são textos mais curtos), além de buscar evidenciar o ponto de vista do jornal, enquanto veículo de imprensa, sobre o assunto (desconsiderando, assim, gêneros opinativos de indivíduos ou entidades específicas). Não faz parte dos objetivos desse trabalho relacionar gêneros a construções de identidades, uma vez que “essa construção é de natureza discursiva, ou seja, construir identidades é um dos efeitos constitutivos do discurso e não do gênero em si” (PONTES, 2010, p. 72)

O segundo corte delimitou o assunto das matérias à abordagem do movimento migratório específico de pessoas da Ásia e da África em direção à Europa, visto ser esse o foco da nossa pesquisa. A partir desses filtros, conseguimos apontar algumas das temáticas predominantemente encontradas nos textos pesquisados e que buscaremos considerar na formação do *corpus* restrito:

⁸⁰ Conforme visto na Seção 1, a busca inicial resultou em 4.306 ocorrências. Excluímos as matérias em que as palavras-chave eram utilizadas como nomes próprios, como verbo ou constavam em propagandas, chegando ao número de 2.929 textos a serem investigados.

- A migração em números.
- Naufrágios e resgates durante as travessias de pessoas no mar Mediterrâneo.
- Acordos políticos e ações militares negociadas ou realizadas na União Europeia e/ou países europeus.
- Recepção e instalação de refugiados e imigrantes nas nações de acolhimento.
- Processo migratório, desde a saída do país de origem até chegada ao continente europeu e ao local de destino.
- Guerra e instabilidade no Oriente Médio.

A partir do que foi colocado ao longo da pesquisa, permeando todas as seções vistas até o momento, montamos o quadro a seguir, com características associadas apenas ao refugiado, outras associadas apenas ao imigrante e aquelas que parecem ser comuns às duas identidades. Esse levantamento também irá nos auxiliar na definição dos textos de análise e na resposta ao problema de pesquisa.

Quadro 4. Características associadas ao refugiado, ao imigrante e a ambos

Selecionamos sete textos do nosso *corpus* ampliado para composição do *corpus* restrito, da seguinte forma: 2 notícias de 2015, 1 notícia e 2 reportagens de 2016 e 1 notícia e 1 reportagem de 2017, conforme detalhado na tabela a seguir. Com base nos preceitos metodológicos da AHD, os critérios de seleção para a escolha da amostra foram a representatividade e as influências intertextual e interdiscursiva (REISIGL; WODAK, 2008,

p. 99). Além disso, buscamos dados que fossem relevantes às temáticas encontradas nas matérias e apontassem para características dos refugiados e imigrantes, conforme posto anteriormente, entendendo que tais questões corroboram a resposta às perguntas de pesquisa.

Quadro 5. Características dos dados que compõem o *corpus* restrito

Data de publicação	Título	Tipo jornalístico	Temática predominante
21/08/2015	França e Reino Unido anunciam reforço no controle migratório	Notícia	Acordos políticos e ações militares negociadas ou realizadas na União Europeia e/ou países europeus
03/09/2015	Menino morto aviva comoção por refugiados	Notícia	Naufrações e resgates durante as travessias de pessoas no mar Mediterrâneo
29/01/2016	Suécia quer expulsar até 80 mil imigrantes	Notícia	Acordos políticos e ações militares negociadas ou realizadas na União Europeia e/ou países europeus
31/07/2016	Líbia vira rota mais letal para refugiados	Reportagem	Guerra e instabilidade no Oriente Médio
18/09/2016	Temor ronda campo de refugiados francês	Reportagem	Recepção e instalação de refugiados e imigrantes nas nações de acolhimento
27/02/2017	Alemanha teve 3.500 ataques a refugiados	Notícia	Recepção e instalação de refugiados e imigrantes nas nações de acolhimento.
07/08/2017	Na porta da Europa, tentar entrar é ciclo de perpétua incerteza	Reportagem	Processo migratório, desde a saída do país de origem até chegada ao continente europeu e ao local de destino

6.1 ESTRATÉGIAS DE NOMEAÇÃO E PREDICAÇÃO UTILIZADAS NA REPRESENTAÇÃO DOS REFUGIADOS E DOS IMIGRANTES

Começamos a análise das estratégias de nomeação e predicação utilizadas na representação dos atores sociais refugiados e imigrantes nos textos selecionados. Vamos seguir a ordem cronológica das notícias, visto que a sucessão dos fatos – além do contexto em que se encontram - influencia na constituição identitária desses atores.

O primeiro texto a ser analisado é uma notícia publicada na Folha em 21 de agosto de 2015 que tem como título “França e Reino Unido anunciam reforço no controle migratório” e trata de medidas a serem implantadas por estes dois países para coibir o acesso de refugiados e imigrantes ao túnel sob o Canal da Mancha. Esse texto se encaixa na temática “acordos

políticos e ações militares negociadas ou realizadas na União Europeia e/ou países europeus”. A matéria e o quadro vêm a seguir. Este último traz as estratégias de nomeação e predicação mais utilizadas para afirmações positivas dos *ingroups* e negativas dos *outgroups*.

Figura 20. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 21 de agosto de 2015

França e Reino Unido anunciam reforço no controle migratório

Intenção é impedir acesso de pessoas ao túnel do canal da Mancha

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

O Reino Unido e a França anunciaram nesta quinta-feira (20) um reforço conjunto na segurança do túnel sob o canal da Mancha. A intenção é evitar a entrada de imigrantes ilegais na passagem.

Os dois países criaram uma força policial para identificar traficantes de pessoas que as levam para Calais, na França. A cidade enfrenta uma crise humanitária por ter recebido um fluxo de imigrantes muito maior que o esperado.

Londres ainda pretende investir 10 milhões de euros para ajudar refugiados em busca de asilo — e mandar de volta os imigrantes que não se encaixam neste perfil.

As medidas devem amainar as tensões diplomáticas entre britânicos e franceses provocadas pela crise. As iniciativas concentram-se mais no policiamento do que nos esforços humanitários.

O plano foi anunciado após reunião entre a secretária do Interior britânica, Theresa May, e seu colega francês, Bernard Cazeneuve. Antes, os dois visitaram juntos o túnel do canal da Mancha.

Além do aumento no número de agentes de segurança, serão instalados cercas mais altas, mais câmeras de segurança, iluminação e tecnologia de detecção por infravermelho.

A intenção é identificar também os imigrantes que se escondem em caminhões antes que estes serem embarcados nos trens. Esta é a principal estratégia dos estrangeiros para cruzar o túnel.

Desde junho, ao menos dez imigrantes morreram tentando cruzar o túnel. Nas últimas semanas, os dois países acusaram-se mutuamente de não estarem fazendo o suficiente para gerenciar a crise.

“Precisamos acabar com essas quadrilhas que trazem as pessoas e quebrar a ligação que os leva a deixar a África e outras partes do mundo”

Theresa May, secretária do Interior britânico, sobre o tráfico de pessoas

Estima-se que cerca de 3.000 imigrantes estejam acampados em Calais, a maioria em condições precárias de saneamento.

REFUGIADOS E OUTROS

Theresa May fez questão de distinguir os imigrantes, em seu discurso, entre refugiados que estão fugindo da guerra ou de perseguições e aqueles que chegam exclusivamente de olho em melhores perspectivas econômicas.

Agentes britânicos da fronteira também vão se encontrar com imigrantes para dar “uma visão mais dissuasiva e realista da vida de imigrantes ilegais” no país.

O custo total das novas medidas não foi revelado, mas Londres prometeu destinar € 5 milhões (R\$ 18,9 milhões) a mais por ano até 2017.

Atualmente, o monitoramento em Calais é feito por 400 câmeras de segurança, 200 guardas franceses e outros 500 membros de forças de segurança ao redor da entrada do túnel, cuja operação é feita pela iniciativa privada.

Não está claro se, com as medidas, agentes britânicos atuarão em território francês.

Polícia patrulha estrada para evitar que imigrantes entrem em caminhões na França

Quadro 6. Nomeação e predicação de atores sociais do texto 1

Nomeação	Predicação
Nós	
França e Reino Unido	<ul style="list-style-type: none"> Anunciam reforço no controle migratório. Criaram uma força policial para identificar traficantes de pessoas que as levam para Calais, na França. Nas últimas semanas, os dois países acusaram-se mutuamente de não estarem fazendo o suficiente para gerenciar a crise. Precisamos acabar com essas quadrilhas que trazem as pessoas e quebrar a ligação que os leva a deixar a África e outras partes do mundo.
Calais	<ul style="list-style-type: none"> A cidade enfrenta uma crise humanitária por ter recebido um fluxo de imigrantes muito maior que o esperado.
Londres	<ul style="list-style-type: none"> Ainda pretende investir 10 milhões de euros para ajudar refugiados em busca de asilo — e mandar de volta os imigrantes que não se encaixam neste perfil. Prometeu destinar 5 milhões de euros (R\$ 18,9

	milhões) a mais por ano até 2017.
Ações de reforço no controle migratório	<ul style="list-style-type: none"> • [As medidas] devem amainar as tensões diplomáticas entre britânicos e franceses provocadas pela crise. • [As iniciativas] concentram-se mais no policiamento do que nos esforços humanitários. • [O plano] foi anunciado após reunião entre a secretária do Interior britânica, Theresa May, e seu colega francês, Bernard Cazeneuve.
Theresa May e Bernard Cazeneuve	<ul style="list-style-type: none"> • [Os dois] visitaram juntos o túnel do Canal da Mancha.
Theresa May	<ul style="list-style-type: none"> • Fez questão de distinguir os imigrantes, em seu discurso, entre refugiados que estão fugindo da guerra e de perseguições e aqueles que chegam exclusivamente de olho em melhores perspectivas econômicas.
Agentes britânicos da fronteira	<ul style="list-style-type: none"> • Também vão se encontrar com imigrantes para dar “uma visão mais dissuasiva e realista da vida de imigrantes ilegais” no país. • Não está claro se atuarão em território francês.
<i>Eles</i>	
Imigrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Se escondem em caminhões antes destes serem embarcados nos trens. • Desde junho, ao menos dez imigrantes morreram tentando cruzar o túnel. • Estima-se que cerca de 3.000 imigrantes estejam acampados em Calais, a maioria em condições precárias de saneamento. • Aqueles que chegam exclusivamente de olho em melhores perspectivas econômicas.
Refugiados	<ul style="list-style-type: none"> • Que estão fugindo da guerra e de perseguições.

Com base no Quadro 3, observamos que um processo de nomeação que ocorre com bastante frequência no texto é a ‘espacialização’ (REISIGL; WODAK, 2005), na qual topônimos são utilizados como metonímias para representar os atores sociais, como é o caso de ‘França’, ‘Reino Unido’, ‘Calais’ e ‘Londres’. Como vimos na seção 4, as metonímias possibilitam que os falantes façam desaparecer ou mantenham em segundo plano semântico atores sociais relevantes num dado contexto. No caso do texto em análise, tal uso está relacionado a interesse estratégico de encobrir os responsáveis pelas ações efetuadas para dar sentido de homogeneidade e unicidade de pensamento dos locais, para parecer que as decisões são efetuadas enquanto atitude conjunta de todo país (governante e população) e não apenas a partir dos objetivos de um grupo específico e restrito de pessoas. Esse recurso visa a empoderar e legitimar as ações, entendidas como senso comum. Nesse processo, May e

Cazeneuve, únicos atores especificados no texto por meio da ‘individualização’ (VAN LEEUWEN, 1997) surgem como porta-vozes dos países, responsáveis por ‘reestabelecer a ordem’, transmitindo credibilidade às medidas efetuadas em relação ao processo migratório.

Os *outgroups* apontados na notícia investigada são ‘imigrantes’ e ‘refugiados’, caracterizados pela assimilação por ‘coletivização’ (grupo de atores sociais sem quantificação) ou ‘agregação’ (quantificação de grupos de participantes) (VAN LEEUWEN, 1997) ou ainda pela ‘acionalização’ (REISIGL; WODAK, 2005). Aparecem no texto com menor frequência, não tem voz ativa, nem são individualizados. Observamos uma ausência de qualquer pista que venha a caracterizar essas pessoas (tais como origem, sexo ou profissão, entre outras), exceto pelos ‘problemas que ocasionam’ e que exigem ‘reforço no controle migratório’. Ideologicamente, ambos estão associados a predicações negativas, sendo essa uma característica comum aos dois grupos: se escondem/ morreram/ estão acampados em condições precárias/ chegam exclusivamente de olho em melhorias econômicas/ estão fugindo de guerras e perseguições.

Continuando no aspecto das predicações, destacamos que estas evidenciam a distinção legal entre refugiados e imigrantes, tratando os primeiros como aqueles que tentam escapar de conflitos, o que justifica sua migração, enquanto os segundos visam apenas uma melhoria da qualidade de vida. O texto sugere que os refugiados, portanto, são aqueles que precisam e devem ser aceitos, enquanto os imigrantes, que não têm respaldo legal para imigrar, podem ser ‘devolvidos’ aos locais de origem. Vale lembrar que, de forma interdiscursiva, esse pensamento remete à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ACNUR, 1951) que vimos na seção 3. A questão fica bastante evidente na frase “Londres ainda pretende investir 10 milhões de euros para ajudar refugiados em busca de asilo – e mandar de volta os imigrantes que não se encaixam neste perfil”. Os imigrantes são estrategicamente discriminados como aqueles que são ‘ilegais’ pelo próprio ato de migrar, embora não saibamos de suas condições de vida nos países de origem, que poderiam justificar uma condição de asilo, visto que tal processo implica analisar a situação de cada pessoa individualmente. Trata-se de um caso de ‘bem-vindos’ *versus* ‘indesejáveis’ – como vimos na seção 4, muitas vezes metaforizado nas coberturas da migração como ‘o joio que se separa do trigo’.

Além da ilicitude da ação cometida, os imigrantes são associados à criminalidade quando ‘se escondem em caminhões antes destes serem embarcados nos trens’ para ‘tentar cruzar o túnel’ e assim entrar de forma irregular num país, num movimento que pode ocasionar mortes. Ressaltamos que essas predicações são associadas apenas a imigrantes e

não a refugiados. É uma manifestação do estereótipo de que ‘estrangeiros são agressivos e criminosos’, como vimos na seção anterior, no caso aplicada a apenas um perfil de estrangeiros: os que são denominados imigrantes.

Prosseguindo a análise, podemos verificar que a associação da migração a questões de segurança permeiam todo o texto, inclusive reforçando e sendo reforçadas pelos aspectos apontados no parágrafo anterior. Os atores sociais chamados como ‘agentes britânicos da fronteira’ auxiliam nesse entendimento, passando uma conotação de autoridade e poder para controle da região. Nesse caso, nomear tais atores pelos nomes próprios não significaria tanto quanto categorizá-los pela atividade que desempenham, por isso a escolha estratégica desse termo. A predicação do evento nomeado como ‘ações de reforço no controle migratório’ corroboram essa questão, principalmente quando se afirma, de forma explícita, que ‘as iniciativas [relacionadas ao controle migratório] concentram-se mais no policiamento do que nos esforços humanitários’ – ou seja, é mais importante garantir a segurança dos franceses e dos britânicos que amparar os imigrantes. A associação da migração a questões de ‘lei e ordem’ pela mídia é antiga e acontece em todo o mundo, conforme se observa na passagem:

Traditional media in the United States and Europe often cast migration as an issue of “law and order” or security. For example, this link became more visible in Italian media from the 1970s to the 1990s. British media also have depicted immigrants as “illegal”, and asylum seekers and refugees as “bogus” or linked to terrorist threats⁸¹. (IOM, 2017, p. 194-195)

Para finalizar essa análise, destacamos a seguinte predicação, associada ao município de Calais, na França: ‘[a cidade] enfrenta uma crise humanitária por ter recebido um fluxo de imigrantes muito maior que o esperado’. Em outra passagem, o mesmo texto traz o número estimado de 3.000 imigrantes acampando na área. E, de acordo com Censo de 2010, a Região Metropolitana de Calais possui 126.395 habitantes⁸². Confrontando esses dados, parece haver um exagero ao se tratar como crise humanitária um acréscimo de um percentual de 2,4% de pessoas num determinado local. Esse tipo de predicação parece ter o propósito de gerar pânico nas populações das cidades que recebem os imigrantes, dando a entender que o fluxo migratório é algo descontrolado e maior que a realidade.

A IOM alerta que os sentimentos, principalmente os negativos como a ansiedade e o

⁸¹ Tradução nossa: A mídia tradicional nos Estados Unidos e na Europa muitas vezes classifica a migração como uma questão de “lei e ordem” ou segurança. Por exemplo, essa associação tornou-se mais visível na mídia italiana dos anos 1970 aos anos 1990. A mídia britânica também descreveu os imigrantes como “ilegais” e os solicitantes de asilo e refugiados como “falsos” ou ligados a ameaças terroristas.

⁸² Disponível em: < <https://en.wikipedia.org/wiki/Calais>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

medo, também influenciam no quão fortemente a mídia afeta as pessoas e, por conseguinte, a opinião pública. Isso acontece porque as emoções levam as pessoas a interpretar as notícias de acordo com aquilo que estão sentindo. “*For example, the combination of feeling anxious and being given negative information about Latinos in the United States resulted in greater levels of hostility, and in a tendency to seek out further negative information*”⁸³.” (IOM, 2017, p. 200). Em nosso caso, o medo que a mídia parece querer gerar, associado às características negativas de periculosidade do imigrante, só auxilia numa visão discriminatória e ainda mais excludente desse *outgroup*.

Passemos ao segundo texto investigado, que trata de um dos acontecimentos mais emblemáticos do todo o período pesquisado: a morte do sírio Alan Kurdi, de 3 anos, na travessia migratória marítima da Turquia para o continente europeu. A retirada do corpo da criança das areias da praia por policiais turcos foi registrada em fotografias e divulgada maciçamente nos meios de comunicação e redes sociais. Sob o título de ‘Menino morto aviva comoção por refugiados’, a notícia foi publicada na Folha de S.Paulo no dia 3 de setembro de 2015 e se enquadra na temática ‘naufrágios e resgates durante as travessias de pessoas no mar Mediterrâneo’. A imagem da matéria consta na Figura 21. As principais nomeações e predicções encontradas no texto apresentam-se conforme representadas no quadro a seguir.

Quadro 7. Nomeação e predicção de atores sociais do texto 2

Nomeação	Predicação
<i>Nós</i>	
Turquia	<ul style="list-style-type: none"> • É um dos primeiros pontos de parada de refugiados sírios.
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Deve receber 800 mil pedidos de asilo neste ano.
Europa	<ul style="list-style-type: none"> • Discute como lidar com o que considera o maior fluxo de refugiados desde a Segunda Guerra.
Professora de direito Eloísa Machado, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP)	<ul style="list-style-type: none"> • Afirma que “os parâmetros de proteção do direito da criança e do adolescente não tratam especificamente desse ponto.” • Diz que há prós e contras a difusão da imagem, mas afirma que a foto pode ajudar a sensibilizar governos a agirem de forma “mais incisiva na proteção dos direitos da criança”.

⁸³ Tradução nossa: Por exemplo, a combinação entre sentir-se ansioso e receber informações negativas sobre os latinos, nos Estados Unidos, resultou em maiores níveis de hostilidade e na tendência de buscar mais informações negativas.

Jornalista Eder Chiodetto, ex-editor de fotografia da Folha e curador	<ul style="list-style-type: none"> • Defende a divulgação. • Diz [que] “uma coisa seria publicar essa imagem caso o garoto tivesse morrido acidentalmente na praia. Mas aqui se trata de uma situação absurda em que pessoas aos milhares estão fugindo desesperadamente de sua própria nação por causa de uma situação de opressão, de ameaça à integridade”.
<i>Eles</i>	
Alan Kurdi	<ul style="list-style-type: none"> • Menino morto aviva comoção por refugiados. • Identificado como Aylan Kurdi, de 3 anos, criança fazia travessia com sua família rumo à Ilha de Kos, na Grécia. • O menino está de camiseta vermelha, bermuda e tênis. • Numa das imagens, o seu corpo está sozinho, à beira do mar.
Foto/ imagem de Alan Kurdi morto	<ul style="list-style-type: none"> • Foi divulgada pela agência turca de notícias DHA. • As imagens espalharam-se pelas redes sociais e ganharam repercussão no momento em que a Europa discute como lidar com o que considera o maior fluxo de refugiados desde a Segunda Guerra. • A imagem foi um dos assuntos mais comentados das redes sociais com a hashtag #KiyiyaVuranInsalik (algo como “a humanidade levada pelas ondas”, em turco). • Pode ajudar a sensibilizar governos a agirem de forma “mais incisiva na proteção dos direitos da criança”.
Família de Alan Kurdi	<ul style="list-style-type: none"> • Galip, 5, irmão de Aylan, e a mãe deles, Rihan, também morreram, segundo a imprensa turca. • O pai, Adbullah Kurdi, sobreviveu. • Segundo o noticiário local, eles fugiram para a Turquia no ano passado após deixarem a cidade síria de Kobani para escapar do conflito com o Estado Islâmico (EI).
Refugiados	<ul style="list-style-type: none"> • Tentam chegar à Europa. • Dali [da Turquia] eles tentam ir a países como a Grécia e depois para outros mais ricos, como a Alemanha, que deve receber 800 mil pedidos de asilo neste ano.
Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas aos milhares estão fugindo desesperadamente de sua própria nação por causa de uma situação de opressão, de ameaça à integridade.
Crianças e adolescentes	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2014, ao menos 24 mil crianças e adolescentes fizeram a travessia pelo Mediterrâneo. Metade sem os pais.
Morte de 12 pessoas (em naufrágio)	<ul style="list-style-type: none"> • Escancarou a tragédia dos milhares de refugiados que tentam chegar à Europa. • Os 12 foram identificados como sírios que estavam em dois barcos que naufragaram com 23 pessoas em direção à ilha grega de Kos. • Esses 12 mortos se somam à estimativa de pelo menos 2.600 pessoas que morreram neste ano tentando chegar à Europa pelo mar, segundo dados da OIM (Organização Internacional de Migração).

Figura 21. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 3 de setembro de 2015

Menino morto aviva comoção por refugiados

Foto do corpo de criança síria jazendo em praia turca tomou internet sob a frase ‘a humanidade levada pelas ondas’

Identificado como Aylan Kurdi, de 3 anos, criança fazia travessia com sua família rumo à ilha de Kos, na Grécia

LEANDRO COLON
DE LONDRES
ISABEL FLECK
DE SÃO PAULO

A morte de 12 pessoas na Turquia, simbolizada na imagem do corpo de Aylan Kurdi, de três anos, à beira do mar, escancarou a tragédia dos milhares de refugiados que tentam chegar à Europa.

Feita nesta quarta (2) numa praia de Bodrum, a foto foi divulgada pela agência turca de notícias DHA.

Os 12 foram identificados como sírios que estavam em dois barcos que naufragaram com 23 pessoas em direção à ilha grega de Kos.

As imagens espalharam-se pelas redes sociais e ganharam repercussão no momento em que a Europa discute como lidar com o que considerava a maior fluxo de refugiados desde a Segunda Guerra. O menino está de camiseta vermelha, bermuda e tênis. Numa das imagens, o seu corpo está sozinho, à beira do mar. Em outra, ele é carregado por um policial.

Galip, 5, irmão de Aylan, e a mãe deles, Riham, também morreram, segundo a imprensa turca. O pai, Abdullah Kurdi, sobreviveu.

Segundo o noticiário local, eles fugiram para a Turquia no ano passado após deixa-

Policiais turcos observam corpo de menino sírio de três anos afogado em Bodrum, Turquia; foto explicita gerou comoção

rem a cidade síria de Kobani para escapar do conflito com o Estado Islâmico (EI).

A imagem foi um dos assuntos mais comentados das redes sociais com a hashtag #KiyiyaVuranInsanlik (algo como “a humanidade levada pelas ondas”, em turco).

Esses 12 mortos se somam à estimativa de pelo menos 2.600 pessoas que morreram neste ano tentando chegar à Europa pelo mar, segundo dados da OIM (Organização Internacional de Migração).

Estima-se que mais de 300 mil pessoas tenham feito a travessia em 2015, muitas fugindo de países em conflito como Síria e Afeganistão, e outras milhares saídas de países africanos.

Na semana passada, um caminhão com 71 corpos em decomposição, provavelmente todos sírios, foi encontrado abandonado numa estrada na Áustria na região da fronteira com a Hungria.

A Turquia é um dos primeiros pontos de parada de refugiados sírios. Dali eles tentam

ir a países como a Grécia e depois para outros mais ricos, como a Alemanha, que deve receber 800 mil pedidos de asilo neste ano.

COMOÇÃO

A divulgação da imagem da criança morta por veículos de mídia do mundo todo,

de diferentes linhas editoriais, e por usuários de redes sociais ocorreu em meio a debates sobre a necessidade de expor imagem tão agressiva.

Para a professora de direito Eloísa Machado, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), é delicada a decisão.

“Os parâmetros de proteção do direito da criança e do adolescente não tratam especificamente desse ponto” afirma. “A divulgação da imagem ou não, portanto, não se reflete especificamente sobre o direito dessa criança, mas sim sobre um debate necessário da situação de violência e vulnerabilidade, como é a dos refugiados.”

Machado diz que há “prós” e “contras” a difusão da ima-

Diretor de ONG explica publicação de foto da criança

DE SÃO PAULO

Diretor da ONG Human Rights Watch, Peter Bouckaert pôs em seu Twitter a foto da criança de 3 anos que se afogou. Ele explicou sua decisão: “Alguns dizem que a imagem é muito ofensiva para estar nos jornais. Mas ofensivo é aparecerem crianças afogadas em nossas praias quando muito mais pode ser feito para evitar suas mortes. Preocupo-me com essas crianças como se fossem minhas filhas. Se os líderes europeus pensassem assim tentariam conter esse espetáculo medonho”.

gem, mas afirma que a foto pode ajudar a sensibilizar governos a agirem de forma “mais incisiva na proteção dos direitos da criança”.

O jornalista Eder Chiodetto, ex-editor de Fotografia da **Folha** e curador, defende a divulgação. “Uma coisa seria publicar essa imagem caso o garoto tivesse morrido acidentalmente na praia. Mas aqui se trata de uma situação absurda em que pessoas aos milhares estão fugindo desesperadamente de sua própria nação por causa de uma situação de opressão, de ameaça à integridade”, diz.

Em 2014, ao menos 24 mil crianças e adolescentes fizeram a travessia pelo Mediterrâneo. Metade sem os pais.

Primeiro aspecto que verificamos é que os atores sociais que constituem o *outgroup* são nomeados como ‘refugiados’, não havendo uso do termo ‘imigrantes’ em nenhum momento em toda a matéria. O predomínio da ordem negativa parece conduzir à construção de um discurso voltado para o refugiado enquanto vítima, cuja vivência permite histórias tristes e chocantes como a que está sendo relatada. Estrategicamente, a representação do imigrante não tem aderência ao posicionamento que se quer passar. Recordando as predicções referentes a esse grupo a partir do texto anteriormente analisado, por exemplo, corroborada neste texto em análise, veremos que os imigrantes são aqueles que promovem atos ilícitos e “chegam de olho em melhores perspectivas econômicas”, ou seja, são mais culpados do que vítimas de qualquer situação.

O texto em questão mostra como a cobertura da imprensa a respeito do refugiado é reducionista e trabalha a partir de ideias pré-concebidas que reforçam o estereótipo de vitimização e de medo desse ator social. Isso pode ser observado em predicções que dão um tom nefasto como ‘fugindo desesperadamente’ e ‘escancarou a tragédia’, entre outros. “Ao atuar dentro desse sistema, levanta a bandeira de uma espécie de guerra contra a insegurança

que os refugiados representam, estabelecem campos de batalha urbanos, como diria Bauman (2007), por meio da palavra” (CARDOSO, 2013, p. 128). Como vimos na seção 3, a carga negativa atribuída ao refugiado lembra à população a fragilidade de sua rotina e a ilusão de uma proteção por sua posição na sociedade. Por tal razão, os refugiados devem ser esquecidos e mantidos à parte: eles estão fugindo do seu país, mas trazendo consigo o que há de ruim em sua origem. Ao inserir no refugiado toda a realidade, a mídia o deixa sem chances de ser, ter ou buscar outra realidade. No texto analisado, não há espaço para construção de novos pensamentos sobre o refúgio. Não existe uma diversidade de representação dos atores sociais que possibilite discursos interculturais e espaço para posicionamentos diferenciados e autênticos.

Outro ponto a ressaltar na análise é que, indo na contramão da maior parte da cobertura jornalística em que nomeação dos imigrantes e dos refugiados se caracteriza pela assimilação, vemos no quadro 4 que, no texto em questão, Alan Kurdi e os integrantes de sua família são individualizados, chamados pelos seus nomes próprios, o que os aproxima e os torna mais familiares ao leitor, aumentando o interesse com a comoção geral em torno do assunto (e, por conseguinte, a leitura da publicação). Observemos que, no caso dos refugiados, é necessário apenas a divulgação dos nomes e origens, pois é o que basta para os fins especificados acima. Nos *ingroups*, onde se encontram as autoridades acerca do assunto migração, são divulgadas as profissões dos que opinam, para legitimar e passar credibilidade à questão, na nomeação por funcionalização. Assim temos, de um lado, aqueles que são tratados apenas como Alan, Galip, Rihan e Abdullah Kurdi, sem voz ativa no discurso (como característica desses atores sociais) e cuja nomeação semi formal (nome e sobrenome) ou informal (só o nome) é suficiente para expor suas condições de vítimas. E, por outro lado, temos a professora de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) Eloísa Machado e o jornalista, ex-editor de fotografia da Folha e curador Eder Chidetto, profissionais cujo currículo é importante para validar e dar credibilidade à opinião que possuem sobre o assunto, e a nomeação é semi formal ou formal (sobrenome).

Para finalizar, destacamos o uso da espacialização na nomeação em “A Europa discute como lidar com o que considera o maior fluxo de refugiados desde a Segunda Guerra”. Como vimos anteriormente, esse recurso busca dar unicidade e homogeneidade à opinião dos países e habitantes de todo o continente, fazendo parecer que todos juntos concordam com tal afirmação e encontrarão uma solução. Tal construção discursiva reforça situação Europa (*ingroup* ou nacionais) como potência forte e dominante *versus* refugiados (*outgroup*) discriminados e que sofrem ação daqueles que detêm o poder.

Entramos agora na análise de matérias publicadas pela Folha de S.Paulo no ano de 2016. Para efeitos de contextualização, importante citarmos o caso da festa de reveillon que aconteceu em 31 de dezembro de 2015, em Colônia, na Alemanha, quando um grupo de pessoas, principalmente mulheres, sofreu com furtos, roubos e agressões físicas, tendo sido relatados também casos de abuso sexual e estupro. Dentre as 31 pessoas presas por relação com o ocorrido (nenhuma delas associada a crimes sexuais) estavam, de acordo com a polícia, 18 solicitantes de asilo, fato largamente divulgado pela imprensa e que gerou protestos da população alemã contra a política de boas-vindas a refugiados e imigrantes praticada pela chanceler Angela Merkel desde o início do ano de 2015. Em nosso *corpus* ampliado encontramos matéria publicada sobre este assunto na Folha de S.Paulo em 09 de janeiro de 2016, com título “Alemanha prende 18 solicitantes de asilo”. O lide, que compõe o primeiro parágrafo do texto, traz a frase “Caso gerou revolta no país; questionada por sua política de acolher refugiados, chanceler pode endurecer as leis”. O início da matéria já mostra sua intenção de vincular o movimento migratório à violência e criminalidade, recurso comum nas abordagens da mídia que estamos pesquisando. Mas, não iremos nos aprofundar na investigação desse texto. No presente momento, a exposição do ocorrido no reveillon de Colônia tem como intuito contextualizar os fatos, pois acreditamos que tal situação – reforçada por outros episódios posteriores, como veremos mais adiante - impactou na identidade percebida com relação ao refugiado.

O terceiro texto que vamos analisar foi publicado na Folha em 29 de janeiro de 2016 e tem como título “Suécia quer expulsar até 80 mil imigrantes”, conforme consta na Figura 16. Pode ser enquadrado no tema “acordos políticos e ações militares negociadas ou realizadas na União Europeia e/ou países europeus” e trata de novas medidas políticas que serão tomadas pelo governo sueco, a partir daquele momento, para diminuir a presença e a entrada de refugiados e imigrantes em seu território. No Quadro 5, a seguir, listamos nomeações e predicções utilizadas nesse texto e que darão subsídio à nossa análise.

Quadro 8. Nomeação e predicção de atores sociais do texto 3

Nomeação	Predicção
<i>Nós</i>	
Nós	<ul style="list-style-type: none"> • Temos um grande desafio à nossa frente. • Precisaremos de mais recursos e de uma maior cooperação entre as autoridades.
Suécia	<ul style="list-style-type: none"> • Quer expulsar até 80 mil imigrantes.

	<ul style="list-style-type: none"> • [O país] recebeu 163 mil pedidos de permanência em 2015. • Anunciou nesta quinta-feira (28) que pretende expulsar de 60 a 80 mil estrangeiros que tiveram seus pedidos de asilo negados pelas autoridades de migração. • É o terceiro país que mais acolhe refugiados na Europa, atrás de Alemanha e Hungria. • Rejeita 45% dos pedidos de asilo e refúgio que recebe. • O país, antes um dos mais abertos do continente para refugiados, aumentou nas últimas semanas os controles de fronteiras e de documentos, assim como seus vizinhos.
Governo (sueco)	<ul style="list-style-type: none"> • Pretende deportar estrangeiros com asilo negado. • Pedirá a saída dos estrangeiros de forma voluntária.
Ministro sueco do Interior, Anders Ygeman	<ul style="list-style-type: none"> • Disse que a medida faz parte de uma pressão do governo para diminuir o número de imigrantes ilegais.
Medida (de controle migratório)	<ul style="list-style-type: none"> • É anunciada em meio a pressão europeia por controle migratório. • É a primeira tomada pelo país escandinavo para continuar recebendo estrangeiros fugindo de guerras, como os sírios. • Foi aprovada também três dias depois que um adolescente de 15 anos que buscava refúgio na Suécia esfaqueou e matou uma funcionária de um centro migratório de Gotemburgo.
Governos da Europa	<ul style="list-style-type: none"> • Depois de um período de acolhimento dos refugiados, os governos da Europa são pressionados pelo eleitorado e pelos opositores a estreitar a passagem pelo continente.
Sentimento anti-imigração	<ul style="list-style-type: none"> • Foi alimentado pela violência.
Governo alemão	<ul style="list-style-type: none"> • Em reação a esse episódio [arrastões e abusos sexuais praticados por africanos e árabes nas festas de Ano-Novo], o governo alemão aprovou na quarta (27) projeto de lei que vai agilizar a expulsão de solicitantes de asilo que tenham cometido crimes.
União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> • Com o fluxo de refugiados, a União Europeia aprovou na terça (26) ampliar para dois anos a reinstalação de controles de passaporte entre os 26 países do Espaço Schengen – zona de livre trânsito do continente.
<i>Eles</i>	
Estrangeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Tiveram seus pedidos de asilo negados pelas autoridades de migração.
Imigrantes de países considerados seguros, mas pobres	<ul style="list-style-type: none"> • São os principais prejudicados com a medida.
Adolescente de 15 anos que buscava refúgio na Suécia	<ul style="list-style-type: none"> • Esfaqueou e matou uma funcionária de um centro migratório de Gotemburgo.
Africanos e árabes	<ul style="list-style-type: none"> • Além da morte na Suécia, africanos e árabes são

	apontados como os responsáveis por arrastões e abusos sexuais nas festas de Ano-Novo na Alemanha.
Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo a ONU, 54.518 pessoas chegaram ao continente nos primeiros 20 dias do ano.

Uma estratégia de nomeação que ocorre nesse texto, assim como em vários outros analisados, é a objetivação por espacialização que, como já vimos, trata-se de um recurso metonímico que indica referência a atores sociais pelo local em que estão ou do qual fazem parte, no caso, as pessoas pelos países em que vivem. Em nossa matéria, uso do termo ‘Suécia’ conforme posto no Quadro anterior, busca reforçar imagem de unidade, de consenso de todos que formam o país na tomada de decisões políticas a respeito do movimento migratório. Cria uma ‘identidade nacional’ ilusória que fortalece *ingroup* e reforça diferença em relação ao *outgroup* dos refugiados e imigrantes, os quais, pelo que a matéria sugere, já foram acolhidos e agora devem ser expulsos do país.

Outro recurso metonímico bastante frequente nesse texto e em todo discurso da mídia sobre a migração é o uso do nome da instituição ao invés dos representantes ou responsáveis por esta, que em nosso contexto se dá com ‘governo (sueco)’, ‘os governos da Europa’ e ‘governo alemão’. Trata-se da estratégia de nomeação conhecida como ‘organizacionalização’ (REISIGL; WODAK, 2005, p. 51), que permite que os atores enunciadores personalizem as instituições com o objetivo de impor poder e autoridade às ações, que, desse modo, parecem garantir a resolução dos problemas e a manutenção da ordem social. Assim como o recurso anterior, trata-se de mais um aspecto de representação do *ingroup* para garantir a si força e unidade.

O uso do pronome ‘nós’ de forma expandida – que “inclui o nós + os outros presentes e ausentes num dado momento de enunciação e espaço físico” (PONTES, 2010, p. 103) – também aparece no texto investigado, com o mesmo propósito dos recursos que vimos anteriormente: reforçar a identidade de grupo, sendo importante na constituição de um corpo ou identidade nacional. No trecho em análise “Temos um grande desafio à nossa frente. Para isso, precisaremos de mais recursos e de uma maior cooperação entre as autoridades” não deixa claro se o autor da frase está se referindo a nós = população e governo sueco ou nós = Europa. De qualquer forma, a contraposição ao *outgroup* de refugiados e imigrantes é evidente.

Continuando, vimos que há um único ator social individualizado com nome próprio e funcionalização, o ministro sueco do Interior, Anders Ygeman. Estrategicamente, o texto indica que apenas o representante do governo tem autoridade e legitimidade para falar do

assunto em questão. Os imigrantes e os refugiados, que constituem exatamente os grupos afetados pelas medidas de controle migratório a serem impostas pela Suécia, não possuem voz ativa e, portanto, não têm oportunidade de manifestar suas opiniões sobre o assunto.

No texto investigado, apenas ‘imigrante’ se destaca como ator social e, ainda assim, associado a predicções negativas. Ademais, a mídia reforça a visão simplista e estereotipada que associa este ator àqueles que buscam migrar visando apenas melhorias econômicas. Isso se verifica na nomeação ‘imigrantes de países considerados seguros, mas pobres’ quando se opta pelo uso do termo ‘imigrante’ como sendo aquele que não corre risco de vida, só não possui recursos financeiros para sua sobrevivência. Outras passagens da matéria reforçam esse sentimento de que o imigrante pode ser expulso e refugiado deve ser acolhido:

- Suécia quer expulsar até 80 mil imigrantes
- A Suécia é o terceiro país que mais acolhe refugiados na Europa, atrás de Alemanha e Hungria.
- Depois de um período de acolhimento dos refugiados, os governos da Europa são pressionados pelo eleitorado e pelos opositores a estreitar a passagem pelo continente.

Embora já comecemos a perceber as associações de refugiados a casos de violência, ainda assim a nomeação parece ser abrandada, e o termo ‘refugiado’ em si preservado, dando lugar a outras formas de se identificar estas pessoas, como a nacionalidade. Isso se verifica em “**africanos e árabes** são apontados como os responsáveis por arrastões e abusos sexuais nas festas de Ano-Novo na Alemanha” e também em “[...] um adolescente de 15 anos **que buscava refúgio** na Suécia esfaqueou e matou uma funcionária de um centro migratório de Gotemburgo” e “[...] o governo alemão aprovou na quarta (27) projeto de lei que vai agilizar a expulsão de **solicitantes de asilo** que tenham cometido crimes” (grifos nossos).

Ainda na passagem “**africanos e árabes** são apontados como os responsáveis por arrastões e abusos sexuais nas festas de Ano-Novo na Alemanha”, o uso dos gentílicos ‘africanos’ e ‘árabes’ corrobora o preconceito de que ‘todos os africanos e árabes são criminosos’ e, num sentido mais amplo, de que ‘todo estrangeiro é criminoso’. Reisigl e Wodak (2005, p. 66) defendem esse pensamento ao mostrar o estranhamento que causaria se substituíssemos estas nacionalidades por – no caso do texto em análise – europeus, por exemplo. “*Such a substitution looks odd against the background of the underlying*

egocentric, ethnocentric, natiocentric and eurocentric perspective”⁸⁴ (REISIGL, WODAK, 2005, p. 66).

No texto investigado, a palavra ‘estrangeiro’ tem efeitos de sentido mais neutros, sendo utilizada tanto em situações em que parece se encaixar – pelo contexto da matéria – à posição do refugiado (como em “[...] continuar recebendo estrangeiros fugindo de guerras, como os sírios [...]”) e, em outras, à condição do imigrante (“[...] o Governo pedirá a saída dos estrangeiros de forma voluntária”), tal qual percebido pela mídia em questão.

Para finalizar esta análise, chamamos atenção para a construção textual “o sentimento anti-imigração também foi alimentado pela violência”, em que se pode compreender a violência (no contexto, caracterizada por duas manifestações aparentemente pontuais e isoladas) como possível justificativa para o afloramento de um sentimento dos suecos contra imigrantes. Mantendo sua previsibilidade, a mídia desconsidera qualquer visão xenófoba e preconceituosa por parte da população europeia, pondo toda a culpa nos próprios imigrantes que, como se verifica intertextualmente e na própria matéria investigada, possuem a imagem estereotipada de indivíduos violentos e que constituem ameaça a todo o continente. Acrescentamos que não há nada no texto – na realidade, em nenhum dado do *corpus* ampliado ou do restrito – que fale sobre as vantagens da imigração para os países de acolhimento, embora diversos estudos comprovem tais benefícios, o que pode ser ratificado na passagem abaixo.

*There is widespread agreement that migration can also generate economic and other benefits for destination countries. The precise nature and size of these benefits at a given time critically depends on the extent to which the skills of migrants are complementary to those of domestic workers, as well as on the characteristics of the host economy. In general, immigration adds workers to the economy, thus increasing the gross domestic product (GDP) of the host country*⁸⁵. (IOM, 2017, p. 4)

O quarto texto a ser investigado é uma reportagem publicada na Folha de S.Paulo no dia 31 de julho de 2016, com título “Líbia vira rota mais letal para refugiados” e cuja temática principal, dentro do nosso enquadramento, é “guerra e instabilidade no Oriente Médio”. A

⁸⁴ Tradução nossa: Tal substituição parece estranha em um pano de fundo cuja perspectiva é egocêntrica, etnocêntrica e eurocêntrica.

⁸⁵ Tradução nossa: Existe um consenso amplamente divulgado de que a migração também pode gerar benefícios econômicos e outros para os países de destino. A natureza precisa e o tamanho desses benefícios em um dado momento depende criticamente de até que ponto as habilidades dos migrantes são complementares às dos trabalhadores domésticos, bem como das características da economia anfitriã. Em geral, a imigração acrescenta trabalhadores à economia, aumentando assim o produto interno bruto (PIB) do país anfitrião.

título de contextualização, esta matéria foi publicada após acordo entre União Europeia e Turquia (*EU-Turkey Statement*), como vimos na seção 2, firmado em 18 de março de 2016, que reduziu drasticamente o número de travessias pelo Mediterrâneo oriental (Turquia - Grécia - Sérvia e Turquia - Albânia - Montenegro - Itália), sendo retomada a rota do Mediterrâneo central, que envolve a saída de refugiados e imigrantes da Líbia para a Europa. O quadro a seguir apresenta nomeações e predicções que destacamos na matéria em análise.

Figura 22. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 31 de julho de 2016

Líbia vira rota mais letal para refugiados

Número de pessoas deixando o país quase triplicou neste ano; ao menos 2.606 morreram tentando chegar à Europa

Caos político e guerra civil favorecem chegada de massas de jovens da África subsaariana para cruzar o Mediterrâneo

PATRICIA CAMPOS MELLO
ENVIADA ESPECIAL A MISRATA (LÍBIA)

O médico legista líbio Ali Abuseid recolheu mais de 60 cadáveres nas praias da Líbia nos últimos dois anos. Eram todos refugiados que morreram afogados tentando chegar de barco à Itália.

Os corpos chegam inchados e pesados depois de passarem tantas horas no mar. Por isso, são necessárias duas pessoas para pôr o corpo numa maca e depois rolá-lo para o saco mortuário.

Não se pode puxar o cadáver pelas mãos, porque a pele sai como se fosse uma luva, explica o médico.

“Os refugiados perdem tudo: suas famílias, o dinheiro que pagam para o traficante levá-los à Europa, o sonho de morar num país rico. Eu tento garantir que pelo menos seus corpos estejam em bom estado para serem enterrados”, diz Abuseid, 32.

É quase impossível registrar as impressões digitais, porque os corpos já chegam em decomposição. Então o médico arranca um dente do siso ou serra um pedaço de 5 cm do fêmur para poder fazer um exame de DNA.

As amostras são guardadas num freezer. Provavelmente nunca serão usadas, porque um exame de DNA custa centenas de dólares e a Líbia não tem dinheiro. Nem governo.

A Líbia se tornou o principal centro de tráfico de refugiados no mundo. É a rota mais letal para os migrantes que querem chegar à Europa.

Só neste ano, 3.034 refugiados morreram tentando chegar de barco até a Europa. A esmagadora maioria — 2.606 (85%) — saiu da Líbia.

Após a derrubada do ditador Muammar Gaddafi, em 2011, o país viveu uma breve paz e mergulhou no caos. Hoje, tem três governos, guerra civil, fronteiras sem fiscalização e impunidade para os traficantes de pessoas.

Para completar, a Líbia está cercada por nações da África subsaariana com massas de jovens subempregados, ávidos pela oportunidade de emigrar para a Europa.

Em 2015, a Turquia foi o principal ponto de saída dos refugiados rumo à Europa. Mas, em março, a UE fechou um acordo com o país, e o fluxo de sírios, iraquianos e afegãos à Grécia praticamente estancou. A média de 2.248 pessoas chegando por dia em janeiro caiu para 60 em julho.

Já na rota da Líbia para a Itália, o fluxo explodiu: a média de 176 migrantes chegan-

Grupos de imigrantes e refugiados africanos descansa no centro de detenção de Karameem, norte da Líbia; banheiro não recebia limpeza havia um mês

do por dia em janeiro subiu para 698, alta de quase 400%. A maioria vem da Nigéria, Níger, Gana, Sudão e Eritreia.

BICOS

Atualmente, há cerca de 1 milhão de imigrantes ilegais na Líbia, juntando dinheiro para enviar a suas famílias ou pagar entre US\$ 1.000 e US\$ 2.000 a um atravessador e pegar o barco para a Itália.

É muito fácil encontrá-los: são dezenas de jovens que se aglomeram nas rotatórias, esperando que os contratem para um dia de trabalho. Cada um leva seu instrumento para identificar o serviço que oferece — demolidores com martelos, pintores com rolos.

Eric Andrews é gesseiro. Pagou US\$ 800 (R\$ 2.592) para vir de Gana à Líbia em janeiro. Isto é, ainda está pagando. Achou que ia conseguir juntar dinheiro rápido, mas o movimento está fraco.

Paga 150 dinares líbios (R\$ 120) de aluguel para dividir um quarto com outros seis imigrantes. Sua única diversão é jogar damas e assistir a jogos de futebol na TV.

Tem 25 anos, mas parece ter 40. “Problemas financeiros envelhecem a gente. Aqui é muito ruim, mas não tenho dinheiro para voltar para casa.”

Ele ganha entre US\$ 5 e US\$ 10 por dia. Andrews pode se considerar um homem de sorte. Muitos migrantes acabam presos em um dos 30 campos de detenção da Líbia.

No centro de detenção Abu Sleem, havia dois banheiros para cem pessoas. O de Al Karameem estava sem receber limpeza havia um mês. “As vezes o cheiro é insuportável”, dizia um funcionário.

NO CAMINHO PARA A EUROPA

Como são as rotas de migrantes e refugiados da África para cruzar o Mediterrâneo

Grávida de cinco meses, a nigeriana Blessing Tony, 28, foi presa há 20 dias e ainda não conseguiu avisar seu marido. “Confiaram nos seus celulares e não nos deixam telefonar”, disse a nigeriana, que fugiu de Borno, Estado devastado pelo Boko Haram.

Blessing e outros detentos em Karameem contaram que falta comida e que são espancados frequentemente. Ahmed Muftah, um dos guardas, rebate as críticas: “Fiquei preso na época do Gaddafi — pode ter certeza, isso aqui é um hotel cinco estrelas.”

UNIÃO EUROPEIA

A UE pressiona a Líbia para aumentar a vigilância e impedir os refugiados de cruzarem o Mediterrâneo. A Operação Sophia, além de resgatar imigrantes, passou a treinar a guarda costeira líbia para intensificar apreensões.

Vai ser difícil.

A guarda costeira tem seis botes de borracha e dois barcos de alumínio para patrulhar os 660 km de costa. Os dois barcos são usados na guerra contra a facção terrorista Estado Islâmico.

“Os europeus estão obcecados com os migrantes, quem que nós os impeçamos de cruzar, mas temos só seis barcos, e nossa prioridade é contrabando de armas e petróleo”, diz Reda Issa, comandante da Guarda Costeira.

“A UE deveria nos dar recursos e equipamentos. A Turquia receberá € 6 bilhões (R\$ 21,7 bilhões) para lidar com os refugiados, e nós? Nem um centavo. Dizem que a gente vai usar na guerra, que a Líbia não é segura, então não nos ajudam.”

Mortes na travessia do Mediterrâneo

Em 2016 (até 26.jul) **3.034**

Desse total, **2.606** partiram da costa da Líbia

Fontes: consultoria Altai e Organização Internacional para a Migração

Quadro 9. Nomeação e predicação de atores sociais do texto 4

Nomeação	Predicação
<i>Nós</i>	
Turquia	<ul style="list-style-type: none"> Foi o principal porto de saída dos refugiados rumo à Europa. “A Turquia receberá 6 bilhões de euros (R\$ 21,7 bilhões) para lidar com os refugiados, e nós?”
UE	<ul style="list-style-type: none"> Fechou um acordo com o país [Turquia], e o fluxo de sírios, iraquianos e afegãos praticamente estancou. Pressiona a Líbia para aumentar a vigilância e impedir os refugiados de cruzarem o Mediterrâneo. “A UE deveria nos dar recursos e equipamentos.”
Europeus	<ul style="list-style-type: none"> “Os europeus estão obcecados com os migrantes [...]”
<i>Eles</i>	
Líbia	<ul style="list-style-type: none"> Vira rota mais letal para refugiados. Não tem dinheiro. Nem governo. Se tornou o principal centro de tráfico de refugiados no mundo. E a rota mais letal para os migrantes que querem chegar à Europa. Após a derrubada do ditador Muammar Gaddafi, em 2011, o país viveu uma breve paz e mergulhou no caos. Hoje, tem três governos, guerra civil, fronteiras sem fiscalização e impunidade para os traficantes de pessoas. Está cercada por nações da África subsaariana com massas de jovens subempregados, ávidos pela oportunidade de emigrar para a Europa. “Dizem que a gente vai usar na guerra, que a Líbia não é segura, então não nos ajudam.”
O médico legista líbio Ali Abuseid	<ul style="list-style-type: none"> Recolheu mais de 60 cadáveres nas praias da Líbia nos últimos 2 anos. Explica que não se pode puxar o cadáver pelas mãos, porque a pele sai como se fosse uma luva. Então o médico arranca um dente do siso ou serra um pedaço de 5cm do fêmur para poder fazer um exame de DNA.
Refugiados	<ul style="list-style-type: none"> Morreram afogados tentando chegar de barco à Itália. Perdem tudo: suas famílias, o dinheiro que pagam para o traficante levá-los à Europa, o sonho de morar num país rico. Só neste ano, 3.034 refugiados morreram tentando chegar de barco à Europa.
Migrantes	<ul style="list-style-type: none"> Querem chegar à Europa. Muitos migrantes acabam presos em um dos 30 campos de detenção da Líbia.
Fluxo de sírio, iraquianos e afegãos/ africanos	<ul style="list-style-type: none"> Praticamente estancou. Já na rota da Líbia para a Itália, o fluxo explodiu: a média de 176 migrantes chegando por dia em janeiro

	subiu para 698, alta de quase 400%.
Corpos	<ul style="list-style-type: none"> • Chegam inchados e pesados depois de passarem tantas horas no mar. • Já chegam em decomposição. • As amostras [dos corpos] são guardadas num freezer. Provavelmente nunca serão usadas, porque um exame de DNA custa centenas de dólares e a Líbia não tem dinheiro.
Dezenas de jovens	<ul style="list-style-type: none"> • Aglomeram-se nas rotatórias, esperando que os contratem para um dia de trabalho.
Eric Andrews	<ul style="list-style-type: none"> • É gesseiro. • Pagou US\$800 (R\$ 2.592) para vir de Gana à Líbia em janeiro. • Isto é, ainda está pagando. • Achou que ia conseguir juntar dinheiro rápido, mas o movimento está fraco. • Paga 150 dinares libanos (R\$ 120) de aluguel para dividir um quarto com outros seis imigrantes. • Tem 25 anos, mas parece ter 40. • Ele ganha entre US\$5 e US\$10 por dia. • Andrews pode se considerar um homem de sorte.
Blessing Tony	<ul style="list-style-type: none"> • Grávida de cinco meses, a nigeriana Blessing Tony, 28, foi presa há 20 dias e ainda não conseguiu avisar seu marido. • Fugiu de Borno, estado devastado pelo Boko Haram.
Caos político e guerra civil	<ul style="list-style-type: none"> • Favorecem chegada de massas de jovens da África subsaariana para cruzar o Mediterrâneo.

O primeiro ponto de destaque em nossa análise é o tom negativo da reportagem, que é uma marca da cobertura da imprensa sobre os movimentos migratórios contemporâneos, como já vimos anteriormente, e reforçado abaixo pela IOM:

Much of the research evidence shows media associating bad news with migrants around the world. During 2013–2014, unfavorable print and online coverage of migration in six countries with very high human development levels (such as Australia, Canada, the Netherlands, Norway, Switzerland and the United Kingdom) was more than twice as visible as favourable content (McAuliffe, Weeks and Koser, 2015)⁸⁶. (IOM, 2017, p. 193)

More detailed studies of particular national media often confirm this general trend. For example, Danish and, to a more moderate extent, Dutch newspapers published more negative than positive content about migration between 2003 and 2010 (van Klingeren et al., 2015). Similar analysis of migrants in German news (print and broadcast television) between 1998 and 2005 showed that these media tended to

⁸⁶ Tradução nossa: Grande parte das evidências de pesquisa mostram a mídia associando más notícias a migrantes em todo o mundo. Durante 2013-2014, a cobertura impressa e online desfavorável da migração em seis países com níveis muito altos de desenvolvimento humano (como Austrália, Canadá, Holanda, Noruega, Suíça e Reino Unido) foi mais do que duas vezes mais visível do que o conteúdo favorável (McAuliffe, Semanas e Koser, 2015).

portray these groups negatively, too (Boomgaarden and Vliegenthart, 2009)⁸⁷. (IOM, 2017, p. 194)

No texto em investigação, que aborda as longas esperas e as mortes durante a travessia, esse tom parece ser ainda mais acentuado, como se pode observar pelo uso de algumas palavras e expressões, como ‘rota letal’, ‘mortes’, ‘corpos em decomposição’, ‘cadáveres’, ‘serrar parte do corpo humano’, entre outros. A IOM alerta que a negatividade não é exclusiva da cobertura sobre a migração, pois os jornalistas tendem a enfatizar esse lado na maior parte dos temas que trabalham, como estratégia para captar audiência (IOM, 2017, p. 194). Ainda assim, com esse enfoque, a matéria contribui sobremaneira para a percepção do imigrante e do refugiado como problema, como algo associado a aspectos ruins e que por isso deve ser evitado.

Outro recurso típico nas matérias sobre a migração é a remoção metafórica dos refugiados e imigrantes da população por meio de linguagem desumanizante. Encontramos duas situações que exemplificam essa situação no texto em análise, o que demonstra como a mídia se utiliza de funcionalidades estereotipadas e previsíveis para discriminar *outgroups*, sem buscar outros pontos de vista sobre o assunto. O primeiro caso é a frase “Mas, em março, a UE fechou um acordo com o país, e o fluxo de sírios, iraquianos e afegãos à Grécia praticamente **estancou**” (grifo nosso). Nela, é utilizada metáfora que associa a imigração a desastre natural, nesse exemplo específico ao curso das águas – como vimos na seção 4 –, que tem que se fazer parar, ou ‘estancar’. Além de desumanizar os refugiados e imigrantes, essa construção associa o movimento migratório a algo que não se pode deter, fora do controle humano, dentro do campo dos fenômenos naturais imprevisíveis e, portanto, algo ameaçador e à espreita da população. Reisigl e Wodak exemplificam a percepção de tal uso metafórico em contexto semelhante, quando se fala em ‘inundação de imigrantes’:

The naturalising reference ‘flood of immigrants’ implicitly carries at least two conclusion rules. If something is a flood, it is dangerous and threatening. If something is dangerous and threatening, one should do something against it [...]. The conclusion goes as follows: one should prevent the flood from inundating the endangered area. To be precise: one should take measures in order to prevent the

⁸⁷ Tradução nossa: Estudos mais detalhados da mídia nacional, em particular, frequentemente confirmam essa tendência geral. Por exemplo, os jornais dinamarqueses e, em uma extensão mais moderada, os holandeses publicaram mais conteúdo negativo do que positivo sobre a migração entre 2003 e 2010 (van Klingeren et al., 2015). Análises semelhantes de migrantes nas notícias alemãs (impresas e transmitidas pela televisão) entre 1998 e 2005 mostraram que essas mídias tendem a retratar esses grupos negativamente também (Boomgaarden e Vliegenthart, 2009).

*immigrants from becoming too many*⁸⁸. (REISIGL, WODAK, 2005, p. 76)

O segundo caso de uso de metáfora é na passagem “Já na rota da Líbia para a Itália, o fluxo **explodiu**: a média de 176 migrantes chegando por dia em janeiro subiu para 698, alta de quase 400%” (grifo nosso). Nessa frase, a migração é associada a atividade militar, ou invasão, com uso do verbo ‘explodir’, a fim de se atingir mesmo objetivo da metáfora anterior: desumanizar os refugiados e imigrantes, associando-os a movimentos perigosos e descontrolados.

Continuando, vemos mais uma situação – além das já encontradas no material analisado – de nomeação por ‘especialização’, em que Líbia, Turquia e UE assumem funções de atores centrais no texto. Diferentemente das análises anteriores, em que esse recurso estratégico estava relacionado apenas ao *ingroup* e, portanto, os locais nomeados se posicionavam como controladores e ordenadores do processo migratório, dessa vez há presença de país ligado ao *outgroup*. A Líbia assume representação com a mesma intensidade dos demais (Turquia e UE), porém em sentido contrário: aparece como fonte de problemas, e não de soluções. Nesse contexto, a Líbia é ‘rota mais letal para refugiados’, ‘centro de tráfico’, ‘caos’, entre outros.

Um aspecto que chama atenção na análise é o fato de que, embora não seja estratégia comum na cobertura da imprensa sobre o tema, Eric Andrews é imigrante especificamente individualizado no texto, com nome próprio e de maneira semi formal. Recurso frequentemente utilizado para dar acesso discursivo aos atores sociais envolvidos, neste caso a individualização apenas reforça efeitos de discriminação. A narrativa da história particular de Eric Andrews funciona para confirmar preconceitos com exemplos, servindo como prova e ilustração empírica do que está sendo dito na cobertura da mídia a respeito da migração. A história desse imigrante cumpre papel ideológico de representar a de todos os imigrantes.

Começamos pontuando que a matéria relata apenas situação atual de Andrews, na ocasião identificado como ganense emigrado para a Líbia, sem quaisquer referências à sua visa pregressa e, portanto, sem pistas sobre os reais motivos que o levaram a sair de seu país. Pela cadência textual, entendemos que se trata de um exemplo de ‘imigrante ilegal’, sendo um das ‘dezenas de jovens que se aglomeram na rotatória’, conforme posto nos parágrafos

⁸⁸ Tradução nossa: A referência à naturalização "inundação de imigrantes" implica pelo menos duas regras de conclusão. Se algo é uma inundação, é perigoso e ameaçador. Se algo é perigoso e ameaçador, deve-se fazer algo contra [...]. A conclusão é a seguinte: deve-se evitar que o dilúvio inunde a área ameaçada. Para ser preciso: deve-se tomar medidas para impedir que os imigrantes se tornem muitos.

imediatamente anteriores à introdução do personagem.

A continuidade do percurso discursivo do texto sobre Andrews reforça estereótipos do imigrante. O primeiro deles, que não possuem qualificação profissional: são subempregados em atividades como demolição, pintura e, tal qual Andrews, instalação de gesso. Em segundo lugar, que são preguiçosos, pois no tempo livre não se dedicam à atividade intelectual ou física: podemos entender que todos, assim como Andrews, tem como única diversão “jogar damas e assistir a jogos de futebol na tv”. Prosseguindo, vemos na matéria que Andrews está envelhecido (“tem 25 anos, mas parece ter 40”) e não possui recursos financeiros (sequer para “voltar para casa”). O tom discursivo que permeia a reportagem busca passar estrategicamente a sensação de que Andrews não possui atividade útil, está largado à própria sorte, aguardando passivamente que algo de positivo aconteça em sua vida. Tais características constroem uma imagem do imigrante bem distante do perfil de indivíduo que qualquer país almeja receber, afastando-o do modelo de cidadão nacional. No lugar de um trabalhador especializado, esforçado, que possui diferenciais competitivos para auxiliar no crescimento e desenvolvimento de um país, o imigrante surge como ser desqualificado, preguiçoso e sem vida ativa, que vai apenas usufruir do estado de bem-estar social europeu. Vale salientar que histórias sobre bons imigrantes são exceções, nunca entendidas como generalizações.

Passemos agora à representação dos imigrantes e dos refugiados no texto em análise. Diferentemente dos materiais antes investigados, dessa vez a distinção das características identitárias entre esses dois grupos sociais se mostra mais sutil. Ainda assim, podemos observar que o uso do termo ‘refugiado’ está mais associado ao papel de vítima, sendo estrategicamente selecionado em praticamente todos os enunciados que falam sobre morte:

- Líbia vira rota mais letal para refugiados.
- Eram todos refugiados que morreram tentando chegar de barco à Itália.
- Só neste ano, 3.034 refugiados morreram tentando chegar de barco à Europa.

Enquanto isso, o imigrante é associado à permanência irregular num país e a um ambiente de criminalidade, como podemos perceber nos trechos postos a seguir. Além disso, já vimos acima que o imigrante foi resumido de forma pejorativa e preconceituosa na figura de Eric Andrews.

- Atualmente, há cerca de 1 milhão de imigrantes ilegais na Líbia, juntando dinheiro para enviar a suas famílias ou pagar entre US\$ 1.000 e US\$ 2.000 a um atravessador e pegar um barco para a Itália.
- Muitos migrantes acabam presos em um dos 30 campos de detenção na Líbia.

Uma passagem chama atenção: “os refugiados perdem tudo: suas famílias, o dinheiro que pagam para o traficante levá-los à Europa, o sonho de morar num país rico”. De maneira geral, vimos que a migração por motivos econômicos é associada ao imigrante e não ao refugiado. Nesse caso, o que pode justificar a construção é o fato desta ser uma citação de terceiros, e não formulada pelo próprio jornal, fugindo um pouco, portanto, do discurso que a mídia apregoa.

O quinto texto que vamos analisar é reportagem publicada na Folha de S.Paulo no dia 18 de setembro de 2016 cujo título é “Temor ronda campo de refugiados francês” e se enquadra na temática ‘recepção e instalação de refugiados e imigrantes nas nações de acolhimento’. Abaixo Quadro com nomeações e predicções em destaque, além de Figura com na matéria.

Quadro 10. Nomeação e predicção de atores sociais do texto 5

Nomeação	Predicação
<i>Nós</i>	
Governo francês	<ul style="list-style-type: none"> • Pretende desmontar tendas em Calais, onde vivem 9.000; plano preocupa organizações humanitárias. • O governo francês, que já desmontou parte do campo, anunciou recentemente que quer destruí-lo por completo.
Governo britânico	<ul style="list-style-type: none"> • Vai construir uma muralha de quatro metros de altura.
<i>Eles</i>	
Refugiados	<ul style="list-style-type: none"> • Espalhados ao longo do perímetro da cerca, esperam agachados. • No silêncio, aguardam aquele momento que – ainda que improvável – pode mudar suas vidas. • São a peça central de uma crise que em vias de se agravar. • Vindos de países em guerra ou em extrema pobreza, como Síria ou Sudão, os refugiados, por sua vez, dizem que as barracas insalubres são o melhor que já tiveram e não querem abrir mão do campo. • A presença dos refugiados é vista por moradores dos arredores como uma ameaça a sua segurança. • A tática dos refugiados envolve parar o veículo com

	<p>algum obstáculo, como um tronco de árvore, e esconder-se entre a cabine e a carroceria – o que ocorre, em geral, à noite.</p>
Migrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Não querem abandonar a área, onde recebem ajuda; muitos já desistiram de tentar entrar no Reino Unido. • As tentativas dos migrantes de cruzar para o Reino Unido levaram, no passado, a acidentes de trânsito, e há episódios isolados de violência.
O paquistanês Adnan Ahmad	<ul style="list-style-type: none"> • O paquistanês Adnan Ahmad, 24, chegou a Calais há um mês. • Assim como outros refugiados que conversaram com a Folha, nem sempre revelando seus nomes, Ahmad passa os dias em Calais imerso na ideia de que o Reino Unido é Pasárgada. • Ele já tentou cruzar sete vezes. Em duas delas, conseguiu pular a cerca e entrar em um caminhão, mas foi descoberto por cães farejadores. • Não ouviu o anúncio francês de que planejam fechar o campo. Quando é informado pela reportagem, dá de ombros.
Um grupo de sudaneses	<ul style="list-style-type: none"> • Diz à Folha que esse campo, apesar de todos os revezes, é melhor do que seu país natal, onde eram perseguidos pelo governo, e também melhor do que outras nações europeias onde estiveram. • Passam o dia entre a lama e os banheiros químicos, ouvindo música diante das tendas. • Ele não caminham os cinco quilômetros que lhes separam do centro histórico da cidade, com ruínas medievais, cafés e parques públicos.

Figura 23. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 18 de setembro de 2016

Temor ronda campo de refugiados francês

Governo pretende desmontar tendas em Calais, onde vivem 9.000; plano preocupa organizações humanitárias

Migrantes não querem abandonar a área, onde recebem ajuda; muitos já desistiram de tentar entrar no Reino Unido

DIOGO BERCITO
ENVIADO ESPECIAL A CALAIS (FRANÇA)

Espalhados ao longo do perímetro da cerca, refugiados esperam agachados. No silêncio, aguardam aquele momento que — ainda que improvável — pode mudar suas vidas. São cerca de 9.000 pessoas no campo de Calais, no norte da França, próximo ao porto e ao túnel que levam até o Reino Unido. O objetivo de diversos deles é saltar e embarcar sem serem vistos.

Esses refugiados são a peça central de uma crise em vias de agravar. O governo francês, que já desmontou parte do campo, anunciou recentemente que quer destruí-lo por completo. O britânico, que vai construir uma muralha de quatro metros de altura.

Os planos preocupam organizações humanitárias. Se retirados, os moradores de Calais não terão para onde ir, e será muito mais difícil oferecer o auxílio a eles.

Vindos de países em guerra ou em extrema pobreza, como Síria ou Sudão, os refugiados, por sua vez, dizem que as barracas insalubres são o melhor que já tiveram e não querem abrir mão do campo.

O assunto tem peso político em Paris e em Londres. Na França, eleitores têm se mostrado cada vez mais impacientes para uma solução a essa crise. Na semana passada houve protestos em Calais pelo fim das tendas.

A presença dos refugiados é vista por moradores dos arredores como uma ameaça a sua segurança. As tentativas dos migrantes de cruzar para o Reino Unido levaram, no passado, a acidentes de trânsito, e há episódios isolados de violência.

TÁTICA

O paquistanês Adnan Ahmad, 24, chegou a Calais há um mês. Sua viagem levou sete meses, passando por Irã, Turquia, Grécia, Macedônia, Sérvia, Hungria, Áustria e Itália. Parte do caminho foi feito a pé, outra parte de barco de borracha. O trajeto custou R\$ 5.000, via agente ilegal.

Assim como outros refugiados que conversaram com a **Folha**, nem sempre revelando seus nomes, Ahmad passa os dias em Calais imerso na ideia de que o Reino Unido é Pasárgada. “É o melhor da Europa. Lá respeitam os direitos humanos.”

Ele já tentou cruzar sete vezes. Em duas delas, conseguiu pular a cerca e entrar em um caminhão, mas foi descoberto por cães farejadores. A tática dos refugiados envolve parar um veículo com algum obstáculo, como um tronco de árvore, e esconder-se entre a cabine e a carroceria — o que ocorre, em geral, à noite.

Ahmad não ouviu o anúncio francês de que planejam fechar o campo. Quando é informado pela reportagem, dá de ombros. “É como é que vão fazer? Para onde vamos? Para Paris? Vou ficar.”

O cenário preocupa organizações como a Médicos Sem Fronteiras, que oferecem apoio psicológico a refugiados, em especial aos 800 menores de idade desacompanhados. “Eles estão completamente desprotegidos”, diz Marie Elizabeth Ingres, uma porta-voz do grupo.

“Estamos preocupados com o que pode ocorrer. Não há lugar para essas pessoas na França. Se esse campo for desmantelado, o governo precisa oferecer abrigos. Ou os refugiados vão para a rua.” Mas parte de quem está alojado ali, em tendas, não quer

ir às ruas nem cruzar para o Reino Unido. Exaustos pelo movimento constante, preferem ficar em Calais, onde as organizações humanitárias lhes dão roupa e comida.

Um grupo de sudaneses diz à **Folha** que esse campo, apesar de todos os revezes,

é melhor do que seu país natal, onde eram perseguidos pelo governo, e também melhor do que outras nações europeias onde estiveram. “Qualquer lugar é melhor do que o Sudão ou do que a Itália. Os policiais italianos me atacavam com pistolas

elétricas”, diz Khalid Abd al-Rahman, 27. “Eu ficaria dez anos aqui”, afirma Hamad Ibrahim Adam, 34.

Mas a vida desse grupo, em Calais, está limitada ao campo de refugiados. Passam o dia entre a lama e os banheiros químicos, ouvindo

música diante das tendas.

Eles não caminham os cinco quilômetros que lhes separam do centro histórico da cidade, com ruínas medievais, cafés e parques públicos. “Temos medo da reação. Há preconceito porque somos negros, porque somos refugiados.”

SUPER DUPLA MEGALOJA pontofrio

viva a inovação

1 Smartphone Samsung

12 2 Chips
Câmera 8 MP
Câmera 5 MP Frontal
Tela 5"
QUAD CORE Processador Quad-Core™
8GB Memória interna

SAMSUNG
Galaxy Grand Prime Duos
Desbloqueado
14X R\$ 57,00 sem juros no Cartão Pontofrio*
R\$ 798,00 100% taxa

Android 5.1 Lollipop

2 Estas ofertas só tem aqui.

PHILIPS
14X R\$ 1.899,00
R\$ 135,00 sem juros no Cartão Pontofrio*

Em até 14x sem juros no Cartão Pontofrio

Marginal Tietê, entre as pontes Freguesia e Piquerí com estacionamento coberto e gratuito.

A Via Varejo está com vagas abertas para profissionais com deficiência. Os candidatos deverão cadastrar o currículo pelo site www.pontofrio.com.br/trabalheconosco

Validade: 18/9/2016, limitado ao estoque. Não vendemos por atacado.*Condição exclusiva para os produtos anunciados. Cartão Pontofrio: até 14X sem juros, IOF não incluso. Sujeito a análise e aprovação de crédito. Consulte os planos de parcelamento previamente à contratação. Para dúvidas sobre o cartão, ligue para 3003 3030 (capitais) ou 0800 720 3030 (demais localidades). Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC 0800 724 4845. Caso não fique satisfeito, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria 0800 570 0011. Deficientes auditivos/fala, 0800 724 4838. Consulte taxas de frete e montagem em nossas filiais. Fotos ilustrativas. Ofertas válidas somente para a Megaloja Pontofrio. As ofertas anunciadas não são válidas para a loja virtual e tele vendas.

acesse pontofrio.com | Tele vendas 3 004 - 6 886 seg. a sáb.: das 8h à 0h - dom.: das 8h às 20h

O primeiro ponto que vamos analisar é uma mudança no viés de abordagem ao refugiado – ratificada empiricamente por outras matérias do mesmo período e que compõe o *corpus* ampliado desse estudo – que passa de condição de vítima (perseguido no seu local de origem e que por isso deve ser acolhido no destino) à de ameaça e de terrorista em potencial. No quarto texto que investigamos, de 29/01/2016, já havíamos percebido a associação de refugiados a casos de violência, porém de forma mais abrandada, com o termo ‘refugiado’ em si preservado e dando lugar a outras formas de se identificar estas pessoas, como a nacionalidade. Uma sucessão de ataques terroristas e atos de violência nos países da Europa, iniciada no final de 2015 e intensificada em 2016, em que se reportou uma possível participação de refugiados e imigrantes (confirmada em alguns casos e não em outros), pode ser apontada como um dos motivos para essa mudança mais explícita de percepção. Estas ações impactaram não somente na associação midiática (geralmente abusiva) entre os fluxos migratórios e a insegurança, mas na proliferação de atitudes negativas ou hostis por parte de alguns segmentos da população e no aumento significativo do apoio eleitoral a partidos políticos de extrema-direita, como pudemos verificar em outras matérias do período. A tabela abaixo apresenta os principais ocorridos, por ordem cronológica.

Quadro 11. Ataques terroristas e atos de violência na Europa de 11/2015 a 07/2016

Data	Evento
13/11/2015	Explosões no Stade de France, bombas e tiros contra bares e restaurantes e ataque à casa de shows Bataclan, em Paris, França.
31/12/2015	Furtos, roubos e agressões físicas, além de relatos de casos de abuso sexual e de estupro, a um grupo de pessoas, principalmente mulheres, no Reveillon em Colônia, Alemanha.
22/03/2016	Explosões de bombas no aeroporto internacional de Bruxelas e em uma estação de metrô da capital belga.
14/07/2016	Atropelamentos e morte, por um caminhão, de dezenas de pessoas que estavam assistindo à queima de fogos em comemoração ao Dia da Bastilha, em Nice, França.
Entre 18/07/2016 e 26/07/2016	Mortos e feridos em quatro ataques diferentes, sendo o principal deles a morte de nove pessoas por um atirador nas imediações de um shopping em Munique, Alemanha.

Para exemplificar a forma como as matérias ideologicamente vincularam o refugiado a tais ocorridos, de forma a justificar sua possível ‘devolução’ ao países de origem, processo não recomendado pela legislação internacional, tomemos alguns outros textos do *corpus* ampliado. O primeiro deles, publicado na Folha de S.Paulo em 22 de março de 2016, traz

como título “Bélgica identifica novo suspeito em ataques em Paris” e discorre sobre a identificação de uma pessoa – de nacionalidade não informada – que havia participado dos incidentes ocorridos na França em novembro de 2015. Chama atenção o trecho que fala da relação desse suspeito com um dos participantes do ato: “Nessa ocasião, segundo investigadores, Abdeslam tentava recrutar, entre milhares de refugiados que chegavam à estação de trem da capital búlgara, **potenciais terroristas**” (grifo nosso). Na sua continuidade, a matéria não informa se o recrutamento foi bem-sucedido, mas leva a um entendimento de que há, sem quaisquer dúvidas, potenciais terroristas entre os refugiados. Outro texto, publicado pela Folha em 11 de agosto de 2016, trata sobre pacote antiterrorismo que seria posto em prática pela Alemanha, e destaca como lide: “Atentados de julho, que provocaram dez mortes, elevaram críticas a Angela Merkel e a sua política para refugiados”. Essa construção já associa refugiados a atentados, pois pressupõe que a política de acolhimento de Merkel a estes indivíduos é responsável pelos atos violentos. Não é citada, na matéria, nenhuma outra possível causa para isso, como uma desigualdade econômica entre classes sociais alemãs, por exemplo. Continuando, a matéria indica que, segundo agências de notícias, três dos suspeitos (ou seja, ainda não confirmados culpados) desses atentados estavam no país em busca de asilo, e que o mais mortífero dos ataques foi cometido por um ‘alemão filho de iranianos’. Interessante observar que a matéria só destaca os suspeitos solicitantes de refúgio, sequer citando quantidade ou qualquer outra característica dos demais, mais uma vez, num claro interesse em vincular refugiados à violência e ao terrorismo. Ainda, destacamos a nomeação ‘alemão filho de iranianos’ como discriminatória, visto que busca gratuitamente associar o culpado de um atentado a imigrantes ou refugiados de outra geração. De maneira geral, não vemos nas matérias filhos de alemães serem apontados pela sua ascendência.

Retornando ao texto em investigação, temos várias passagens que reforçam os aspectos apontados acima. Os refugiados são tidos como aqueles que tentam cometer o ato ilícito de seguir de forma irregular para o Reino Unido, ‘esperando agachados’, ‘ao longo da cerca’, uma oportunidade de entrada nesse país ou usando como tática ‘parar o veículo [no caso, caminhões que cruzam o Canal da Mancha] com algum obstáculo, como um tronco de árvore, e esconder-se entre a cabine e a carroceria’. Além disso, outro trecho afirma que ‘a presença dos refugiados é vista por moradores dos arredores como uma **ameaça a sua segurança**’ (grifo nosso), sendo citado que houve ‘casos pontuais de violência’, porém sem se especificar quantidades, motivações ou envolvidos em tais casos, que justificassem o refugiado como uma ameaça, o que nos dá o entendimento de que tal relação identitária

(refugiado como agressivo ou criminoso) vem sendo construída intertextualmente por matérias anteriores, como já visto.

Na seção 4.3.2 desta pesquisa listamos as predicções mais frequentemente usadas na argumentação contrária ao grupo discriminado dos ‘estrangeiros’. Algumas têm presença marcante no texto em análise. A primeira delas, “estrangeiros são ‘sócio parasitas’ que exploram o sistema de bem-estar” passa uma ideia estereotipada de que, em nosso caso, o refugiado é preguiçoso, acomodado e tem a expectativa de que façam algo por ele. Isso se verifica em passagens como ‘esperam agachados’ e ‘aguardam aquele momento que pode mudar suas vidas’. Em relação a ‘um grupo de sudaneses’, é dito que ‘passam o dia entre a lama e os banheiros químicos, ouvindo música diante das tendas’. Ou seja, o refugiado é posicionado como aquela pessoa que não tem um papel ativo em sua vida, mas aguarda passivamente por algo.

Outra predicação recorrente, conforme seção 4.3.2, afirma que “estrangeiros são sujos”. A mídia se apropria desse estereótipo e o utiliza nos trechos “os refugiados dizem que suas barracas insalubres são o melhor que já tiveram” e, a respeito dos sudaneses, “passam o dia entre a lama e os banheiros químicos”. Levando em consideração que pessoas sujas não criam ambiente agradável e podem transmitir doenças, esta predicação funciona – junto às demais – para afastar o *ingroup* (nacionais) do *outgroup* (no caso, os refugiados).

A nomeação por individualização, com nome próprio e de maneira semi formal, aparece no texto na figura de Adnan Ahmad que, assim como na matéria analisada anteriormente, surge como o exemplo que confirma a regra – ou, no caso, os preconceitos contra os refugiados. A seu respeito, destacamos um trecho: “assim como outros refugiados que conversaram com a Folha, nem sempre revelando seus nomes, Ahmad passa os dias em Calais imerso na ideia de que o Reino Unido é Pasárgada”. Em um único enunciado vemos a associação dos refugiados à criminalidade (nem sempre revelam seu nome, dando a entender que fazem algo errado), à preguiça/acomodação (passa o dia imerso em uma ideia, sem citar outras atividades desempenhadas por Ahmad) e ao interesse em desfrutar do estado de bem-estar europeu (Reino Unido é Pasárgada). Nesse último trecho também está presente de forma explícita a interdiscursividade, no uso do termo ‘Pasárgada’, que faz referência à cidade idílica de conhecido poema do autor brasileiro Manuel Bandeira.

Nessa reportagem, o termo ‘migrante’ foi utilizado em poucas oportunidades e em contextos usuais. Apenas um momento merece destaque: “A presença dos **refugiados** é vista por moradores dos arredores como uma ameaça a sua segurança. As tentativas dos **migrantes** de cruzar para o Reino Unido levaram, no passado, a acidentes de trânsito, e há episódios

isolados de violência” (grifo nosso). Esse usos apontam para uma relação de sinonímia entre os termos, um processo em que um funciona em substituição ao outro, como já apontado em outras passagens. Se outrora apenas o termo migrante parecia se encaixar nesse contexto de violência, e seria preferível apenas sua utilização nos trechos acima, parece que, após os incidentes que relatamos, a associação entre refugiado e insegurança/terrorismo tornou-se latente.

Passemos agora à análise de matérias publicadas na Folha de S.Paulo em 2017. A título de contextualização histórica, importante citarmos de antemão a assinatura de decreto anti-imigração pelo presidente estadunidense Donald Trump, em 29 de janeiro desse ano, suspendendo a entrada de todos os refugiados nos Estados Unidos por um prazo de 120 dias, interrompendo por tempo indeterminado o acolhimento a refugiados sírios no país e proibindo por 90 dias a entrada de indivíduos de sete nações de maioria muçulmana ‘com tendências de terrorismo’: Síria, Iraque, Irã, Iêmen, Líbia, Somália e Sudão⁸⁹. Tal medida foi assunto principal de inúmeras matérias ao longo do ano que, de maneira geral, passavam pela relação entre refugiados, imigrantes e o terrorismo, uma vez que a justificativa de Trump para estas proibições foram o ‘combate ao terror’. Embora nosso objeto de pesquisa se concentre na migração da Ásia e da África para a Europa, as notícias e opiniões sobre o decreto influenciam na percepção geral da identidade do refugiado e do imigrante e foram predominantes no nosso *corpus* ampliado referente a 2017. Ademais, trata-se de fatos ocorridos nos Estados Unidos, Estado que busca impor seu ponto de vista e hegemonia em todo mundo e que por tal razão não pode ser desprezado. “*Estados Unidos es la mayor potencia mundial. Tiene una fuerza militar y otras formas de poder abrumadoras. Tiene un impacto determinante sobre cualquier cosa que ocurra en la historia mundial contemporánea*”⁹⁰ (CHOMSKY, 2003, p. 47).

Ao longo de 2017, a maior parte das matérias do nosso *corpus* ampliado tratavam da questão estadunidense, além da migração no âmbito brasileiro e de outras nações. Durante os anos analisados, percebemos que o interesse pela temática da migração transcontinental pelo Mediterrâneo foi diretamente proporcional à quantidade de pessoas realizando a travessia. Por isso, com a diminuição desse fluxo migratório⁹¹, e conseqüente desaceleração no ritmo de chegada de refugiados e imigrantes na Europa, o assunto (sob esse viés, visto que outras

⁸⁹ Informações retiradas de matéria publicada no jornal Folha de S.Paulo em 30/01/2017, sob título “Trump recua, mas defende decreto contra a imigração”.

⁹⁰ Tradução nossa: Os Estados Unidos são a maior potência mundial. Têm uma força militar e outras formas avassaladoras de poder. Têm um impacto decisivo sobre qualquer coisa que acontece na história mundial contemporânea.

⁹¹ Conforme visto na seção 2.3.3 dessa pesquisa.

temáticas sobre migração continuaram em evidência) foi menos explorado pela mídia.

Tabela 3. Travessia de refugiados e imigrantes pelo Mediterrâneo x matérias sobre o tema na Folha de S.Paulo

Ano	Total de refugiados e imigrantes	Total de matérias
2015	1.007.492	249
2016	390.432	232
2017	186.768	98

Mais do que números, estas estatísticas corroboram o interesse do jornalismo por fatos imediatos, que quebram a rotina e que se encaixam nos tradicionais critérios de noticiabilidade. Mautner (2008, p. 33) traz os 10 valores listados por Harcup e O’Neill (2001) para um fato ser ‘noticiável’: (1) referência à elite de poder; (2) celebridade; (3) entretenimento; (4) surpresa; (5) notícias ruins; (6) notícias boas; (7) magnitude (impacto); (8) relevância (para a audiência pretendida); (9) follow-up (o que já está nas notícias é mais possível de aparecer novamente); (10) agenda individual do jornal. Utilizando essa cadeia de processos, os jornais selecionam quais eventos devem ser noticiados ou não. *“Selection is conditioned by economic, political, cultural and social structures made evident through institutional practices so highly routinized that the result appears normal and inevitable”*⁹² (MAUTNER, 2008, p. 33). Assim, mesmo os refugiados e imigrantes ainda sendo questão importante no contexto europeu, visto que a travessia permanece⁹³ (embora em menor quantidade) e muitas pessoas ainda se encontram deslocadas dentro do continente, tal assunto acabou perdendo destaque e sendo posto em segundo plano.

Dando continuidade às análises, o sexto texto que vamos investigar é notícia publicada pela Folha de S. Paulo no dia 27 de fevereiro de 2017 com título “Alemanha teve 3.500 ataques a refugiados” e que se encaixa na temática “recepção e instalação de refugiados e imigrantes nas nações de acolhimento”. De maneira geral, a matéria discorre sobre situações e motivações de agressões contra refugiados e imigrantes e depredação de abrigos. As nomeações e predicações que iremos destacar constituem o quadro a seguir.

⁹² Tradução nossa: “A seleção é condicionada por estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais evidenciadas por práticas institucionais tão rotineiras que o resultado parece normal e inevitável”.

⁹³ Em 2018, 60.309 refugiados e imigrantes tentaram chegar ao continente europeu via mar Mediterrâneo e foram registrados 1.524 mortes ou desaparecimentos (dados atualizados até 8 de agosto). Disponível em: <<http://migration.iom.int/europe/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Quadro 12. Nomeação e predicação de atores sociais do texto 6

Nomeação	Predicação
<i>Nós</i>	
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> • Teve 3.500 ataques a refugiados. • Registrou em 2016 quase 3.500 ataques a refugiados e demandantes de asilo, uma média de quase 10 por dia, informou neste domingo (26) o Ministério do Interior. • Recebeu [em 2015] 890.000 demandantes de asilo.
Investigação da polícia alemã	<ul style="list-style-type: none"> • Revelou que os relatos de abuso sexual supostamente cometidos por refugiados no último Réveillon em Frankfurt (oeste) foram inventados.
Polícia alemã	<ul style="list-style-type: none"> • Informou, no último dia 13, que “durante a noite de Réveillon, não houve ataques em massa de refugiados em Fressgass” e que “as acusações são infundadas”.
‘Bild’	<ul style="list-style-type: none"> • Classificou como ‘assédio em massa’ os relatos de que um grupo de homens de aparência árabe teria assediado mulheres que estavam em um bar na Fressgass, tradicional rua de bares e restaurantes em Frankfurt. • Com circulação diária de quase 3 milhões de exemplares, é o maior jornal da Europa. • Pediu desculpas.
<i>Eles</i>	
A crise dos refugiados e o temor com a insegurança	<ul style="list-style-type: none"> • Serão temas importantes da eleição federal alemã, marcada para setembro.
Os ataques a mulheres no Réveillon de Colônia	<ul style="list-style-type: none"> • Impulsionaram as críticas à política de Merkel.
Onda migratória	<ul style="list-style-type: none"> • Pressionou o governo da chanceler Angela Merkel e levou ao avanço do partido xenófobo AfD em eleições regionais.
Fluxo de chegadas	<ul style="list-style-type: none"> • Caiu para 280.000 pessoas, sobretudo pelo fechamento da chamada “rota dos balcãs” e pelo acordo de recepção dos refugiados entre a UE e Turquia.
Grupo de homens de aparência árabe	<ul style="list-style-type: none"> • Teria assediado mulheres que estavam em um bar na Fressgass, tradicional rua de bares e restaurantes em Frankfurt.

Figura 24. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 27 de fevereiro de 2017

Alemanha teve 3.500 ataques a refugiados

Números do governo em 2016 incluem agressão contra migrantes e depredação de abrigos

DA AFP
DE SÃO PAULO

A Alemanha registrou em 2016 quase 3.500 ataques contra refugiados e demandantes de asilo, uma média de quase 10 por dia, informou neste domingo (26) o Ministério do Interior.

Os ataques deixaram 560 feridos, incluindo 43 crianças, de acordo com o ministério, que respondeu a um questionamento do Parlamento sobre esses episódios.

Segundo os dados da polícia, 2.545 ataques foram dirigidos contra refugiados. Também ocorreram ações contra 988 estruturas de recepção de refugiados e demandantes de asilo, incluindo incêndios provocados —esse número é um pouco menor que os 1.031 casos de vandalismo registrados em 2015.

Naquele ano, em plena crise de refugiados na Europa, a Alemanha recebeu 890.000 demandantes de asilo, uma onda migratória que pressionou o governo da chanceler Angela Merkel e levou ao avanço do partido xenófobo AfD em eleições regionais.

Restaurante frequentado por refugiados é atacado em Leipzig

Em 2016, o fluxo de chegadas caiu para 280.000 pessoas, sobretudo pelo fechamento da chamada “rota dos Balcãs” e pelo acordo de recepção de refugiados entre a UE e Turquia.

FALSOS ABUSOS

Uma investigação da polícia alemã revelou que os relatos de abuso sexual supostamente cometidos por refugiados no último Réveillon em Frankfurt (oeste) foram inventados.

O suposto ataque foi noticiado no último dia 5 pelo tabloide “Bild”, que classificou como “assédio em massa” os relatos de que um grupo de homens de aparência árabe teria assediado mulheres que estavam em um bar na Fress-

gass, tradicional rua de bares e restaurantes em Frankfurt.

A polícia alemã informou, no último dia 13, que “durante a noite de Réveillon, não houve ataques em massa de refugiados na Fressgass” e que “as acusações são infundadas”. “Entrevistas com testemunhas, clientes e empregados levaram a grandes dúvidas quanto à versão dos eventos que foi apresentada inicialmente”, diz o relatório.

Dois pessoas estão sob investigação por espalharem os falsos rumores e desperdiçar os recursos policiais.

Com circulação diária de cerca de 3 milhões de exemplares, o “Bild” é o maior jornal da Europa. Em nota, o veículo pediu desculpas. “Esta reportagem não corresponde de forma alguma aos padrões jornalísticos do ‘Bild’”. O texto foi retirado do site.

A crise dos refugiados e o temor com a insegurança serão temas importantes da eleição federal alemã, marcada para setembro.

Os ataques a mulheres no Réveillon de Colônia, em 2016, impulsionaram as críticas à política de Merkel.

O primeiro ponto que destacamos é a ausência, no texto, dos atores sociais responsáveis pelos atos contra os refugiados. Em nenhum momento se menciona ou há pistas de que pessoas ou grupos praticaram tais ações, sendo nomeados os eventos e não os indivíduos envolvidos. Dessa forma, o autor busca chamar atenção do leitor apenas para o fato em si e não para a responsabilização de atores humanos, em enunciados como “ataques foram dirigidos contra refugiados” e “ocorreram ações contra estruturas de recepção e demandantes de asilo”. Como vimos na seção 4.3.1, a exclusão linguística é importante ferramenta de dominação, poder e controle. Nesse caso, parece ter sido estrategicamente empregada para ocultar os responsáveis pelas atividades discriminatórias.

Se, por um lado, os praticantes de ataques contra refugiados não são mencionados no texto, por outro lado a associação dos refugiados ao medo e à insegurança é evidente na matéria, num movimento que já observamos em análises anteriores. No decorrer do texto há uma inversão de papéis, com o refugiado saindo de uma perspectiva em que é vítima de ataques, para posição em que se apresenta como responsável por atos de violência. Essa relação aparece em trechos como “a crise dos refugiados e o temor com a insegurança

serão temas importantes da eleição federal alemã, marcada para setembro” (grifo nosso), em que fica claro que os eventos citados na nomeação têm relação causal, sendo o ‘temor com a insegurança’ efeito da ‘crise dos refugiados’. Ainda, a matéria resgata acontecimento ocorrido há mais de um ano (em 31/12/2015), quando refugiados foram acusados de agressões sexuais, para evidenciar críticas à política de acolhimento da chanceler Angela Merkel, na passagem “os ataques a mulheres no Réveillon de Colônia impulsionaram as críticas à política de Merkel”, num claro movimento de agregar aspectos negativos ao *outgroup* dos refugiados. Não é apontada, em todo o texto, nenhuma vantagem da presença de refugiados e imigrantes na Alemanha que possam confirmar política de Merkel. Ignorados, é como se tais benefícios não existissem.

A respeito dos ‘inventores de relatos de abuso sexual cometidos por refugiados no réveillon de Frankfurt’, a notícia aponta que “duas pessoas estão sob investigação por espalharem os falsos rumores e desperdiçar os recursos policiais”. Nesse caso, não há menção à nacionalidade destes suspeitos, provavelmente por se tratarem de alemães, diferentemente de outros textos em que houve refugiados e imigrantes no mesmo papel, e seus gentílicos foram destacados⁹⁴. A ausência das nacionalidades dos envolvidos – que, no caso, devem se tratar de nacionais – é justificada sob a perspectiva egocêntrica, etnocêntrica e eurocêntrica que permeia o discurso da migração (REISIGL; WODAK, 2005, p.66) e que discrimina os que não estão no poder.

Mais uma vez, encontramos no texto padrões que se repetem quanto ao tratamento dado pela imprensa ao movimento de refugiados e imigrantes. O primeiro deles é o recurso metonímico da objetivação por espacialização, em que atores sociais são referenciados pelo local em que estão situados, como nas passagens “Alemanha teve 3.500 ataques a refugiados” e “A Alemanha recebeu 890.000 demandantes de asilo”. Esse recurso cria uma ‘identidade nacional’ ilusória que fortalece *ingroup* e reforça diferença em relação ao *outgroup* dos refugiados e imigrantes.

Um segundo padrão é a nomeação metafórica ‘onda migratória’, na passagem “uma onda migratória que pressionou o governo da chanceler Angela Merkel e levou ao avanço do partido xenófobo AfD em eleições regionais”. Trata-se da associação da migração a fenômeno incontrolável da natureza, que pode vir a causar danos, e que por isso deve ser contido.

⁹⁴ Na terceira matéria analisada, publicada na Folha de S.Paulo em 29/01/2016, vimos na passagem “**africanos e árabes** são apontados como os responsáveis por arrastões e abusos sexuais nas festas de Ano-Novo na Alemanha” (grifo nosso), o uso dos gentílicos ‘africanos’ e ‘árabes’ corroborando o preconceito de que ‘todos os africanos e árabes são criminosos’ e, num sentido mais amplo, de que ‘todo estrangeiro é criminoso’.

O terceiro padrão refere-se à nomeação ‘um grupo de homens de aparência árabe’, retirada do trecho “um grupo de homens de aparência árabe teria assediado mulheres que estavam em um bar na Fressgass, tradicional rua de bares e restaurantes em Frankfurt”. Essa forma linguística reforça uma das construções discriminatórias que vimos na seção 4.3.2, a de que “estrangeiros são sempre conspícuos e altos. Eles parecem fisicamente diferentes dos residentes nacionais”. Tal perspectiva alimenta polarização por aspectos físicos entre os nacionais (*ingroup*) e refugiados e imigrantes (*outgroup*).

A respeito do uso concomitante dos termos refugiados e imigrantes, o texto em análise não acrescenta elementos que venham a se somar nesse debate. A palavra ‘migrante’ aparece apenas no subtítulo da matéria, em “números do governo em 2016 incluem agressão contra migrantes e depredação de abrigos”. Nesse contexto, seu uso parece ser sinônimo ao da palavra ‘refugiado’ utilizado na expressão “ataques a refugiados” e suas variações. Se, em alguns momentos, tais termos se apresentam associados a papéis distintos, em outros momento parecem se alternar em um mesmo sentido, como no material em questão.

O sétimo e último texto a ser analisado é uma extensa reportagem publicada na Folha de S.Paulo em 07 de agosto de 2017, com título “Na porta da Europa, tentar entrar é ciclo de perpétua incerteza”, dentro da temática “processo migratório, desde a saída do país de origem até chegada ao continente europeu e ao local de destino”. A matéria explora as esperas e tentativas de refugiados e imigrantes em cruzar a fronteira fechada entre a Sérvia e a Hungria e assim seguir para outros países da Europa, como a Alemanha.

Quadro 13. Nomeação e predicação de atores sociais do texto 7

Nomeação	Predicação
<i>Nós</i>	
Os Médicos Sem Fronteiras (MSF)	<ul style="list-style-type: none"> • Atenderam 106 pessoas vítimas de violência da polícia de fronteira húngara de janeiro de 2016 a fevereiro de 2017.
Orban	<ul style="list-style-type: none"> • Desde 2012, Orban, que chama os migrantes de “cavalo de Troia do terrorismo”, vem implementando uma política anti-imigração. • Baixou leis autorizando o confinamento em centros de detenção dos refugiados que estão com processo em análise. • Criou uma divisão policial chamada Caçadores de Fronteiras e quer recrutar 3.000 pessoas.
Governo (turco)	<ul style="list-style-type: none"> • Lançou uma campanha com outdoors em que se lia: “Se você vier para a Hungria, não tome os empregos dos húngaros” e “Se você vier para a Hungria, você

	precisa respeitar nossa cultura”.
Cerca	<ul style="list-style-type: none"> • Teve grande apoio da população. • ‘Era necessária, a polícia sozinha não estava dando conta de deter toda essa gente [...]’.
Imre Csonka	<ul style="list-style-type: none"> • Imre Csonka, agricultor em Horgos, fronteira com a Sérvia, lembra-se do dia em 2015 em que milhares de refugiados e migrantes pisotearam sua plantação de crisântemos. • Passa o trator em suas terras, a poucos metros da cerca.
O caminhoneiro Attila Szegedi	<ul style="list-style-type: none"> • “A Hungria não deveria receber um só migrante”, diz o caminhoneiro Attila Szegedi, 45, que fazia parte de uma milícia privada de defesa das fronteiras.
<i>Eles</i>	
Milhares de sírios, afegãos, paquistaneses e iraquianos	<ul style="list-style-type: none"> • Não desistem do que batizaram de “the game”, o jogo – a tentativa de cruzar ilegalmente a fronteira em busca de uma vida melhor na União Europeia.
Os migrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Durante semanas, os migrantes ficam escondidos em grupos de 10 a 30 pessoas no mato, em locais chamados de “the jungle”, a selva, esperando a hora de cruzar. • Na maioria dos casos, os migrantes tinham marcas de espancamentos, mordidas de cachorro e tiveram ossos quebrados.
400 mil migrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2015, passaram mais de 400 mil migrantes pela Hungria, a porta para a UE, em seu caminho para países como Alemanha e Suécia, mais amigáveis a refugiados.
Refugiados	<ul style="list-style-type: none"> • No inverno, refugiados relatam que os policiais despejavam água fria em suas roupas e os deixavam por horas na neve, a temperaturas abaixo de -10 °C. • Numa grade de jipe que virou grelha, os refugiados assam pão chiapati e cozinham frango ao curry com mantimentos trazidos por uma ONG. • Carregam os celulares em postos de gasolina e vivem à base de energéticos. • Muitos aprenderam o pouco de inglês que sabem no caminho, assistindo a vídeos e ouvindo música no celular. • Para despistar a polícia, cada noite eles dormem em um local diferente, muitas vezes dentro de vagões abandonados de trem. • Voltam à “selva” para cozinhar e esperar o chamado do coite, que cobra € 2.500 (R\$ 9.200) pela travessia da Sérvia até a Áustria, através da Hungria. • Normalmente, só pagam se conseguirem chegar, mas alguns traficantes pedem uma “entrada” não reembolsável. • Em Obrenovac, passam o tempo jogando críquete ou navegando na internet em seus celulares. • Usam o campo de dormitório. • Depois de alguns dias lá voltam para a “selva”, para

	tentar cruzar para a Croácia ou Hungria.
Uma multidão de mais de mil pessoas por dia	<ul style="list-style-type: none"> • Tentava entrar na Hungria.
O paquistanês Rana Muzzafar Sabir	<ul style="list-style-type: none"> • O paquistanês Rana Muzzafar Sabir, 28, tentou cruzar 11 vezes da Sérvia para a Hungria. • Ele não foi para o hospital por medo de a polícia aparecer. • Saiu de sua casa, em Lahore, há oito meses. • Passou por Irã, Turquia, Bulgária e Sérvia. • Ele [Sabir] e mais dez paquistaneses acampam no local, onde há muito lixo espalhado, cobertores no chão e uma barraca. • Tem um MBA em finanças e trabalhava como contador na Pepsi em Lahore. • Ele deixou o Paquistão porque começou a ser perseguido pelo grupo terrorista Lashkar-e-Taiba. • Alguns dias depois do encontro com a Folha na “selva”, o paquistanês Sabir tentou cruzar a fronteira pela 12ª vez e foi bem sucedido. • Ele andou quatro dias para atravessar a Hungria, sem comer, só bebendo água. • Foi se orientando pelo GPS no celular, mas, quando acabou a bateria, trocou o Google Maps pelo instinto. • Está agora em um campo de refugiados na Áustria. • De lá, vai para a França, onde quer morar.
O afegão Hameedullah Suleiman	<ul style="list-style-type: none"> • O afegão Hameedullah Suleiman, 18, já tentou cruzar seis vezes. • Aluno exemplar, cursava faculdade de engenharia aeronáutica no Paquistão com bolsa de estudos, mas os pais exigiram que retornasse para seu vilarejo no sul do Afeganistão. • Vive na ‘selva’ há um mês. • Quer ir para Londres, onde mora um tio seu. • O afegão Hameed também cruzou alguns dias após o encontro com a reportagem, mas foi pego por policiais húngaros. • Deportado, voltou para um campo de refugiados em Belgrado e pretende tentar voltar a cruzar em breve.
Milhares de refugiados e migrantes	<ul style="list-style-type: none"> • Pisotearam sua plantação de crisântemos.
6.000 pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Há cerca de 6.000 pessoas encalhadas na Sérvia, aguardando para entrar na União Europeia.
950 homens solteiros	<ul style="list-style-type: none"> • No campo de Obrenovac, no subúrbio de Belgrado, vivem 950 homens solteiros, sendo 250 menores de idade.
Uma multidão de mais de mil pessoas por dia	<ul style="list-style-type: none"> • Tentava entrar na Hungria.

Figura 25. Matéria do jornal Folha de S.Paulo em 07 de agosto de 2017

Na porta da Europa, tentar entrar é ciclo de perpétua incerteza

Política anti-imigrantes de premiê húngaro deixa no limbo, no mato e na neve milhares de retirantes e refugiados vindos da África, Ásia e Oriente Médio

PATRICIA CAMPOS MELLO E LALO DE ALMEIDA
ENVIADOS ESPECIAIS À SÉRVIA E À HUNGRIA

Duas cercas paralelas, de quatro metros de altura, estendem-se ao longo dos 175 quilômetros de fronteira entre a Sérvia e a Hungria para impedir a entrada de refugiados e migrantes. A primeira é uma cerca simples de arame farpado, construída em setembro de 2015. A segunda, uma barreira de alta tecnologia, ficou pronta em março deste ano. É equipada com sensores elétricos que dão choques leves em quem tenta passar e avisam aos guardas a localização exata do intruso. Tem câmeras com visão noturna e sensores térmicos que detectam a aproximação

de pessoas. E alto-falantes que advertem em três línguas, inglês, árabe e farsi: "Alerta, você está na fronteira da Hungria, que é propriedade do governo húngaro; se você danificar a cerca, cruzar ilegalmente ou tentar atravessar, estará cometendo um crime". Apesar da parafarnália, milhares de sírios, alegãos, paquistaneses e iraquianos não desistem do que batizaram de "the game", o jogo — a tentativa de cruzar ilegalmente a fronteira em busca de uma vida melhor na União Europeia. Durante semanas, os migrantes ficam escondidos em grupos de 10 a 30 pessoas no mato, em locais chamados de

"the jungle", a selva, esperando a hora de cruzar. Quando o traficante de pessoas chega de madrugada, os grupos correm para a fronteira. A tática é se dividir: 30 pessoas entram de um lado, 20 de outro. A polícia não consegue pegar todos de uma vez e alguns conseguem entrar. A primeira cerca foi construída pelo nacionalista Viktor Orban, o primeiro-ministro da Hungria, no pico da crise dos refugiados. Na época, uma multidão de mais de mil pessoas por dia tentava entrar na Hungria. O número caiu muito, mas ainda há 50 pessoas tentando atravessar diariamente de forma ilegal.

O paquistanês Rana Muzaffar Sabir, 28, tentou cruzar 11 vezes a Sérvia para a Hungria. Na última, há um mês, policiais húngaros o pegaram na Hungria e o espancaram. Chutaram seu olho e quebraram seu nariz, conta. Depois, o deportaram para a Sérvia. Ele não foi para o hospital por medo de a polícia aparecer. Os Médicos sem Fronteiras (MSF) atenderam 106 pessoas vítimas de violência da polícia de fronteira húngara de janeiro de 2016 a fevereiro de 2017. Na maioria dos casos, os migrantes tinham marcas de espancamentos, mordidas de cachorro e tiveram ossos quebrados. No inverno, refugiados relatam que os policiais despejavam água fria em suas roupas e os deixavam por horas na neve, a temperaturas abaixo de -10 °C. Sabir saiu de sua casa, em Lahore, há oito meses. Passou por Irã, Turquia, Bulgária e Sérvia. "Estou cansado, mas continuo determinado", diz Sabir, da "selva" onde se esconde, nos arredores de Subotica, na Sérvia. Ele e mais dez paquistaneses acampam no local, onde há muito lixo espalhado, cobertores no chão e uma barraca. Numa grade de jipe que virou grelha, os refugiados assam pão chapati e cozinham frango ao curry com mantimentos trazidos por uma ONG. Carregam os celalares em postos de gasolina e vi-

- [1] [2] [3] Objetos deixados por migrantes em "jungle"
- [4] Sabir (segundo da esq. para dir.) e outros migrantes paquistaneses preparam refeição em acampamento
- [5] Policiais húngaros que são treinados para trabalhar na fronteira com a Sérvia fazem exercício
- [6] Migrantes em campo na Sérvia esperam para entrar na Hungria
- [7] Aviso de cerca eletrificada na fronteira entre Sérvia e Hungria
- [8] Cerca próxima a campo de girassóis divide fronteira entre Sérvia e Hungria
- [9] Policial patrulha área na fronteira entre Hungria, Romênia e Sérvia

CONTINUA →

21. AGO
O muro que oculta o indesejável na rota para a praia

vem à base de energéticos. Muitos aprenderam o pouco de inglês que sabem no caminho, assistindo a vídeos e ouvindo música no celular. Para despistar a polícia, cada noite eles dormem em um lugar diferente, muitas vezes dentro de vagões abandonados de trem. Voltam para "a selva" para cozinhar e esperar o chamado do coiote, que cobra € 2.500 (R\$ 9.200) pela travessia da Sérvia até a Áustria, através da Hungria. Normalmente, só pagam se conseguirem chegar, mas alguns traficantes pedem uma "entrada" não reembolsável. "Às vezes fico muito deprimido, não me acostumo com essa vida", diz Sabir, que tem um MBA em finanças e trabalhava como contador na Pepsi em Lahore. Ele deixou o Paquistão porque começou a ser perseguido pelo grupo terrorista Lashkar-e-Taiba. "E quando cheguei aqui chamavam a gente de terrorista."

O afegão Hameedullah Suleiman, 18, já tentou cruzar seis vezes. Aluno exemplar, cursava faculdade de engenharia aeronáutica no Paquistão com bolsa de estudos, mas os pais exigiram que retornasse para seu vilarejo no sul do Afeganistão. "Se voltasse, teria que parar de estudar para trabalhar com meus irmãos na terra, sem falar no Taleban, que matou muita gente que conheço", diz ele, que vive na "selva" há um mês. "Às vezes penso: o que está acontecendo com a minha vida?" Suleiman quer ir para Londres, onde mora um tio seu. Há cerca de 6.000 pessoas encalhadas na Sérvia, aguardando para entrar na União Europeia. Muitas vivem nos campos de refugiados e estão em listas para entrar na Hungria, onde terão o pedido de análise. Mas a espera pode levar dois anos, muitas vezes em vão. Então, elas tentam cruzar ilegalmente. No campo de Obrenovac, no subúrbio de Belgrado, vivem 950 homens solteiros, sendo 250 menores de idade. Segundo Mirjana Ivanovic-Milenkovski, porta-voz do Acur, a agência de refugiados da ONU, na Sérvia, 1 em cada 4 refugiados hoje na Sérvia é menor de idade, muitas vezes desacompanhado.

Em Obrenovac, passam o tempo jogando críquete ou navegando na internet em seus celulares. Usam o campo de dormitório. Depois de uns dias lá voltam para a "selva", para tentar cruzar para Croácia ou Hungria. Em 2015, passaram mais de 400 mil migrantes pela Hungria, a porta para a UE, em seu caminho para países como Alemanha e Suécia, mais amigáveis a refugiados. Após a construção da cerca, o aumento do patrulhamento nas águas turcas e o acordo entre UE e Turquia para remanejar ao país euroasiático os que chegassem à Grécia, assinado em março de 2016, o número despencou. No entanto, muitos ficaram encalhados em campos na Grécia (mais de 60 mil) e na Sérvia (mais de 6.000).

Boa parte dos sírios e iraquianos que vieram naquela época conseguiram ser acolhidos como refugiados pela UE. Sobraram cidadãos de países que têm mais dificuldade em receber esse status, como Paquistão, Bangladesh e Afeganistão, e os poucos que continuam a chegar. "A maioria não tem nenhuma perspectiva de entrar legalmente; a lista de espera tem milhares de pessoas, mas a Hungria só está admitindo oito por dia para a área de trânsito, enquanto têm seus processos analisados. Mesmo assim, após examinarem o processo, a maioria não conseguirá refúgio", diz Stephanie Moissaing, chefe da missão do MSF na Sérvia. "Nós todos sabemos que isso não é uma crise de refugiados. Dos que estão vindo, 95% são migrantes econômicos, não são perseguidos, mas querem uma vida melhor", diz Zoltan Kovacs, porta-voz do primeiro-ministro húngaro Viktor Orban. "Todos querem o estilo de vida europeu, e as fronteiras abertas passam a mensagem de que é isso possível; a Europa não pode assumir a responsabilidade por todos." Para Robert Molnar, prefeito da cidade fronteiriça de Kibekhaza, que se opõe a Orban, argumentar que a Hungria não deve receber migrantes econômicos é egoísta. "Cerca de 10% da população húngara é imigrante econômica, saiu do país em busca de oportunidades —então esses húngaros têm o direito de buscar uma vida melhor e os migrantes que vêm para cá fazer o mesmo não têm?", diz. Desde 2012, Orban, que chama os migrantes de "cavalos de Tróia do terrorismo", vem implementando uma política anti-imigração. O governo lançou uma campanha com outdoors em que se lia: "Se você vier para a Hungria, não tome os empregos dos húngaros" e "Se você vier para a Hungria, você precisa respeitar nossa cultura".

Orban baixou leis autorizando o confinamento em centros de detenção dos refugiados que estão com processo em análise. Os centros são contêineres cercados por arame farpado onde refugiados vivem por meses, e foram criticados pelo Acur e pela UE. Além disso, Orban criou uma divisão policial chamada Caçadores de Fronteiras e quer recrutar 3.000 pessoas.

A cerca teve grande apoio da população. Imre Csonka, agricultor em Horgos, fronteira com a Sérvia, lembra-se do dia em 2015 em que milhares de refugiados e migrantes pisotearam sua

plantação de crisântemos. "Eles destruíram todo meu trabalho", diz. "A cerca era necessária, a polícia sozinha não estava dando conta de deter toda essa gente", afirma Csonka enquanto passa o trator em suas terras, a poucos metros da cerca. Segundo o governo húngaro, o gasto com a cerca, policiamento, áreas de trânsito e campanhas soma €1 bilhão. "A Hungria não deveria receber um só migrante", diz o caminhoneiro Attila Szegedi, 45, que fazia parte de uma milícia privada de defesa das fronteiras. "O Islã é incompatível com a nossa cultura". Diz. Para ele, a cerca foi uma boa medida, mas o governo não é duro o suficiente nas punições contra aqueles que entram ilegalmente no país. "Queremos que as pessoas vejam o que tem ocorrido na Alemanha, na França e na Suécia por causa dos migrantes, há uma onda de crimes, violência contra mulheres", diz. "Não negamos que existam problemas de segurança, mas o governo exagera e assusta as pessoas", diz o sociólogo Mark Kékési, fundador da ONG Migration Aid (ajuda à migração), em Szeged. "A legitimidade do governo de Orban depende disso, o pensamento do eleitor é: eles podem ser corruptos, mas defendem nosso país dessas pessoas que querem roubar nossos empregos e estuprar nossas filhas".

Para o ativista Tibor Varga, 61, da Eastern Europe Outreach, a crise da migração é complexa e não será resolvida apenas com cercas. "Pense na seguinte situação: você acolhe em sua casa uma família sem teto de dez pessoas. Como você foi boa e os ajudou, eles chamam outras duas famílias com dez pessoas cada e pedem que você também as acolha", diz ele, que trabalha há sete anos com refugiados na Sérvia. "O que você vai fazer? Você tem capacidade para ajudar todo esse pessoal? Não existem respostas simples."

Alguns dias depois do encontro com a Folha na "selva", o paquistanês Sabir tentou cruzar a fronteira pela 12ª vez e foi bem sucedido. Ele andou quatro dias para atravessar a Hungria, sem comer, só bebendo água. Foi se orientando pelo GPS no celular, mas, quando acabou a bateria, trocou o Google Maps pelo instinto. Está agora em um campo de refugiados na Áustria. De lá, vai para a França, onde quer morar. O afegão Hameed também cruzou alguns dias após o encontro com a reportagem, mas foi pego por policiais húngaros. Deportado, voltou para um campo de refugiados em Belgrado e pretende tentar cruzar em breve. Desta vez, pela Croácia.

Começamos a análise pelo título da matéria: “Na porta da Europa, tentar entrar é ciclo de perpétua incerteza”. Nela, o autor do texto explora metáfora frequente na predicação da temática migratória pela mídia, em que os *ingroups* são tomados como casa ou construção e param a imigração trancando a porta (REISIGL; WODAK, 2005, p. 59-60). Na abordagem, há clara conotação de que refugiados e imigrantes não são bem-vindos na Europa e por isso se submetem a tentativas de entrada incertas. A reportagem inicia tratando da migração de forma negativa e se utilizará de diversos padrões discriminatórios a respeito dos atores sociais desse movimento, ao longo do seu percurso.

Ao descrever a rotina de um grupo de pessoas que tentam cruzar a fronteira entre a Sérvia e a Hungria, o texto parece ressaltar a diferença entre este grupo e os europeus, ao destacar hábitos não comuns ao Ocidente, o que, implicitamente, significa que refugiados e imigrantes fazem parte de outra realidade social e não se adaptariam à nova residência. Retomando a seção 4.5 desse trabalho, reiteramos que a identidade é construída pela diferença, sendo a ênfase ao que é diferente uma característica do movimento retórico de exclusão na representação dos *outgroups*.

O primeiro exemplo dessa situação é, como já verificamos em análise anterior, a associação desses atores sociais à falta de limpeza, a partir do estereótipo de que ‘estrangeiros são sujos’ (REISIGL; WODAK, 2005, p. 59-60) pois, de acordo com a matéria, acampam em local ‘onde há muito lixo espalhado’. Também possuem culinária distinta, formada por pratos típicos de países asiáticos, como comprovamos na passagem ‘assam pão chiapati e cozinham frango ao curry’. Ainda, não falam a principal língua ocidental: ‘muitos aprenderam o pouco de inglês que sabem no caminho, assistindo a vídeos e ouvindo música no celular’.

Outro aspecto que percebemos no texto investigado é a presença maciça de quantificações nas nomeações, quando se exploram muitos, milhares, uma multidão de imigrantes e refugiados. Esse ponto pode ser exemplificado em passagens como ‘400 mil migrantes’, ‘milhares de sírios, afegãos, paquistaneses e iraquianos’, ‘6.000 pessoas’, ‘uma multidão de mais de mil pessoas por dia’, ‘milhares de refugiados e migrantes’ e outros. Entendemos que este recurso tem o interesse estratégico de mostrar um fluxo migratório intensificado, passando a percepção de que há uma quantidade excedente ou inabsorvível de refugiados e imigrantes chegando ao continente europeu. Ao analisarmos esse ponto junto à metáfora do título, podemos imaginar uma porta fechada (no caso, a Europa) com uma multidão de pessoas do lado de fora, forçando sua entrada. A cadência do texto acrescenta um clima de tensão a essa situação, quando trata de cercas de alta tecnologia para contenção de pessoas, de inúmeras tentativas desses indivíduos em ultrapassar a barreira, da preparação e

das investidas da polícia em resposta ao fluxo.

Os números oficiais da migração não chamam atenção para um crescimento de fluxo atípico ou descontrolado na Europa, e por isso confirmam o sensacionalismo da mídia a esse respeito. De acordo com dados das Nações Unidas, entre os anos de 2000 a 2017, a Ásia foi a região que mais ganhou imigrantes e refugiados (30 milhões em todo o período), seguida pela Europa (com aumento de 22 milhões de pessoas na mesma época, registrando a menor média de crescimento anual: 1,9%). Em 2017, o continente europeu tinha 78 milhões de refugiados e imigrantes, representando um percentual de 10,5% do total da população (em 2000, este número era de 7,7%). Na América do Norte, em 2017, esse percentual era de 16%⁹⁵. O exagero verificado na exploração da migração pela mídia corrobora o temor da população europeia em receber mais pessoas do que teria condições de suportar. De acordo com a IOM (2017, p. 200), o discurso da imprensa exerce importante papel na representação da identidade dos refugiados e imigrantes frente à população dos países de acolhida: *“it is safe to say that media coverage plays an important role in providing information about the size and nature of migrant populations, which in turn seems likely to have an impact on public opinion”*⁹⁶.

Juntamente a essa questão numérica, chama atenção o enunciado “No campo de Obrenovac, no subúrbio de Belgrado, vivem 950 homens solteiros, sendo 250 menores de idade”. Além de pontuar a quantidade de pessoas, o autor destaca o sexo, o estado civil e a faixa etária dos indivíduos, numa caracterização na nomeação que aparentemente não é necessária no texto, exceto por reforçar o estereótipo do refugiado jovem, inclinado ao assédio sexual, prolífico, sexista e opressor patriarcal das mulheres” (REISIGL; WODAK, 2005, p. 54). Além disso, a construção favorece a associação, bastante recorrente nos textos, dos refugiados à agressividade e à criminalidade, ao sugerir implicitamente que possuem força física para tanto, relacionada ao fato de serem do sexo masculino e jovens.

Prosseguindo a análise, destacamos a longo da reportagem a presença de personagens especificados pelos seus nomes próprios, em quatro frentes: refugiados, ativistas de ONGs, representantes do governo e cidadãos húngaros. O discurso dos refugiados contextualiza tais

⁹⁵ Disponível em: <

http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

⁹⁶ Tradução nossa: É seguro dizer que a cobertura da mídia desempenha um papel importante no fornecimento de informações sobre o tamanho e a natureza das populações migrantes, o que, por sua vez, parece ter um impacto sobre a opinião pública.

indivíduos dentro da temática da matéria, que é a tentativa de se passar pela fronteira fechada entre a Sérvia e a Hungria. É falado sobre aspectos positivos de suas vidas anteriores à migração, as justificativas que os levaram a sair de seus locais de origem e suas perspectivas futuras, o que pode contribuir para desmistificar a carga negativa atribuída a essas pessoas. Nesse aspecto, um trecho do depoimento do paquistanês Sabir (“e quando cheguei aqui, chamavam a gente de terrorista”), logo após explanação sobre perseguição na sua cidade natal por grupo terrorista, auxilia ainda mais num entendimento de que refugiados e nacionais não são opostos, mas possuem o mesmo medo de um inimigo comum.

Enquanto se verifica uma preocupação do autor em caracterizar o refugiado em seus diversos aspectos (positivos e negativos), demais personagens do texto reforçam discurso preconceituoso e estereotipado sobre a migração. Isso pode ser verificado no papel dos ativistas das ONGs, que atuam como porta-vozes das questões sociais relacionadas aos refugiados e imigrantes, dando a entender que estes são frágeis e não possuem autoridade, credibilidade ou conhecimento para atuarem como defensores de si mesmos em assuntos mais complexos.

Nas citações dos representantes do governo e dos cidadãos húngaros, no texto, constatamos principalmente atribuições avaliativas negativas e estereotipadas dos refugiados e imigrantes, numa sucessão de formatos tipicamente associados a estes atores, conforme exemplos abaixo.

(i) “Nós todos sabemos que isso não é uma crise de refugiados. Dos que estão vindo, 95% são migrantes econômicos, não são perseguidos, mas querem uma vida melhor”, diz Zoltan Kovacs, porta-voz do primeiro-ministro húngaro Viktor Orban. “Todos querem o estilo de vida europeu, e as fronteiras abertas passam a mensagem de que isso é possível; a Europa não pode assumir a responsabilidade por todos.”

(ii) Desde 2012, Orban, que chama os migrantes de “cavalo de Troia do terrorismo”, vem implementando uma política anti-imigração.

(iii) “Eles destruíram todo o meu trabalho”, diz Imre Csonka, agricultor em Horgos, fronteira com a Sérvia. “A cerca era necessária. A polícia sozinha não estava dando conta de deter toda essa gente”.

(iv) “A Hungria não deveria receber um só migrante”, diz o caminhoneiro Attila Szegedi, 45,

que fazia parte de uma milícia privada de defesa das fronteiras. “O islã é incompatível com a nossa cultura”, diz. [...] “Queremos que as pessoas vejam o que tem ocorrido na Alemanha, na França e na Suécia por causa dos migrantes, há uma onda de crimes, violência contra mulheres”.

O primeiro exemplo (i) é ponto de grande interesse dessa pesquisa, pois recontextualiza exatamente a distinção legal entre os refugiados, que, segundo o Estatuto do Refugiado (ACNUR, 1951), visto na seção 3.2, devem ser acolhidos por correrem risco de morte, e os imigrantes, que, de acordo com o mesmo Estatuto, migram em busca de melhoria de vida. Ainda, adjetiva o migrante como econômico, com o intuito de, como vimos na seção 3,1, “descrever, de forma tendenciosa e reducionista, a situação complexa da migração, e ocultar demais aspectos da realidade desse sujeito”.

O item (ii) traz nomeação atribuída pelo primeiro-ministro da Hungria na ocasião, Viktor Orban, que chama os migrantes de “cavalo de Troia do terrorismo”. Ele recontextualiza, por meio da interdiscursividade, tal episódio da história mundial⁹⁷ para alertar para risco de “surpresas” na acolhida aos migrantes, que podem vir a se apresentar como uma ameaça à segurança na Europa. Os itens (iii) e (vi) prosseguem nos estereótipos, associando refugiados e imigrantes a um movimento em massa que deve ser contido, pois estas pessoas são perigosas e “muito diferentes na cultura e religião” (REISIGL; WODAK, 2005, p. 54), por tal razão não se integrarão na nova comunidade.

Por meio de tais avaliações, os atores sociais que dão seus depoimentos no texto se comprometem com valores, neste caso, relacionados a nomeações e predicções negativas dos refugiados e imigrantes, e assim reforçam distanciamento entre estes (como *outgroup*) e a população nacional (*ingroup*). Mesmo que se caracterize como opinião de terceiros nos textos, estas atribuições avaliativas interferem na construção geral da representação social dos refugiados e imigrantes, como fica claro na passagem abaixo.

Quando esses atores avaliam algo (a si mesmos, aos outros atores, aos eventos etc.) eles se comprometem com valores pressupostos ou assumidos nos textos, valores estes que evidenciam não só sua percepção do mundo social, como também das relações sociais e das representações. Este aspecto é um índice importante para

⁹⁷ O Cavalo de Troia foi um grande cavalo de madeira construído pelos gregos durante a Guerra de Troia. Tomado pelos troianos como um símbolo de sua vitória, foi carregado para dentro das muralhas, sem saberem que em seu interior se ocultava o inimigo. À noite, guerreiros saem do cavalo, dominam as sentinelas e possibilitam a entrada do exército grego, levando a cidade à ruína. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cavalo_de_Troia>. Acesso em: 11 jan. 2018.

compreender o processo identificatório nas situações sóciodiscursivas, pois aquilo com que nos comprometemos quando avaliamos é parte significativa de quem somos. (PONTES, 2010, p. 137)

A respeito dos termos “refugiados” e “imigrantes”, percebemos que, na matéria em investigação, não parece haver distinção clara entre seus usos, sendo empregados ora como sinônimos, ora apontando para personagens diferentes, compondo uma mesma nomeação. O uso das palavras como sinônimo pode ser constatado no trecho: “Na maioria dos casos, os **migrantes** tinham marcas de espancamentos, mordidas de cachorro, e tiveram ossos quebrados. No inverno, **refugiados** relatam que os policiais despejavam água fria em suas roupas e os deixavam por horas na neve, a temperaturas abaixo de -10 °C” (grifo nosso). Entendemos que as duas palavras fazem referência ao mesmo grupo de pessoas, num mesmo contexto, sendo alternadas para que não haja repetição. Situação semelhante ocorre no enunciado “Em 2015, passaram mais de 400 mil **migrantes** pela Hungria, a porta para a UE, em seu caminho para países como Alemanha e Suécia, mais amigáveis a **refugiados**” (grifo nosso). As palavras aparecem fazendo alusão às mesmas pessoas, embora no trecho que remeta à acolhida pelos países tenha se usado o termo mais habitual para esses casos, que é “refugiado”, dando pistas de um alinhamento (consciente ou não) do autor com a percepção geral acerca do uso das palavras.

Em outros momentos do texto, as designações “refugiados” e “imigrantes” aparecem juntas, como se tratando de duas identidades distintas, deixando confuso o entendimento do sentido que o autor quer passar com ambas. Como exemplo dessa construção temos os trechos “[...] para impedir a entrada de refugiados e migrantes” e “Milhares de refugiados e migrantes pisotearam sua plantação de crisântemos”. Ainda há o uso de várias outras nomeações para tratar desses atores sociais, como sírios, afegãos, paquistaneses, multidão, pessoas, homens, alguns deles já analisados em outros momentos. Independente do significado aparentemente misturado dos termos em si, podemos afirmar que tanto “refugiado” como “imigrante” estão envoltos num discurso discriminatório e estereotipado, como visto ao longo da análise.

Para finalizar, destacamos o subtítulo “Política anti-imigrantes de premiê húngaro deixa no limbo, no mato e na neve milhares de retirantes e refugiados vindos da África, Ásia e Oriente Médio”. Nele é utilizado o termo “retirantes”, que não foi observado em nenhum outro texto do *corpus* ampliado dessa pesquisa. No Brasil, tal palavra é costumeiramente associada à migração interna, quando pessoas do interior do país (geralmente do sertão nordestino) se deslocam para as capitais ou outras cidades mais desenvolvidas. Nesse caso,

“retirantes” parece assumir o local do “imigrante” (já que o “refugiado” consta no subtítulo), sendo recontextualizado “geograficamente” para outro movimento, mas carregando a mesma simbologia. Tanto “retirantes” quanto “imigrantes” são utilizados para representar atores sociais que se deslocam dos seus locais de origem, onde não tinham recursos para viver de forma digna, se dirigindo a regiões economicamente mais desenvolvidas em busca de oportunidades. Nesse aspecto, mais uma vez o “refugiado” é poupado da associação a uma migração que envolve também fatores econômicos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise executada confirma que as nomeações e as predicções estrategicamente utilizadas pela mídia na representação dos refugiados e dos imigrantes, em relação à cobertura do movimento migratório da Ásia e África para a Europa, se enquadram numa perspectiva estática, previsível e permeada por estereótipos, o que contribui para a formação de discursos discriminatórios e que induzem a práticas sociais de exclusão, que ferem o princípios dos Direitos Humanos. Nem a relevância do assunto – que constitui o maior movimento de migração na Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial (UNITED NATIONS, 2017) – nem o metadiscurso acerca das formas de designação dessas pessoas, como visto na Introdução, parecem ter despertado um olhar diferenciado da mídia no entendimento das particularidades, diferenças e semelhanças entre refugiados e imigrantes. Mesmo que os significados das palavras ganhem novos contornos ao longo do tempo, persiste seu caráter preconceituoso e excludente.

Como atores da informação, os refugiados são apresentados como sujeitos passivos, beneficiários da caridade e poucas vezes protagonistas de suas próprias histórias. As estatísticas legitimam representações sociais que reforçam a identidade deles em um contexto fragilizado: a condição de pessoa vitimizada pelo destino é mantida em boa parte dos discursos. Na maioria dos casos, as matérias se utilizam de abordagens negativas, não há registros sobre a busca de um novo status social no país em que o refugiado está vivendo e, ao longo dos anos, ele vem sendo cada vez mais associado a crimes e práticas ilegais, muitas vezes de forma não comprovada.

Visto que existe uma legislação internacional que protege o refúgio, e que indica que pessoas nessa condição não podem retornar ao local de origem (princípio do *non-refoulement*) parece haver um interesse da mídia em desqualificar este ator social enquanto possuidor ou merecedor deste *status*. Assim, percebemos nas matérias a representação do refugiado se deslocando de um papel de vítima e se aproximando de uma posição de ameaça à sociedade na qual busca inserção. É importante desconstruir essa percepção, uma vez que “quanto mais visível for a marca imposta, menos possibilidade tem ele de tentar romper ou ocultá-la nas suas inter-relações, pois, já identificada, dificilmente poderá reverter a imagem formada anteriormente pelo padrão social” (CARDOSO, 2010, p. 147).

A representação do imigrante predomina em matérias que tratam de pessoas que deixam seus locais de origem em busca de uma melhor qualidade de vida relacionada a aspectos financeiros. São estrategicamente discriminados no discurso, considerados “ilegais” pelo próprio ato de migrar, embora, na maioria das vezes, não sejam conhecidas suas condições de vida nos países de origem, que poderiam justificar uma possibilidade de refúgio, visto que tal processo implica análise da situação de cada pessoa individualmente. E ainda que não estejam em situação de perseguição e ameaça de morte que os tornem aptos ao asilo, os imigrantes em muitos casos não possuem acesso a condições básicas de sobrevivência, o que torna digno que queiram buscar uma melhor condição de vida para si e para sua família. No contexto do movimento migratório em análise – da Ásia e da África em direção à Europa – os imigrantes são tidos como indesejáveis, e podem ser ‘devolvidos’ a seus locais de origem, enquanto que os refugiados são aceitos, mesmo que a contragosto.

Ainda que se perceba, em muitas das matérias analisadas, uma predileção pela escolha de um determinado termo para um uso específico conforme sua visão estereotipada, de maneira geral, “refugiados” e “imigrantes” coexistem no texto referenciando as mesmas pessoas. Isso significa que o jornal, na cobertura do movimento migratório, acaba preferindo ‘refugiados’ ao falar num trecho sobre acolhida/ameaça e por ‘imigrantes’ para tratar dos que migram para melhorar a vida, mas em outros enunciados – dentro de uma mesma matéria – os termos acabam embaralhados, se confundem com outros sentidos, são usados como sinônimos ou de forma concomitante. E independentemente do uso, os refugiados e os imigrantes são vistos como “aqueles que ameaçam”: seja ameaça ao *status quo* nacional, seja ameaça num sentido mais tangível, de agressões físicas, abusos sexuais ou atentados terroristas.

A forma subjetiva e binária de distinção legal entre refugiados e imigrantes conforme Estatuto do Refugiado (1951) e a natureza híbrida dos deslocamentos recentes acabam confundindo os termos que, teoricamente, representam pessoas em situação distintas. Como não há clareza do lugar específico de cada ator, a mídia não se entende suas peculiaridades, não investiga as causas destas questões, nem discute soluções específicas para estas pessoas. A complexidade e a heterogeneidade do movimento migratório atual e dos seus integrantes funciona como desculpa para um descompromisso em investigar mais a fundo quem são e como devem ser tratados os refugiados e os imigrantes, e o contexto político que produz estes indivíduos permanece obscurecido.

A mídia não só reproduz discursos, mas os constrói a partir de interesses ideológicos específicos, determinados geralmente por quem detém o poder. O resultado final é uma construção da realidade, em nosso caso específico, numa atitude de adesão ou rechaçamento da empatia com o outro. Assim, o que é veiculado pelos meios de comunicação auxilia a formar opiniões sobre determinado assunto e influencia em atitudes. Nesse aspecto, a IOM (2017) é contundente ao afirmar que a mídia pode desempenhar um papel importante na definição de como e o que as pessoas pensam sobre migração, incluindo os políticos e os próprios refugiados e imigrantes. A esse respeito, complementa:

*Many people, including researchers, journalists, politicians and members of the public, present and debate particular viewpoints about migration while ignoring others. Sometimes, this deliberately encourages us to think in particular ways. Other times, it is unintentional or related to the fact that media content is often produced quickly and tends to be of limited length.*⁹⁸ (IOM, 2017, p. 191)

Mudar a informação disponível para as pessoas pode fazer diferença nas atitudes em relação à imigração. Pelo que verificamos por meio desta pesquisa, os refugiados e os imigrantes são apresentados em tom negativo, no desempenho de papéis estereotipados e discriminados, longe de um possível ‘ideal’ de pessoa que se deseja acolher. Como fruto desse pensamento, se verifica um aumento de atitudes xenofóbicas e ataques agressivos aos refugiados e imigrantes na Europa, sem falar na falta de mobilização pública – e dos órgãos internacionais competentes – para que se discutam os contextos que geram a migração e formas efetivas de lidar com essa questão. Dentre tais contextos, destacamos a guerra que há mais de quatro anos assola a Síria e desestabiliza o Oriente Médio.

Além de afetar o pensamento da opinião pública, a mídia também pode influenciar as agendas políticas dos países que recebem refugiados e imigrantes. Estudos nesta área mostram que os efeitos das matérias jornalísticas sobre os políticos e legisladores variam, dependendo da questão que está sendo coberta e da mídia escolhida (IOM, 2017, p.199). No caso europeu (e também de outras partes do mundo), verificamos, nos últimos anos, o crescimento de partidos de extrema direita, com políticas excludentes, que valorizam um nacionalismo exarcebado e fecham as portas dos países aos estrangeiros.

O estudo da evolução da legislação internacional dos direitos humanos mostra ser crescente o reconhecimento do indivíduo como um sujeito de direitos, independente de sua

⁹⁸ Tradução nossa: Muitas pessoas, incluindo pesquisadores, jornalistas, políticos e membros do público, apresentam e debatem pontos de vista específicos sobre a migração, enquanto ignoram outros. Às vezes, isso nos encoraja deliberadamente a pensar de maneiras específicas. Outras vezes, não é intencional e pode estar relacionado ao fato de que o conteúdo de mídia é frequentemente produzido rapidamente e tende a ser de duração limitada.

nacionalidade. Ao mesmo tempo, a implementação prática dos direitos de entrada e permanência nos países continua basicamente dependente dos Estados receptores, no caso específico das migrações internacionais (REIS, 2015, p.159). E, como se pode perceber, o caminho que se trilha é para um fechamento das fronteiras dos países para as pessoas que vêm de fora, com a contestação e retirada de direitos.

Para falar de igualdade – o que pressupõe a aceitação e o tratamento digno àqueles que chegam a um país, além do interesse em solucionar as questões que levam às pessoas a se deslocar – recorremos à Arendt (1998, p. 335) em sua afirmação de que “não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais”. Ao mesmo tempo que refugiados e imigrantes possuem características e necessidades distintas – que devem ser avaliadas para um melhor entendimento desses atores –, também é necessário realçar suas igualdades que garantam acesso aos direitos humanos, onde quer que estejam.

Uma vez que os fluxos migratórios atuais apresentam um elevado grau de complexidade, que desafiam o enquadramento legal e a análise teórica existentes, é importante que se discuta, cada vez mais, as formas como os imigrantes e refugiados são denominados e caracterizados, visto que isso impacta na forma como são acolhidos e nos seus direitos. A esse respeito, partilhamos da opinião contundente de Góis, Oliveira e Peixoto (2017, p. 93) de que: “como em outras situações, se uma teoria não sabe descrever uma realidade, é ela que deve mudar – não é a realidade que muda”.

Para finalizar, esclarecemos que, por questões de tempo, não foi possível abarcar todas as discussões a respeito da temática da migração nesta pesquisa. Dentre as lacunas deixadas, pontuamos a ausência de uma perspectiva latino-americana em relação ao movimento migratório: ao adotar uma visão eurocentrista clássica, perdemos a oportunidade de nos embrenhar na Declaração de Cartagena, importante pilar da lei internacional no continente e símbolo de vanguarda da latino-americana na questão. Além disso, faz-se mister uma análise das imagens utilizadas pela imprensa na cobertura do movimento investigado, pois interferem sobremaneira na percepção que o leitor forma dos atores sociais em questão. Outro ponto importante é a investigação do acesso discursivo de refugiados e imigrantes aos meios de comunicação, principalmente uma aparentemente crescente participação nas redes sociais, que podem contribuir para uma democratização de suas presenças nos discursos, importante instrumento para uma mudança de imagem frente à população. Esta pesquisa constitui apenas o primeiro passo de um longo caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária, com participação social e direitos compartilhados entre todos.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, Dominic; HOGG, Michael. **Social Identifications: A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes**. Londres: Routledge, 1988.

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra, 28 de julho de 1951. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado**. Genebra, dezembro, 2011. Disponível em:

<http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinação_da_condição_de_refugiado.pdf?view=1>.

Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Manual de Proteção aos Apátridas**. Genebra, 2014. Disponível em:

<http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Manual_de_prote%C3%A7%C3%A3o_aos_ap%C3%A1tridas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados**. Nova Iorque, 31 de janeiro de 1967. Disponível em:

<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados>. Acesso em: 21 nov. 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Means without End: Notes on Politics (Theory Out of Bounds)**. Mineápolis/Londres: University of Minnesota Press, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

ARENDET, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASSIS, Francisco de; MARQUES DE MELO, José. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

AZEVEDO, Karina Falcone de. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. 2003. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BADET, Maria; COGO, Denise. De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In: Araújo, E., Fontes, M.; Bento, S. (ed.). **Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2013. p. 32-57.

BARBOSA, Vanessa. **Imigrantes ou refugiados? Como uma simples palavra muda tudo**.

27 ago. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/imigrantes-ou-refugiadoscomo-uma-simples-palavra-muda-tudo#4>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

BARICHELLO, Stefania Eugenia; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de. Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BÓGUS, Lucia; SILVA, João Carlos; SILVA, Stéfanie. Os fluxos mistos e os entraves à proteção dos refugiados. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.15-30, jan./abr. 2017.

BOUKALA, Salomi; WODAK, Ruth. European identities and the revival of nationalism in the European Union. **Journal of Language and Politics**, 14:1, p. 87-109, 2015. Disponível em: <<https://benjamins.com/#catalog/journals/jlp.14.1.05wod/details>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p. 329-376, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para Paz ou para Guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira**. 2013. 185 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CERNADAS, Pablo Ceriani. A linguagem como instrumento de política migratória. **SUR**, [s.i.], v.13, n.23, p. 97-112, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/8-sur-23-portugues-pablo-ceriani-cernadas.pdf>>. Acesso em 17 dez. 2016.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil: comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Chasqui**, Quito, n. 125, p. 23-32, mar. 2014. Disponível em: <<http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/39>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

COLORADO, César. Una mirada al Análisis Crítico del Discurso. Entrevista con Ruth Wodak. **Discurso & Sociedad**, v. 4 (3), p. 579-596, 2010.

CONARE. **Refúgio em números**. 3. ed. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CUNHA, Guilherme da. Migrantes e Refugiados: Marco Jurídico e Estratégia no Limiar do Século XXI. Trad. SILVA, Catarina; SAWAYA, Jeanne. In: **Seminário Direitos Humanos no Século XXI**, 1., 10-11 set. 1998, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/22393-22395-1-PB.pdf>>. Acesso em:

DE GENOVA, Nicholas; MEZZADRA, Sandro; PICKLES, John. New Keywords: Migration and Borders. **Cultural Studies**, v. 29, n. 1, p. 55-87, 2015.

EDWARDS, Adrian. **'Refugee' or 'migrant' - Which is right?** Gênova, 27 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/55df0e556.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Susana. Orgulho e preconceito: A resposta europeia à crise de refugiados. **Relações Internacionais**, n. 50, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000200007>. Acesso em: 27 dez. 2017.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**: Folha de S.Paulo. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

GÓIS, Pedro; OLIVEIRA, Catarina Reis; PEIXOTO, João. A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.73-98, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982017000100073&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 67-79.

GUADANINI, Sandra Magna. **Designação**: das categorias da língua às categorias do discurso. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-86YHYW/1230d.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/647>>. Acesso em: 13 out. 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000. 102 p.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG/ UNESCO, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 11a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 103-133.

HAYDU, Marcelo. O envolvimento do Brasil com a problemática dos refugiados: um breve histórico. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 6, p. 183-200, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14046>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

HECK, Gerda; HESS, Sabine. Tracing the effects of the EU-Turkey Deal: The Momentum of the Multi-layered Turkish Border Regime. **Movements**, [s.i], vol. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://movements-journal.org/issues/05.turkey/04.heck,hess--tracing-the-effects-of-the-eu-turkey-deal.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

HOFFMANN, Juliana Elis dos Santos; ROESLER, Marli Von Borstel. A mídia digital na construção da representação social dos refugiados no Brasil. In: **Humanidades nas Fronteiras: Imaginários e Culturas Latino-americanas**, 1., 2017, Foz do Iguaçu. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3565/Artigos%20Humanidades%20368-383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IOM. **Global Migration Trends**. Berlim, fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://gmdac.iom.int/global-migration-trends-factsheet>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Glossary on Migration**. Genebra, 2011. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml25_1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **World Migration Report 2018**. Genebra, novembro de 2017. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Migration Trends in South America**. Buenos Aires, junho de 2017. Disponível em: <http://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Documentos%20PDFs/Report_Migration_Trends_South_America_N1_EN.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JAEGER, Gilbert. On the history of the international protection of refugees. **International Review of the Red Cross**, [s.i], v. 83, n. 843, set. 2001. Disponível em: <https://www.icrc.org/ara/assets/files/other/727_738_jaeger.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

KOSER, Khalid. **International Migration: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2007.

MALONE, Barry. **Why Al Jazeera will not say Mediterranean 'migrants'**. Al Jazeera, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/blogs/editors-blog/2015/08/al-jazeera-mediterranean-migrants-150820082226309.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MARSH, David. **We deride them as 'migrants'. Why not call them people?** The Guardian, Londres, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/aug/28/migrants-people-refugees-humanity>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MAUTNER, Gerlinde. Analyzing newspapers, magazines and other print media. In: **Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences**. WODAK, Ruth; KRZYŻANOWSKI, Michal. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 30-53.

MEDINA, Jorge. Gêneros Jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, [s.i], ano 5, n. 1, p. 45-55, jan./jun. 2001. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Migrações e mercado de trabalho no Brasil: relatório anual 2017**. Brasília, 2017.

MOULIN, Carolina. A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. In: **Migrações e a Pan-Amazônia**. OLIVEIRA, S. Manaus: Editora UFAM, 2012.

MOULIN, Carolina. Protection and vulnerability in urban contexts: the case of refugees in Rio de Janeiro. **Humanitarian Action in Situations Other than War (HASOW)**, set. 2013. Disponível em: <<http://www.urban-response.org/resource/8703>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

NASCIMENTO, Ana Cláudia. **Designação e referência: a identificação social em expressões que referem o presidente Lula**. 2004. 71 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, Camila. O Brasil e a proteção complementar humanitária. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 120-133, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/32516>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

PEIXOTO, João. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. **SOCIUS Working Papers** – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, n. 11, 2004. Disponível em: <<https://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

PONTES, H. R. de O. **Discurso, Corrupção e a Construção de Identidades Sociais na Política Brasileira: Um Estudo de Caso**. 2010. 371 f. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RANINCHESKI, Sonia; UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. “Polícia Federal deporta 450 imigrantes ilegais venezuelanos de Roraima”: um estudo sobre remediation, positivismo e pós-positivismo no jornal O Globo. **Diálogo**, Canoas, n.37, p. 39-52, 2018. Disponível em: < <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/3879>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 19, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a09v1955.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. **Discourse and discrimination**: Rhetorics of racism and antisemitism. Londres: Taylor & Francis, 2005.

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. **The Discourse-Historical Approach (DHA)**. [S.I.], ago. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/251636976_The_Discourse-Historical_Approach_DHA>. Acesso em: 04 jul. 2016.

RIBEIRO, Heloisa Mazzocante. **Política imigratória no Brasil contemporâneo**: limites e desafios na relação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília.

RITTER, Karl. **Refugiados ou imigrantes? A discussão sobre os termos para descrever a crise**. Folha de São Paulo, Estocolmo, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-termos-para-descrever-a-crise.shtml>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

RUZ, Camila. **The battle over the words used to describe migrants**. BBC News Magazine, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/magazine-34061097>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Daniela Florêncio da. O fenômeno dos refugiados no mundo e o atual cenário complexo das migrações forçadas. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, vol. 34, n.1, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982017005001101&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. Trad. KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. In: **RBSE**, vol. 4, n. 12, p. 265-271, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011. 263 p.

STEIGENBERGER, Fabiana; MACHADO, Julio; SILVA, Soeli. Fronteira entre análise de discurso e semântica histórica da enunciação: abordagens teóricas. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 51-79, jul./dez. 2011. Disponível em: <

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2563>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

TAYLOR, Adam. **Is it time to ditch the word ‘migrant’?** The Washington Post, Washington, 24 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/08/24/is-it-time-to-ditch-the-word-migrant/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

TORPEY, John C. **The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2016.** Genebra, 19 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

UNITED NATIONS. **International Migration Report 2017: Highlights.** Nova York, 2017. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: Pedro, E. (org.). **Análise Crítica do Discurso.** Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

VAN LEEUWEN, Theo; WODAK, Ruth. Legitimizing Immigration Control: A Discourse-Historical Analysis. **Discourse Studies**, v. 1, n. 1, p. 83-118, fev. 1999. Disponível em: <<http://dis.sagepub.com/content/1/1/83.short?rss=1&ssource=mfc>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seu desenvolvimento. Tradução de Débora de Carvalho Figueiredo. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., 2004. p. 223-243. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Introduction: discourse studies - Important concepts and terms. In: WODAK, Ruth; KRZYŻANOWSKI, Michal. **Qualitative discourse analysis in the social sciences.** New York: Palgrave Macmillan, 2008. p.1-29.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 11a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7-72.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. A construção contemporânea do refugiado e do migrante: dos benefícios da condição de vítima à repreensão do protagonismo. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 134-146, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1172>. Acesso em: 14 jul. 2016.

ANEXO A – ARTIGO JORNALÍSTICO DE OPINIÃO - AL JAZEERA

10/11/2015

Why Al Jazeera will not say Mediterranean 'migrants'

The word migrant has become a largely inaccurate umbrella term for this complex story.

20 Aug 2015 09:39 GMT | [War & Conflict](#), [Europe](#), [Middle East](#), [Refugees](#)

Barry Malone

Imagine waking your children in the morning. Imagine feeding and dressing them. Imagine pulling a little girl's hair into a ponytail, arguing with a little boy about which pair of shoes he wants to wear.

Now imagine, as you are doing that, you know later today you will strap their vulnerable bodies into enveloping life jackets and take them with you in a rubber dinghy - through waters that have claimed many who have done the same.

Think of the story you'd have to tell to reassure them. Think of trying to make it fun. Consider the emotional strength needed to smile at them and conceal your fear.

What would it feel like if that experience – your frantic flight from war – was then diminished by a media that crudely labelled you and your family "migrants"?

And imagine having little voice to counter a description so commonly used by governments and journalists.

The umbrella term migrant is no longer fit for purpose when it comes to describing the horror unfolding in the Mediterranean. It has evolved from its dictionary definitions into a tool that dehumanises and distances, a blunt pejorative.

It is not hundreds of people who drown when a boat goes down in the Mediterranean, nor even hundreds of refugees. It is hundreds of migrants. It is not a person – like you, filled with thoughts and history and hopes – who is on the tracks delaying a train. It is [a migrant](#). A nuisance.

It already feels like we are putting a value on the word. Migrant deaths are not worth as much to the

10/11/2015

media as the deaths of others - which means that their lives are not. Drowning disasters drop further and further down news bulletins. We rarely talk about the dead as individuals anymore. They are numbers.

When we in the media do this, when we apply reductive terminology to people, we help to create an environment in which a British foreign minister can refer to "[marauding migrants](#)," and in which hate speech and thinly veiled racism can fester.

We become the enablers of governments who have political reasons for not calling those drowning in the Mediterranean what the majority of them are: refugees.

We give weight to those who want only to see economic migrants.

The argument that most of those risking everything to land on Europe's shores are doing it for money is not supported by the facts.

[According to the UN](#), the overwhelming majority of these people are escaping war. The largest group are fleeing Syria, a country in which an estimated 220,000 to more than 300,000 people have been killed during its appalling and escalating war.

Many others come from Afghanistan, Iraq, Libya, Eritrea and Somalia – all places from which people are commonly given asylum.

There is no "migrant" crisis in the Mediterranean. There is a very large number of refugees fleeing unimaginable misery and danger and a smaller number of people trying to escape the sort of poverty that drives some to desperation.

So far this year, [nearly 340,000 people](#) in these circumstances have crossed Europe's borders. A large number, for sure, but still only 0.045 percent of Europe's total population of 740 million.

[Contrast that](#) with Turkey, which hosts 1.8 million refugees from Syria alone. Lebanon, in which there are more than one million Syrians. Even Iraq, struggling with a war of its own, is home to more than 200,000 people who have fled its neighbour.

There are no easy answers and taking in refugees is a difficult challenge for any country but, to find solutions, an honest conversation is necessary.

And much of that conversation is shaped by the media.

For reasons of accuracy, the director of news at Al Jazeera English, Salah Negm, has decided that we will no longer use the word migrant in this context. We will instead, where appropriate, say refugee.

At this network, we try hard through our journalism to be the voice of those people in our world who, for whatever reason, find themselves without one.

Migrant is a word that strips suffering people of voice. Substituting refugee for it is – in the smallest way – an attempt to give some back.

Barry Malone is an online editor at Al Jazeera. Twitter : [@malonebarry](#)

Source: Al Jazeera